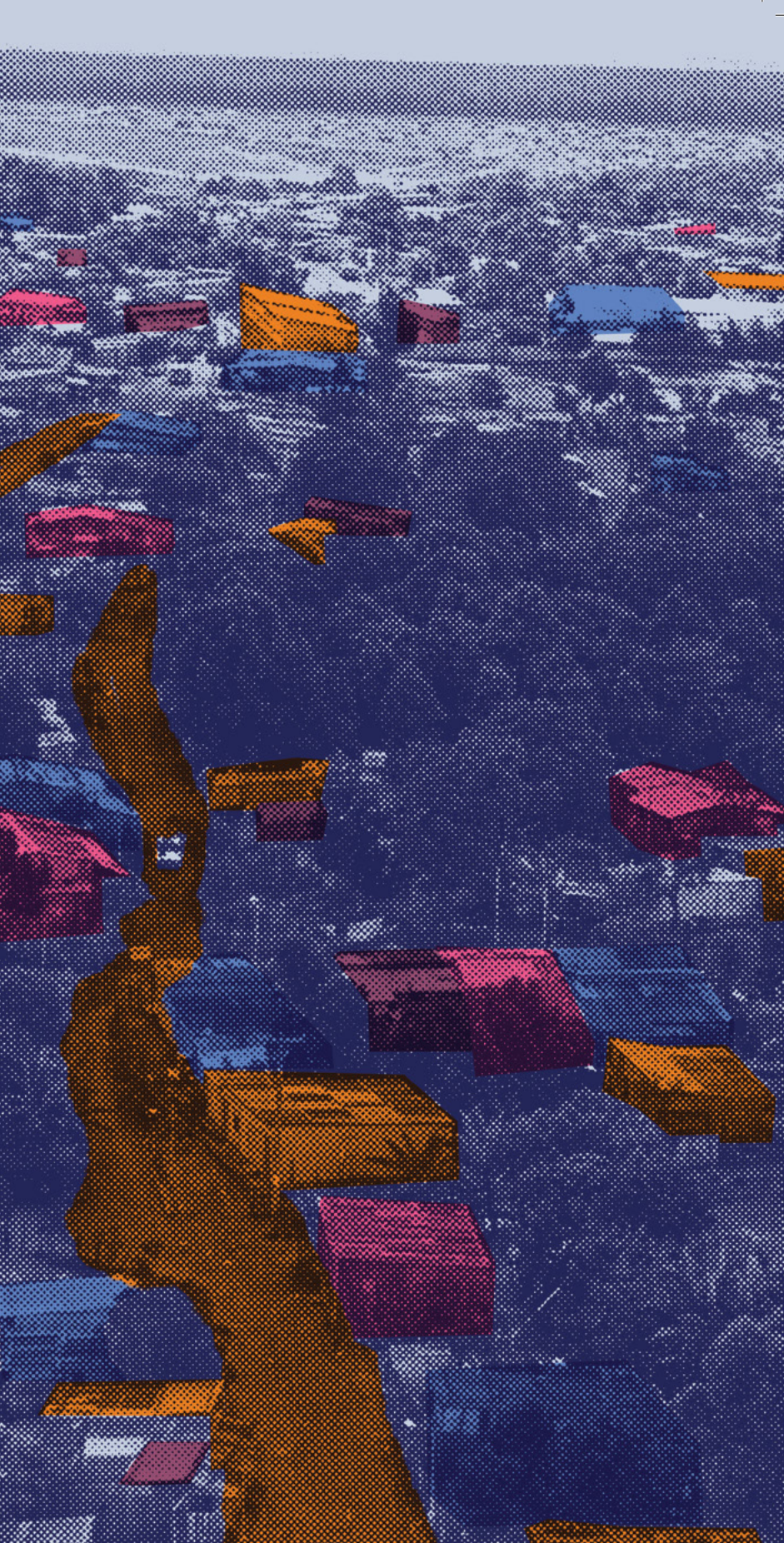


memória e afeto da

Vila Paranoá

João Bosco Bezerra Bonfim
Cleber Cardoso Xavier
Cícero Bezerra





memória e afeto da

Vila

Paranoá

memória e afeto da

Vila Paranoá

João Bosco Bezerra Bonfim

Cleber Cardoso Xavier

Cícero Bezerra

Mar & Lírica

2025

Memória e afeto da Vila Paranoá é um projeto realizado pela Associação Cultural Jornada Literária do DF em parceria com o Iphan, com a coordenação técnica de Cleber Cardoso Xavier e produção executiva de Marilda Bezerra.



Autores	João Bosco Bezerra Bonfim Cleber Cardoso Xavier Cícero Bezerra
Edição	Marilda Bezerra
Fotografia	Cláudio Acioly Jr. Cícero Bezerra arquivo público acervo de ex-moradores
Projeto Gráfico	Felipe Cavalcante
Diagramação	Cecília Cartaxo
Revisão	Bianca Damacena Vanessa Arcoverde

Projeto de Arte e Arquitetura

Projeto de Arte e Arquitetura

Projeto de Arte e Arquitetura

Projeto de Arte e Arquitetura

Projeto de Arte e Arquitetura

Projeto de Arte e Arquitetura

Projeto de Arte e Arquitetura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bonfim, João Bosco Bezerra
Memória e afeto da Vila Paranoá / João Bosco Bezerra
Bonfim, Cleber Cardoso Xavier, Cícero Bezerra. Brasília, DF:
Mar&Lírica Editora, 2025.
182 p.

ISBN 978-65-995283-4-7

1. Assentamento urbano - Brasil 2. Favelas - Condições
sociais 3. Memória 4. Ocupação urbana 5. Patrimônio
cultural 6. Vila Paranoá - Brasília (DF) - História I. Xavier,
Cleber Cardoso. II. Bezerra, Cícero. III. Título.

25-299955.0

CDD-307.76

Índices para catálogo sistemático:

1. Assentamentos urbanos : Memória : Aspectos sociais
307.76

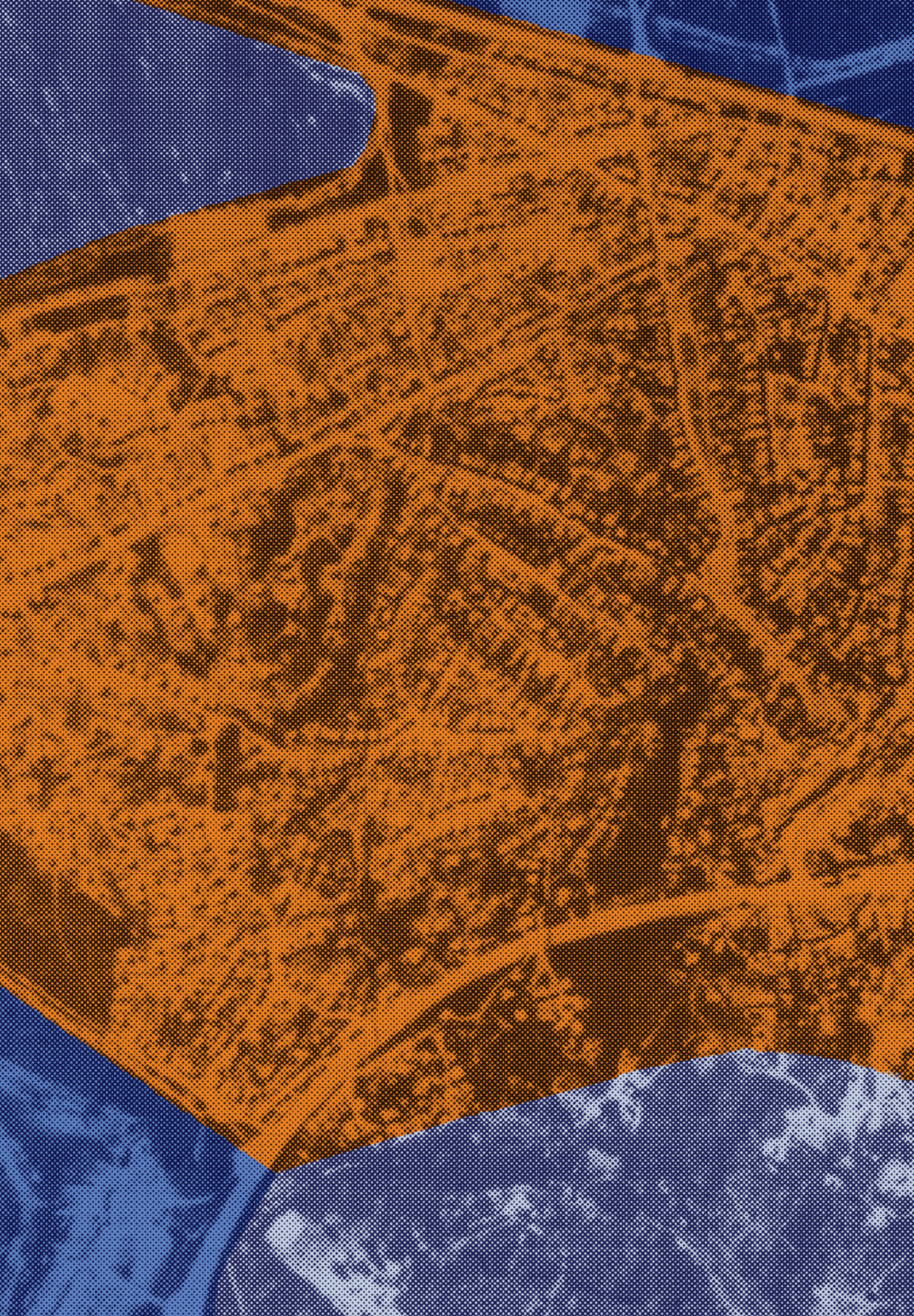
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

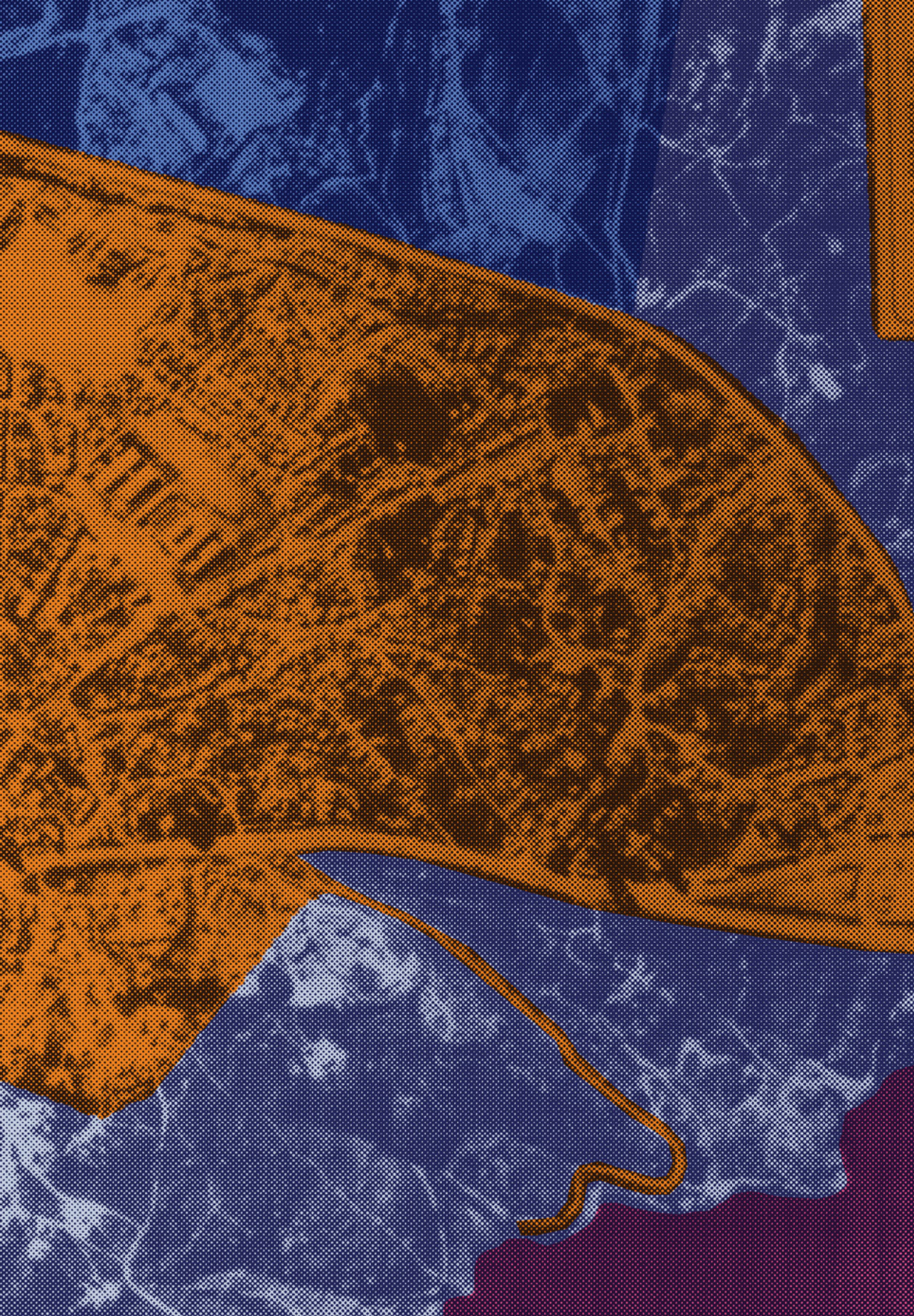
Realização



SUMÁRIO

9	PREFÁCIO A antiga favela do Paranoá Frederico de Holanda	99	Cada vez mais distante
19	INTRODUÇÃO Que história é esta de Vila Paranoá?	103	O fio da memória entre o Paranoá Novo e o Paranoá Velho
25	Memória e identidade comunitária	107	Uma rosa branca para a casa nova
31	Viver e se mover na Vila Paranoá... e além desta	111	Pedras, janelas, quintais
37	Cuidar, viver, celebrar	117	Um parque para chamar de nosso
43	Cuidar de quê, mesmo?	121	Um passeio sentimental nos arredores da Igreja São Geraldo
50	Acorda, Maria Bonita	126	Cedep: cultura, luta e memória
56	A saúde e a educação em meio à poeira e à lama	131	POSFÁCIO A luta contra a remoção da Vila Paranoá - uma história não contada Claudio Acioly Jr
64	Uma bacia para chamar de sua	143	RETRATOS
72	Água que brotava das fontes	171	AGRADECIMENTOS
82	Uma história de ocupação e resistência	175	OS AUTORES
87	Os enfrentamentos para a fixação da Vila Paranoá	183	PARTICIPANTES DAS RODAS DE CONVERSA
93	A fixação conquistada. E fraudada		







A antiga favela do Paranoá

Frederico de Holanda

João,

De uma assentada escrevi isso, inspirando-me talvez na bela manhã ensolarada do nosso sítio no litoral Oeste cearense. Tem coisas que nossa ansiedade coloca em prioridade máxima. Foi o caso. Vê o que acha, se era essa a ideia. Reproduzo abaixo.

Abraços.

Frederico de Holanda¹

Canaan, distrito de Trairi, Ceará, 14-6-2025

—
A Vila Paranoá vista a partir do Acampamento, com o espelho do Lago Paranoá e a região central – Palácio da Alvorada, Praça dos Três Poderes e Esplanada dos Ministérios ao fundo. Foto do Arquivo Público do DF.

A antiga favela do Paranoá, em Brasília, existiu entre 1957 e 1989, quando seus últimos resquícios foram destruídos por tratores do governo local na calada da noite. Foi autoproduzida por trabalhadores que vieram para construir a barragem que formou o lago Paranoá, ali pertinho. Entre 1980 e 1989, os moradores viveram sob pressão constante para abandonar o local e mudar-se para uma área definida pelo governo, a dezenas de quilômetros do sítio original. Resistiram o quanto puderam e, ao longo do período, docentes e discentes do então Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (hoje Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) juntaram-se a eles, contruindo com a associação de moradores, participando de assembleias, elaborando estudos e relatórios técnicos demonstrando a viabilidade da fixação do assentamento no seu local original. Mas, contra a força não há argumentos.

O lugar sempre causou em nós, profissionais e candidatos a profissionais da Arquitetura, um enorme fascínio. Autoproduzida, materializava no chão um saber com o qual a profissão não estava acostumada a lidar, saber ainda que subjacente, implícito, inconsciente de si mesmo, ainda assim real. Entender esse saber, revelar sua importância para o convívio social, investigar suas raízes profundas na história era nosso compromisso com os moradores — e com a produção de conhecimento em nossa disciplina. O que parecia “desordem”, particularmente tendo como pano de fundo uma cidade de tão fortes traços modernos, revelava-se apenas uma configuração irregular geometricamente, tantas vezes antes produzidas nos mais distintos tempos e lugares.

O parentesco com cidades medievais europeias, particularmente as francesas como Perrouges², que havíamos visitado, era evidente. Em ambas, havia espaços mais longos e mais curtos, mais largos e mais estreitos, mais acessíveis e mais reclusos. Isso não se dava aleatoriamente

te. Havia uma diferenciação que fazia com que certas ruas fossem mais intensamente ocupadas e outras menos; certos espaços concentrassem o comércio e os serviços urbanos, outros menos; certas vias desembocavam na praça central (no Paranoá, onde estava a feira), outras não. Um esquema aparentemente labiríntico, era, contudo, fácil nos orientarmos na favela, como o é nas configurações medievais europeias.

Demonstramos esses valores *ad nauseum* nas reuniões, nas pesquisas, nos documentos produzidos. Não! A favela não era perfeita. Havia espaço para melhoramentos. Nosso trabalho, portanto, não se limitou à análise, mas resultou em propostas de aperfeiçoamento do lugar, que possibilitassem, por exemplo, a penetração de veículos de segurança, de saúde, de coleta de lixo etc. até um ponto próximo a todas as casas. Onde os lotes eram excessivamente pequenos, implicando problemas de insolação e ventilação, propúnhamos um remembramento e a negociação com moradores para sua realocação para locais próximos, de forma a não desestruturar relações de vizinhança. São exemplos de medidas que não descaracterizam os atributos essenciais do lugar.

Mas um assentamento como do Paranoá era um acinte à ordem hegemônica da cidade. Ficava evidente que a remoção visava a um apagamento de uma manifestação cultural na direção oposta à da ordem hegemônica. Não se tratava de problemas ambientais (recorrentemente alegado pelas forças da ordem), como o demonstramos claramente. O sítio se prestava, sim, a um tratamento que permitisse evitar erosões, a ajustar, onde necessário, a malha viária para o deslocamento confortável de pedestres e veículos. Não, a questão era antes simbólica: não cabia na paisagem da cidade futurista, ainda mais num sítio de grande visibilidade, algo tão avesso à norma vigente. O Paranoá era o último vestígio desse modo de construir lugares em Brasília – urgia apagá-lo, que não servisse de exemplo para gerações vindouras. Assim foi feito.

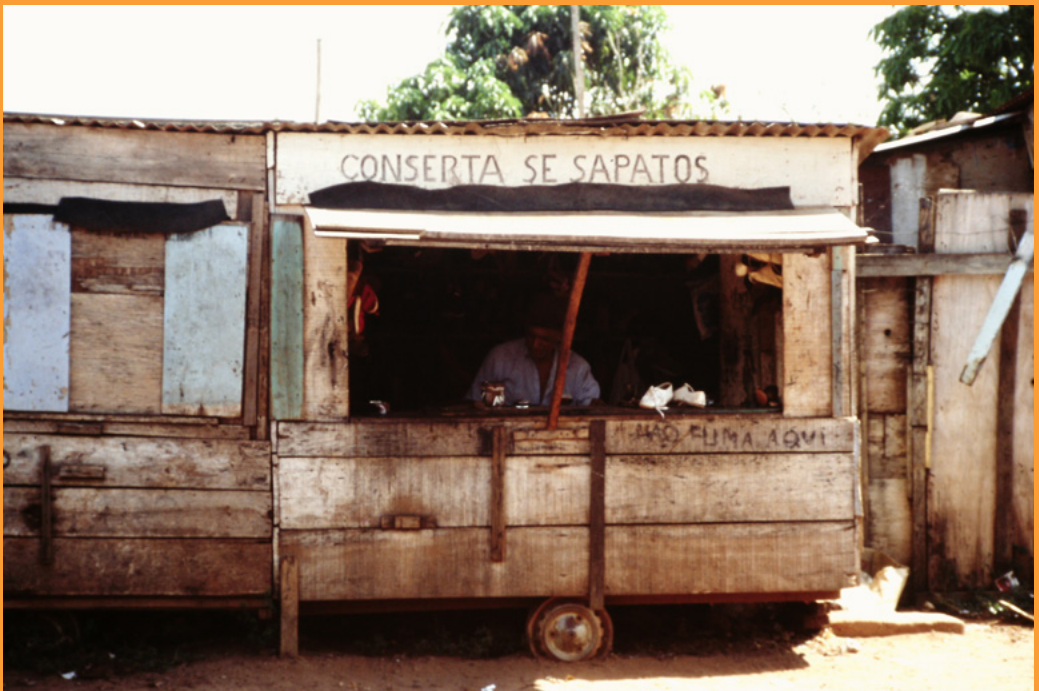
A luta dos moradores pelo menos impediu que eles fossem removidos para dezenas de quilômetros de distância, como era a intenção inicial do governo: eles foram realocados para uma área vizinha, numa configuração de malha viária regular, à imagem e semelhança de outras áreas do próprio Plano Piloto, mas, evidentemente, sem as qualidades expressivas deste. Pouco a pouco eles foram se conformando e mudando-se. Em janeiro de 1990 eram poucas famílias a resistirem no local. Com truculência, numa noite daquele mês, o governo mandou passar tratores sobre as casas remanescentes. E assim se apagou o que restava.

Eu havia visitado a favela com o saudoso mestre Bill Hillier³ em 1986. Ele ficou fascinado com o lugar, explorando-o beco após beco, rua após rua, foi difícil retirá-lo de lá. Depois da remoção forçada, quando voltei com ele ao lugar anos depois, agora deserto de gente, transformado em “parque”, sua frase sintetizou sua (nossa) tristeza: “aqui houve ódio”.

→
Rua Mariana nº 1.323”, informa a placa do Mercado Moreira, em rua do Acampamento da Vila Paranoá, porém com casas construídas numa das ocupações posteriores. Foto de Cláudio Acioly Jr.

→
Casa típica do Acampamento da Vila Paranoá, construída para abrigar trabalhadores da construção da Barragem. Sendo de meados dos anos 1980, em bom estado. Chama a atenção a altura das árvores. Foto de Cláudio Acioly Jr.









Páginas 12 e 13:
Três casas típicas do
Acampamento da Vila
Paranoá. E trailer de
sapateiro, na Rua da
Feira. Foto de Cláudio
Acioly Jr.

←

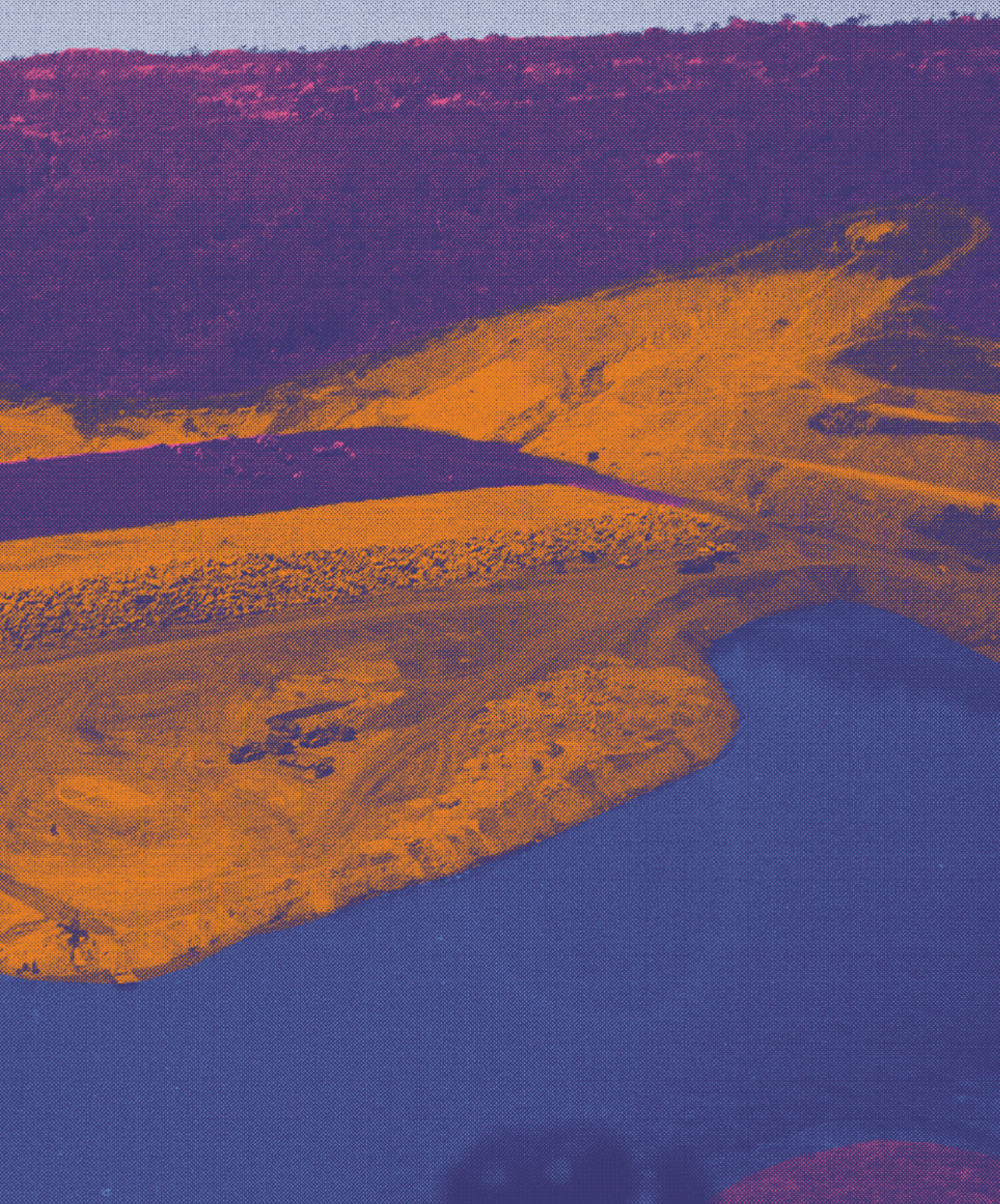
As casas em primeiro
plano ficam na parte
acima do Acampamento
da Vila Paranoá. Do lado
posterior ao Lago, região
da Ermida D. Bosco. Foto
de Cláudio Acioly Jr.

←

Casa de madeira típica
do Acampamento da Vila
Paranoá, construída na
década de 1950. Foto de
Cláudio Acioly Jr.

- ¹ Frederico de Holanda (n. Recife, 1944) é arquiteto (UFPE, 1966), doutor em Arquitetura pela Universidade de Londres (1997) e Professor Emérito da Universidade de Brasília, onde leciona desde 1972. Autor de obras relevantes – entre elas: O Espaço de Exceção (baseado em sua tese premiada pela ANPUR), Brasília – cidade moderna, cidade eterna (Prêmio ANPARQ Livro), 10 Mandamentos da Arquitetura, e Oscar Niemeyer: de vidro e concreto –, Frederico também coordena o grupo de pesquisa “Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização” (CNPq) e se dedica a investigações sobre a relação entre configuração espacial e uso social dos espaços. Fundou a editora FRBH, com títulos de arquitetura e literatura, e realiza filmes sobre arquitetura e cultura – já são mais de 130 produções disponíveis online. Mais informações em: <https://fredericodeholanda.com.br>. Na década de 1980, participou como cidadão e acadêmico do apoio às organizações populares da Vila Paranoá, orientando estudantes de arquitetura e urbanismo da UnB e contribuindo na formulação de argumentos que sustentaram a luta pela permanência da comunidade. Ao tomar conhecimento do projeto Memória e Afeto da Vila Paranoá, escreveu o texto que apresentamos como prefácio, por seu diálogo direto com o espírito deste livro.
- ² Pérouges é uma vila situada no departamento de Ain, a cerca de 40 km de Lyon. Reconhecida como uma das Mais Belas Aldeias da França, essa cidade fortificada parece ter parado no tempo, com suas ruas de pedra, casas dos séculos XII ao XV e atmosfera medieval preservada com esmero. Informações a respeito podem ser vistas em Pérouges, l'un des Plus Beaux Villages de France près de Lyon.
- ³ Bill Hillier (1937–2019) foi um dos teóricos mais influentes da arquitetura e do urbanismo contemporâneo. Professor da Bartlett School of Architecture, na University College London, ele é amplamente reconhecido por desenvolver a **Teoria da Sintaxe Espacial** – uma abordagem inovadora que analisa como a configuração dos espaços influencia o comportamento humano, os padrões de movimento e a vida social nas cidades.







Que história é esta de Vila Paranoá?

Páginas 16 e 17:

Destaque para a pista da parede da Barragem já formada, com inundação parcial da bacia do Lago. À esquerda, as comportas da Barragem do Lago Paranoá.

O Acampamento da Vila Paranoá se situa à esquerda dessa comporta. Foto do Arquivo Público do DF.

←

Estágio avançado da obra da barragem.

Veem-se construções provisórias em área que seria inundada. Foto do Arquivo Público do DF.

←

Visão posterior da comportas da Barragem do Lago Paranoá. Foto do Arquivo Público do DF.

Neste livro, são contadas histórias da Vila Paranoá por pessoas que nela viveram em algum momento, entre os anos 1960 e 1989. É parte do *Memória e afeto da Vila Paranoá*, projeto de educação patrimonial executado pela Associação Cultural Jornada Literária do Distrito Federal. Em meio a dezenas de outras, essa iniciativa mereceu o segundo lugar na colocação entre as contempladas no Edital de Chamamento Público nº 6/2023.

O trabalho compreendeu a identificação das pessoas, o convite para as rodas de conversa ou entrevistas particulares, a leitura de jornais da época, oficinas de educação patrimonial, visitas às antigas instalações da ocupação e reflexões sobre o que tem sido viver e ocupar espaços não previstos na cidade modernista de Brasília. Ao convite para as rodas de conversa, atenderam principalmente mulheres. Esse já é um dos aspectos interessantes da resistência dessas pessoas: ativas, disponíveis para conversar, emotivas, plenas em seu ser e estar. Não obstante todas as peijas que tiveram e continuam a ter, vivendo na Região Administrativa do Paranoá.

Sabe-se que a ocupação desta área se iniciou com a construção da Barragem do Paranoá, em 1957. Primeiro, houve a chegada dos trabalhadores que atuaram na construção, seguidos de suas famílias. Aos poucos, foram se juntando na região pessoas que prestavam serviço à comunidade. Similar ao surgimento de um distrito urbano, ao longo das vias de acesso criadas nas cercanias da barragem, foram sendo ocupadas as áreas rurais e ermas do cerrado nas proximidades do que seria, no futuro, o Lago Paranoá.

Dialogando com a história da Vila Amaury⁴, que foi submersa com a formação e cheia do lago artificial da Nova Capital, o aclave próximo à região da barragem aos poucos foi sendo ocupado. Nos registros disponíveis no Arquivo Público do Distrito Federal, é possível perceber o crescimento populacional e a ocupação gradativa da região ao longo das décadas; ocupações sucessivas que passaram a preocupar o governo local quanto à possível especulação imobiliária e à estratégia de ocupação do solo nas paragens do Distrito Federal.

Se, num primeiro momento, na Vila Paranoá se instalaram pessoas responsáveis pelo preparo do alimento, cuidado com o ambiente residencial e com a roupa de casa e vestimenta, num segundo momento a área passou a ser ocupada por famílias que necessitavam de um espaço para se abrigar. Assim surgiram os muitos casebres de madeira reciclada, construídos a partir das obras múltiplas que aconteciam tanto na região da barragem quanto na Esplanada dos Ministérios.

A madeira usada era proveniente das estruturas de concretagem que estavam sendo erigidas, proporcionando a essa população a matéria-prima necessária para a confecção de suas moradias precárias, mas que ofereciam o mínimo de segurança e conforto superior aos barracos erguidos com sacos de embalagem de cimento na região inundada do lago. Casebres de madeira de construção, telhas de amianto, piso de terra batida ou de cimento queimado – também chamado de vermelhão – revelavam a ambiência da Vila Paranoá.

Com o crescimento do aglomerado urbano, surgiram equipamentos sociais para sustentar a vida coletiva: posto de saúde, ponto de ônibus, escolas, um orelhão da então Telebrasília, locais de abastecimento, farmácia, templos. Esses espaços passaram a estruturar o cotidiano e a criar pontos de referência.

No território, multiplicaram-se templos de diferentes tradições, alguns marcados pela construção física, outros pela circulação de líderes religiosos. Alguns se consolidaram como marcos – a Igreja São Geraldo, o Centro Espírita Luiz Antônio do Paranoá e o Grupo Fraternidade Espírita Irmão Estevão, na década de 1980. Outros, como os templos de matriz africana, buscaram as margens: por identidade, por necessidade, por estratégia de permanência.

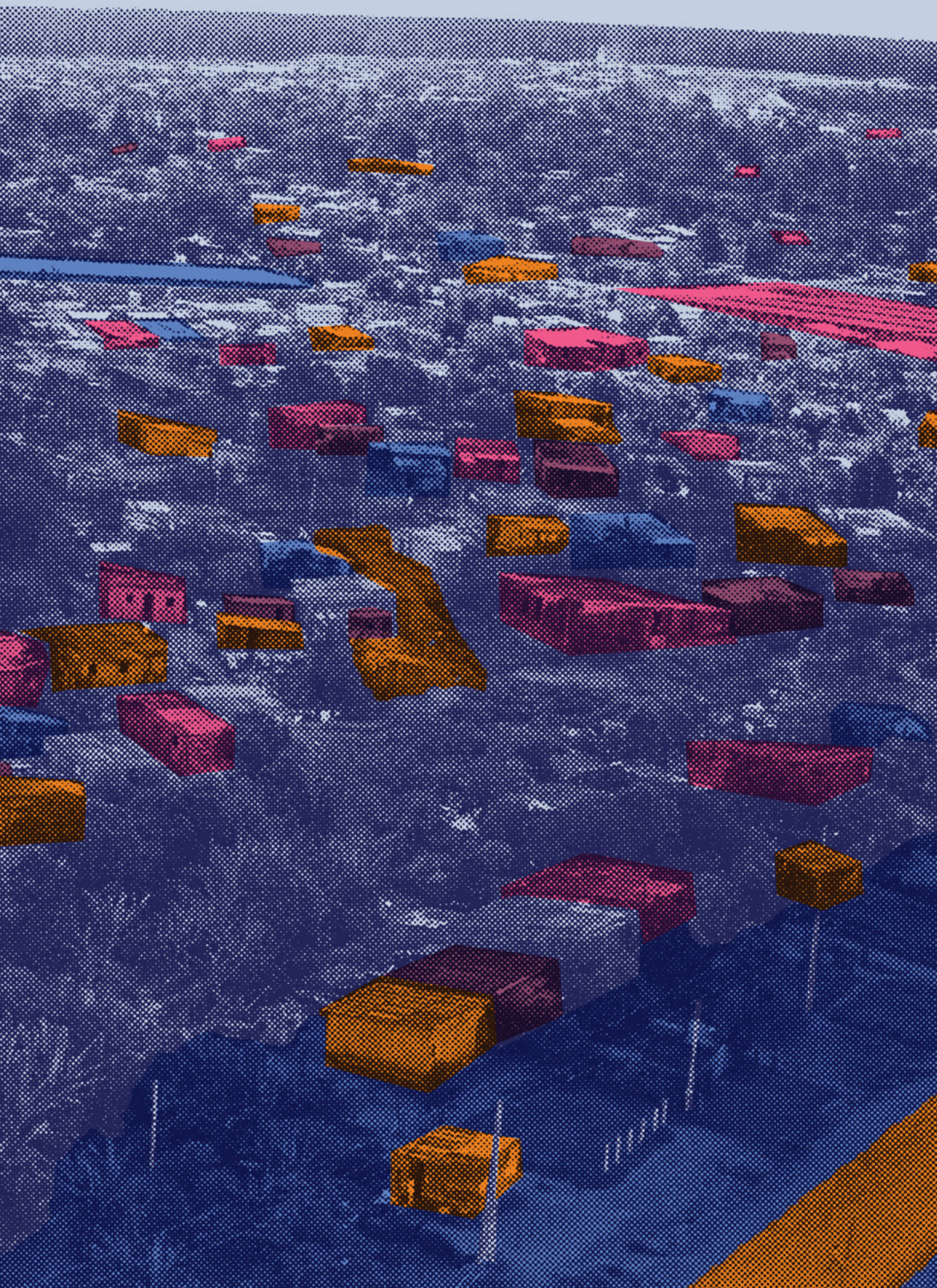
Esperamos que as histórias aqui retratadas sirvam para alimentar a memória das gerações contemporâneas e futuras sobre a Vila Paranoá. A leitura deste material pode e deve ser complementada pelas informações publicadas na página <https://www.jornadaliterariadf.com.br/memoria-afeto>.

→
Vista a partir da Rua Rodobrás, com visão da Barragem e do Lago Paranoá. Foto de Cláudio Acioly Jr.

⁴ Antes da Vila Paranoá, outra comunidade à beira d'água já havia experimentado o que significa ver o próprio território desaparecer: a Vila Amaury. Erguida no final de 1957 para abrigar cerca de 15 a 16 mil trabalhadores vindos de várias regiões do Brasil e os chamados candangos –, ela foi um dos principais acampamentos da construção de Brasília. Seus moradores participaram de obras que definiram a paisagem da capital: o Congresso Nacional, o aeroporto, o Plano Piloto e os primeiros edifícios das asas Sul e Norte. As casas, improvisadas, eram feitas com restos de materiais das construções, como tábuas, sacos de cimento e folhas de zinco. A vila tinha comércio, bares, restaurantes e até parque de diversões. Em 1959, com a conclusão da barragem, o Lago Paranoá começou a encher. Quando a água atingiu a “cota mil”, a Vila Amaury foi submersa. Muitos resistiram até o último momento, mas acabaram removidos antes mesmo da inauguração oficial de Brasília. A história da Vila Amaury ecoa, de forma dolorosamente próxima, na trajetória da Vila Paranoá: ambas marcadas pela presença de trabalhadores migrantes, pela construção de laços comunitários e pelo rompimento forçado com o território.







*A história se repete.
Só muda o lugar e o CPF.
Todas nós temos a mesma história.*

*Trechos de depoimentos das rodas de conversa
do projeto Memória e afeto da Vila Paranoá*

Memória e identidade comunitária

Páginas 22 e 23:

Imagem da Vila Paranoá, em meados da década de 1980, a partir das proximidades da Barragem do Lago Paranoá, tendo, ao fundo, o pinheiral. A estrada de terra à direita é o mesmo asfalto que, hoje, conduz a Itapoã. Foto do Arquivo Público do DF.

As primeiras falas das senhoras nas rodas de conversa são de reconhecimento e busca por referências no espaço. As mulheres começam a relatar as lembranças de onde moravam e como era a Vila Paranoá quando ali residiram, com falas como esta: “Eu sei que eu morava na Rua São Jorge, sabe?”. Ou esta localização espacial: “Eu já morava ali, ao lado da parada de ônibus.”

Que eu acho que todo mundo conhece o Chicão aqui no Paranoá.” Frequentemente, da loja física, o fio da recordação se estende à pessoa ou à família daquele que foi mencionado: “O Chicão, a esposa dele, o Alberto, os filhos deles. São um pessoal bem amigo mesmo, sabe?”

Ainda que não seja o costume designar lugares com nomes de ruas em Brasília, observa-se que a Vila Paranoá manteve um modo de nomear mais tradicional, com ruas batizadas por referências religiosas, estados brasileiros, profissões e qualidades simbólicas — como Rua São Domingos, Rua Boa Vista, Rua Araújo e Rua Alta Tensão. Diferentemente do sistema oficial de endereçamento de Brasília, que se estrutura em siglas que indicam setores, quadras e direções (por exemplo, SQS 308, SQN 210, SHN Quadra 5), essas ruas guardam uma memória afetiva e comunitária de ocupação popular, preservando nomes que evocam identidade local e relações cotidianas, em vez de uma lógica técnico-burocrática de organização do espaço urbano. Por isso, era possível encontrar ruas com nomes como estes na antiga Vila Paranoá: Alta Tensão, Araújo, Boa Vista, Bom Pastor, Ceará, JK, João Paulo II, Maranhão, Paulista, Portuária, Rodobrás, Santa Luzia, Santo Antônio, São Domingos, São Francisco, São Jerônimo, São João, São Jorge, São José, Silva, Souza, Vila Nova, Vila Santo Antônio.

Nas rodas de conversa realizadas ao longo do primeiro semestre de 2025, também se recordava o transporte e a chegada ao bairro. Uma das participantes contou: “Eu vinha do Lago Norte, porque o ônibus parava bem ao lado da minha casa.” Ao responder a uma pergunta dos mediadores v “Se a senhora não descesse nesse ponto, o que tinha mais para frente de ônibus?” –, a resposta vinha pronta: “De ônibus, você ia mais para frente, que já era lá no ponto final.”

Onde morava e como se locomovia – fosse internamente, na Vila Paranoá, ou desta para o Plano Piloto – foi um tema recorrente nas conversas. Para deslocamentos externos, as duas linhas que, então, serviam ao Paranoá dizem muito a respeito dos moradores e suas ocupações: para boa parte das mulheres, o serviço doméstico em mansões do Lago Sul ou do Lago Norte, assim como nas duas asas do Plano Piloto. Para os homens – a maioria contratada no regime por semana –, o acesso às obras em que trabalhavam se dava comumente nesses bairros. Comerciantes e comerciários faziam esses mesmos trajetos. Em boa parte das situações, a movimentação implicava – além do ônibus para a Rodoviária do Plano Piloto – mais uma ou duas conduções para a W3 Sul. Como ainda não existia a Ponte JK (inaugurada em 2002), a rota do Lago Sul compreendia passar pelo Aeroporto e pelo Centro Comercial Gilberto Salomão; às vezes, até, pelo Núcleo Bandeirante. As trabalhadoras e trabalhadores passavam entre três e quatro horas no ônibus, todos os dias, com o agravante de haver poucos horários disponíveis. Não raro, acordar às 4h da manhã era o melhor para quem quisesse chegar a tempo no expediente.

As rodas de conversa começaram com um convite simples: lembrar como eram as respectivas rotinas, trajetos, modos de ocupar o espaço e “se virar” numa ocupação também denominada favela ou, pelos poderes constituídos, de “invasão”. Foi por isso que se escolheu o nome “Memória e Afeto”. Até a data da proposição do projeto, já havia muitos registros sobre as lutas da Vila Paranoá – textos, filmes, depoimentos. Mas agora o desejo era outro: “Queremos olhar para outra camada dessa história. Queremos falar dos afetos.”

O afeto, conforme fomos expondo e ouvindo, não é só alegria. É também saudade, apego, a dor que fica quando se perde algo importante. Uma das participantes é Maria da Guia, que demonstrou isso assim que o encontro começou. “Quando ele [um dos mediadores da roda de conversa] ia explicando, eu senti algo diferente. Era como se eu tivesse uma contração em alguns membros do corpo. Uma sensação de já ter sido parida lá no Piauí, depois no Paranoá, e agora de novo.” Para ela, falar de afeto era também enfrentar conflito. “Para mim [relembrar da extinta Vila Paranoá], era como cortar o cordão umbilical outra vez.”

Outra das participantes é Anilda, que tem uma opinião parecida, ao declarar que aquele lugar guardava um sentimento que ninguém conseguia arrancar dela. “A Vila Paranoá antiga é um afeto que todos nós carregamos. A gente lutou muito para continuar ali. E por quê? Porque tinha um bem querer.”

Cada lembrança da Vila Paranoá se transformou, nas rodas de conversa, em gesto de pertencimento. O mediador lembrava que “as fotos são poucas. É pela memória de vocês que conseguiremos reconstruir o que foi vivido.”

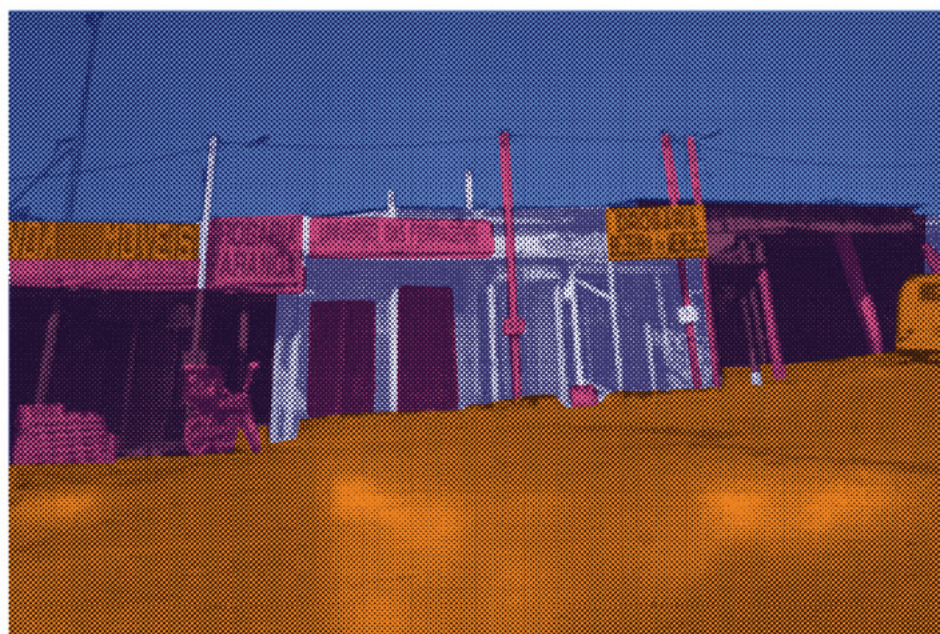
E, quando indagadas sobre os cuidados, a conversa ganhava novas camadas: cuidar dos filhos, da saúde, da casa, de si mesma. Maria da Guia, por exemplo, recordava do esforço para vacinar as crianças. “Para vacinar os filhos, a gente ia até a W3 Sul. Era longe.” Às vezes, pegavam carona nos carros da Caesb ou da CEB, as companhias de água e de energia.

Falar dessas lembranças comovia quem estava ali, naquelas rodas. Trazia de volta o tempo em que tudo era imprevisto e coragem, mas também lembrava que foi com peijas semelhantes que a comunidade havia se erguido e mantido por tantos anos. “A gente foi construindo. Estamos construindo ainda. Se Deus quiser”, dizia Maria da Guia, com voz firme, ao vincular o Paranoá de hoje com a Vila de então.

Nas diversas ocasiões em que fizemos o círculo para conversar, ninguém tinha pressa. O microfone passava de mão em mão e cada relato deixava claro que, mais do que tudo, cavar nas lembranças o afeto era reconhecer a dignidade e a força de quem fez a Vila Paranoá resistir – e existir.







Viver e se mover na Vila Paranoá... e além desta

Páginas 28 e 29:
Ponto Final de ônibus
da Vila Paranoá, Foto de
Cláudio Acioly Jr.

←
A partir do Ponto Final,
vista da Rua São Jorge
ou Rua da Feira, com
destaque para a Drogaria
Bezerra de Menezes.
Foto de rede social.

Nas rodas de conversa, as participantes foram incentivadas a falar com base em uma foto projetada. A imagem em preto e branco, fotografia aérea, de amplo enquadramento, mostra toda a extensão de uma grande ocupação urbana informal. No centro e à direita da imagem, há centenas de pequenos barracos distribuídos de forma densa e aparentemente desordenada, formando um tecido urbano de ruas sinuosas, estreitas e irregulares, que lembram trilhas que se cruzam. Algumas vias seguem curvas amplas; outras são becos estreitos que se abrem entre as casas. No canto superior da imagem, é possível ver a água de um lago – o Lago Paranoá – que contrasta com o adensamento da vila. Próximo à margem do lago, há uma área com vegetação arbustiva e algumas árvores esparsas. Ao centro, destaca-se um conjunto de construções maiores, retangulares, que se diferenciam do restante dos barracos por serem mais amplas e provavelmente cobertas com telhados de duas águas. Elas se dispõem em alinhamento paralelo, sugerindo galpões ou escolas. À esquerda da imagem, uma estrada larga, de terra batida, margeia a vila e segue em direção ao horizonte, onde se percebe uma ponte estreita que cruza o lago. Ao longo dessa estrada, há fileiras de barracos menos adensados. No primeiro plano, na parte inferior, nota-se uma área mais aberta, com poucos barracos espaçados e trechos de solo exposto, com aparência de campo ou clareira. Ao fundo, o relevo sobe formando morros de vegetação baixa, completando o cenário. A paisagem geral transmite a impressão de um assentamento autoproduzido, com casas pequenas e de implantação orgânica, que se estende até onde a vista alcança, denotando a dimensão e a precariedade do local.

Ao visualizar essa fotografia, quando questionadas sobre o local onde teriam morado, hesitam por alguns instantes antes de responder. Essa imagem oferece uma visão ampla da Vila Paranoá. Apesar de não estar datada, sua configuração indica que foi registrada na primeira metade da década de 1980, quando a Vila já apresentava maior desenvolvimento – embora ainda sem a Escola de Lata e sem o chafariz das proximidades.

Para facilitar a identificação, os moderadores começam a indicar alguns locais, como a Igreja São Geraldo e a Escola de Madeira⁵. Em seguida, as próprias participantes mencionam outros pontos de referência, como “perto do ponto final”, “mercado do Chicão”, “Feirinha”, “Posto de Saúde/LBA”, “Colégio (ou Escola) de Lata” e o Chafariz. Essa aproximação inicial tem como propósito despertar o senso de localização das antigas moradoras – não pela exatidão geográfica, mas pelos percursos que faziam. Interessa, por exemplo, sondar a dimensão de lazer. Para tanto, a palavra “praça” é mencionada, assim como outras, destinadas a colher essa mesma a dimensão das participantes.

As linhas de ônibus eram duas: a que vinha do Lago Norte e a que vinha do Lago Sul. Registre-se que a travessia mais próxima, então, era a Ponte das Garças, na altura do Centro Comercial Gilberto Salomão. A depender do dia ou hora, estava sujeito ao ônibus ir ao Núcleo Bandeirante, ao Aeroporto e, só depois, dirigir-se ao Paranoá.

Dali, do Ponto Final, bastava um pulo até o barraco de muitos moradores — não só o de Maria de Lourdes de Souza. Para alguns, era simples: atravessavam a pista e já estavam em casa. Quem morava mais para dentro da Vila precisava caminhar um pouco mais, mas sempre acabava encontrando um vizinho, uma criança, algum conhecido pelo caminho. O Ponto Final era mais que um destino; era quase um ponto de encontro, onde as histórias do dia se misturavam com a poeira fina do chão batido.

Nessa cidade autoproduzida, como nos diz Frederico Holanda, os deslocamentos eram uma mistura de paciência e improviso. Muita gente, principalmente as mulheres, equilibrava a rotina entre a Vila e o Lago Norte e o Lago Sul (mas também Asa Sul e Asa Norte), onde pegavam serviço como diaristas. Já os homens eram frequentemente “oreia seca”⁶ de obras, na condição de serventes, pedreiros, eletricitistas.

De manhã cedo, muitas mulheres deixavam seus filhos pequenos no barraco e subiam no primeiro ônibus, percorrendo o trajeto que o salário permitia – e completando o restante a pé, quando fosse preciso. Voltavam só no fim do dia. Outras, sobretudo as solteiras ou mesmo algumas mães de família, passavam a semana inteira dormindo no emprego doméstico, retornando à Vila apenas no sábado ao anoitecer, ou no domingo.

As ruas do Paranoá, com suas curvas inesperadas e caminhos sem linhas retas, lembravam, de fato, uma antiga cidade medieval – como aquelas descritas por estudiosos e arquitetos, que viam ali uma configuração tão rica quanto mal compreendida. Os becos e vielas, longe de serem simples desordem, davam passagem para quem sabia o caminho, ainda que fosse necessário desviar de um rego de esgoto a céu aberto, que, mais abaixo, serviria para irrigar uma mangueira teimosa. Essa paisagem, que aos olhos do poder público parecia um acinte à cidade planejada, era, para quem nela vivia, a materialização de uma vida coletiva, um saber prático e profundo que não cabia na norma oficial.

As lembranças do dia a dia na vila surgem em detalhes sobre as casas, os barracos, a vizinhança e os hábitos: “Descia do ônibus, só atravessava a pista e o meu barraco já estava, assim, em frente.” Ou: “Tinha

o dentista, que era o seu Nonô, que acho que todo mundo aqui conheceu.” E, ainda: “Tinha o chafariz assim por trás e tinha muitos, muitos, muitos barracos.”

Viver e se mover na Vila Paranoá era mais que percorrer distâncias: era pertencer a uma geografia de afeto e resistência. Entre a pressa de chegar ao trabalho e a tranquilidade dos encontros na beira do lago, formou-se um território feito de rotas conhecidas, de rostos familiares. Ao revisitar essas histórias, percebemos que cada trajeto — do barraco ao ônibus, da bacia ao chafariz, do quintal à feira — era, também, uma forma de afirmar a dignidade de quem, mesmo à margem do traçado oficial da cidade, insistiu em criar vínculos, nomear lugares e cultivar a esperança de que ali cabia, sim, uma vida inteira.

⁵ Durante décadas, foi a única escola da Vila Paranoá e, por isso, conhecida simplesmente como “a Escola”. Reinaugurada em 10 de julho de 1974 pelo Lions Clube, foi registrado em placa o nome Escola do Paranoá. Oficialmente, era a Escola Classe 01 da Secretaria de Educação. Com a construção de uma nova unidade metálica, esta passou a usar o nome Escola Classe 01, e a original foi registrada como Centro de Ensino Fundamental 01. No dia a dia, porém, a comunidade fixou os nomes que perduram até hoje: Escola de Madeira e Escola de Lata.

⁶ Durante as rodas de conversa, alguns participantes lembraram uma expressão muito ouvida nos canteiros de obras de Brasília: oreia seca. Usada para se referir a trabalhadores braçais — geralmente ajudantes de pedreiro ou serventes —, a expressão carregava um tom pejorativo, mas também refletia a cultura e o linguajar dos ofícios que ajudaram a construir a cidade. Segundo relataram, o apelido teria surgido porque esses ajudantes carregavam baldes de cimento ou concreto no ombro, de modo que a orelha ficava encostada no balde e, com o tempo, o contato constante com o pó ressecava a pele. Alguns lembraram ainda de um uso mais irônico: oreia seca era também o filho do pedreiro que trabalhava sem receber, ajudando “por nada” — seco até de pagamento.



ARIA
ZIA





Cuidar, viver, celebrar

Páginas 34 e 35:

Na Praça do Roxo, palco sobre a carroceria de caminhão, com João do Violão à esquerda e banda convidada para apresentação na comunidade. Foto do acervo de João do Violão (1959-2020) (in memoriam), cedida por Zilma Cassemiro.

—

Palco da terceira edição do Festival de Música Popular do Paranoá (Femupop). Da esquerda para a direita, Deliomar, João do Violão (organizador), Jonas Almeida e José Bezerra do Bonfim. Foto do acervo de João do Violão (1959-2020) (in memoriam), cedida por Zilma Cassemiro.

Na Vila Paranoá, cuidar e zelar eram partes inseparáveis da vida cotidiana. Entre vizinhos e parentes, sempre havia um gesto de atenção: uma ajuda para carregar água, um conselho sobre como tratar uma dor, uma mão estendida para acalmar o choro de uma criança. A saúde, entendida não apenas como ausência de doença, mas como bem-estar, nascia do cuidado mútuo, do alimento repartido e do descanso merecido depois de longas jornadas de trabalho.

Nos primeiros tempos, antes de qualquer consulta, vinham os chás, xaropes, lambedores, garrafadas e a reza – tudo temperado pelo improvisado e pela solidariedade entre as casas. O posto médico, quando funcionava, era pequeno, com poucos recursos, sem ambulância e quase sem remédios. Quem precisasse de hospital tinha que enfrentar o caminho longo até o Plano Piloto, fosse pelo Lago Sul ou pelo Lago Norte. Qualquer dor de barriga mais teimosa já deixava todo mundo em alerta. E, nas emergências, não havia tempo para pensar: segurava-se o grito e pedia socorro aos policiais – únicos com veículos na comunidade –, que levavam o doente na viatura. As situações de urgência eram ainda mais dramáticas. Maria Lúcia contou que, certa vez, enquanto lavava roupa no lago, foi picada por uma jararacuçu e se viu sozinha, sem ter a quem recorrer. “Restou só apertar o lugar da picada e rezar para chegar viva”, recordou. O medo das cobras se misturava ao temor, talvez maior, de não ter para onde correr quando a vida dependesse disso.

A vida era tão corrida que a saúde própria ficava em segundo plano. “Eu não cuidava de mim. Não tinha tempo. Só cuidava dos filhos. Quando adoeciam, eu corria para cuidar. De mim, mesma, nada”, confessou Mariana. Muitas mulheres trabalhavam em dois empregos e ainda faziam bicos aos fins de semana. “A gente se acostumava a aguentar”, diziam. Cuidar dos outros vinha sempre antes.

Anilda lembra: “Naquele tempo, eu morava na invasão do Ceub, mas passava os finais de semana na Vila Paranoá. Nunca fui muito de adoecer, graças a Deus.” Mas com os filhos, o cuidado era diário. “Ficavam na creche e sempre traziam um resfriadinho. Era luta, mas era com carinho. Cuidar deles era meu jeito de me manter firme.”

Outra das mulheres, Gilda, recorda-se do peso que a rotina impunha: “Eu trabalhava em dois empregos. No primeiro, entrava às sete e saía às quatro. Depois, corria pro outro. Saía às dez da noite.” Quando chegava, quase meia-noite, encontrava o filho sozinho. “Eu não tinha nem tempo de fechar a porta direito. Ficava aberta. A gente vivia assim. Era sacrifício. Mas era o meu jeito de cuidar.”

Havia também quem lembrasse dos males que chegavam junto com o cansaço e a tristeza. “Aí arrumei um marido... mas ele bebia muita cachaça. Depois vieram as dores. Comecei a adoecer, acho que foi tudo junto: correria, cansaço”, contou outra participante, encerrando com um suspiro: “Ele morreu. Que Deus o tenha.”

Entre tantas histórias, há quem se orgulhe do que construiu no meio da poeira: “Meus meninos foram criados aí, na poeira mesmo. Mas, graças a Deus, tudo sadio. Cresceram fortes, mesmo no meio daquilo tudo.” E há também quem nunca esqueceu o medo que se misturava à coragem: “Tinha a minha filha que enfiava a cabeça na terra com medo dos trovões. O sofrimento não era só dela. Era meu também.”

Foi assim que, pouco a pouco, um cuidado de cada vez, a vida seguiu adiante — sustentada pelo afeto e pela força que cada mulher carregava dentro de si.

Mas, apesar da dureza, havia tempo para a beleza e o repouso: um banho tomado com calma, um cabelo penteado com capricho, uma roupa escolhida com carinho para a celebração. O lazer surgia nas brincadeiras das crianças pelas ruas de terra, nos jogos de bola improvisados, nas festas que enchiam os barracos de música e riso. Era no convívio diário – na conversa à beira da cerca, no cafezinho repartido, no banco em frente de casa – que se criavam os laços mais fortes.

No contexto das conversas sobre saúde, surgiu a lembrança de uma iniciativa que começou ainda no tempo da Vila Paranoá e que permanece até hoje: a Casa das Ervas⁷. Situada na borda do Parque Viven- cial, é um dos poucos espaços que não foram arrancados com o passar dos anos e segue ali, a servir quem precise.

Uma das responsáveis pelo lugar é Janira, que aceitou conversar com as senhoras do projeto “Memória e afeto da Vila Paranoá”. Chegou com a voz tranquila e firme: “Boa tarde, meu nome é Janira. Tô aqui para falar da Casa das Ervas, da Irmã Maria e da nossa luta.” Contou que morou muito tempo no Paranoá Velho, num barraco comprado como tantos outros – o que o dinheiro permitia, o que estivesse disponível. “O meu lote e barraco, quando comprei, só tinha rato e barata.” Como providência de saúde, derrubou tudo e recomeçou. “Devagar, a gente foi ajeitando, até conseguir água, luz. Porque lá, se colocasse um madeirite, vinha a Terracap e derrubava. E não foi só uma vez, não. Derrubaram o meu, quebraram as lâmpadas.” Mesmo assim, não desistiu. “Mas, graças a Deus, agora a gente tá no céu.”

Janira se dedica a contar a história da Casa das Ervas com respeito. “A Casa das Ervas nasceu com a Irmã Maria. Quando o padre José Galea viu o jeito dela, soube dos talentos que ela tinha. Ela tinha esse dom, esse amor de ajudar.” Foi ele quem bancou seus estudos sobre plantas medicinais. “Pagou três anos de curso para ela em Medianeira

(SP).” Quando voltou, Irmã Maria percebeu logo: “O povo não queria aprender a fazer, queria pronto.” E assim começou a preparar xaropes, pomadas e garrafadas. “Quem podia pagava, quem não podia levava do mesmo jeito.”

Ao relembrar seu início, Janira conta: “Quando entrei lá [na Casa das Ervas], não sabia o nome de uma planta. Era tudo mato para mim.” Até que um dia, sozinha, teve que agir. “Chegou uma mulher com uma infecção. Tava mal, com dor, nem andava.” Janira folheou as apostilas da Irmã Maria, buscou o que já sabia e decidiu: “Fui na geladeira, peguei a garrafada.” Uma semana depois, a mulher voltou sorrindo: “Agora posso até correr!” Foi ali que Janira sentiu que precisava aprender mais. “Foi o que me fez querer estudar.”

Hoje, ela compartilha o que descobriu na prática. “Toda planta serve para alguma coisa. Tem importância. Mesmo com duas ou três plantinhas em casa, já tem uma farmácia. Guaco, aroeira, babosa.” Ela mesma se tratou quando adoeceu. “Teve um tempo em que eu adoeci. Fiquei sem comer, peguei anemia. Fiz exame, nada. Fui estudar, fazer os remédios. Me curei.” Ao final, resumiu com gratidão: “A Casa das Ervas é mais que um lugar. É uma forma de existir, de cuidar, de ensinar. E a Irmã Maria, para mim, é um anjo.”

Entre barracos improvisados, ruas de terra e quintais floridos por resistência, as histórias de cuidado e de celebração na Vila Paranoá se entrelaçam como raízes que não se deixam arrancar. São lembranças de mulheres que aprenderam a ser fortes e a repartir o pouco que tinham – um remédio caseiro, um prato de comida, uma palavra de consolo. Nos gestos silenciosos, nas ervas que curavam, nas festas que iluminavam as noites, encontra-se a memória de um tempo em que viver, cuidar e celebrar eram atos inseparáveis. E é dessa herança de afeto, tão simples quanto necessária, que nasce a dignidade que nenhuma dificuldade conseguiu apagar.

⁷ O herbário tem o nome comercial de Casa das Hervas. E funciona na Quadra 2, do Paranoá, na mesma rua em que se tem acesso ao Hospital Regional do Paranoá.







Cuidar de quê, mesmo?

Páginas 40 e 41:
Rua típica da Vila
Paranoá, com orelhão
situado à esquina da
Associação de Morado-
res do Paranoá. Foto de
rede social.

←
Rua de lazer, proximida-
de da Escola de Madeira.
Primeira metade dos
anos 1980. Foto de
Cláudio Acioly Jr.

No contexto do viés feminino e da sobrecarga que recaía sobre as mulheres, é importante notar que os espaços de lazer eram improvisados; e a presença feminina quase sempre era atravessada pelo trabalho e pela vigilância. No que diz respeito ao lazer, enquanto os homens se encontravam no bar ou no campo de futebol, as mulheres permaneciam cuidando das crianças, varrendo a calçada, lavando roupa ou preparando comida.

As “praças” – como a Praça do Roxo ou a Feira – não eram lazer para elas, mas extensão da lida. Quando havia festa ou celebração, muitas mulheres participavam, quase sempre como quem organiza, serve, observa e garante a segurança dos filhos.

Demonstrações disso vieram numa das rodas de conversa em que pedimos que trouxessem fotografias a respeito da vida da Vila Paranoá. Boa parte das fotos de uma das participantes era de festas de aniversário – suas e dos filhos – em que Doralice indica o que havia feito para a festa, incluindo os bolos, doces, decorações improvisadas.

O cuidado de si, no meio da correria, quase sempre ficava para depois. “Tinha dia certo de passar esmalte? De se perfumar?” Muitas nem sabiam se haveria tempo, ou mesmo vontade. Ainda assim, encontravam um jeito. “Botava bobs no cabelo, depois passava o pente, ajeitava com a meia-calça, fazia o caracol, botava o grampo.” O cabelo ficava lisinho, pronto para o baile. Esse ritual, ainda que carregado de camadas como os da identidade, era também um gesto de afeto. Um cuidado raro, mas cheio de significado. Memória viva do que fazia bem e devolvia um pouco de alegria.

Na roda de conversa, quando a pergunta foi lançada – Como é que você se embelezava, por exemplo, para passear? Ou não tinha esse direito? –, as reações foram diversas. Algumas riram de canto de boca, outras balançaram a cabeça, entre a saudade e o cansaço acumulado. O cuidado pessoal, quase sempre, entrava na lista das últimas coisas. Mas, quando sobrava um tempinho entre uma bacia de roupa e uma panela de arroz no fogo, aquele pequeno ritual de beleza virava um gesto de carinho consigo mesma, um respiro de vaidade possível: “Era botar bobs – contou Maria de Lourdes da Costa, ajeitando o cabelo

como se repetisse o movimento de décadas atrás.” E completa: “No meu tempo, nem era baile que chamava. Era discoteca – completou, com um sorriso nostálgico. — E era assim que a gente ia, toda arrumada.

Sem que a identidade de pessoas negras tivesse espaço para se afirmar, cuidar do cabelo era um capítulo à parte. Chapinha e progressiva ainda eram palavras de um futuro distante. Por aqui, a beleza requerida pelos padrões vigentes de então, vinha dos truques caseiros, dos bobs enrolados com paciência, da meia que alisava os fios com a força da tradição. Quem podia, passava um esmalte vermelho nas unhas, guardado para os fins de semana ou para as festas juninas no clube da cidade.

É interessante notar que a identidade negra, o direito de apresentar penteados no design afro, como são conhecidos nas primeiras décadas do ano 2000, não eram cogitados. Essa visão pode ser reconstituída, entre inumeráveis indícios, num anúncio típico da época:

CABELO LISINHO, LINDO DE MORRER!!!

FAÇA A FELICIDADE DO SEU CABELO!

ENTRE NO CHARME DA MODA!

LISINHO, MACIO, SUPER JOVEM:

TRATAMENTO Nº 15

Acabe com o cabelo rebelde, duro, encarapinhado. Acabe com o cabelo que “não tem jeito”. Faça os mesmos lindos penteados das artistas de cinema e televisão. Sozinha e em poucos minutos você fará no seu cabelo o MAIS REVOLUCIONÁRIO TRATAMENTO ALISANTE EMBELEZADOR da cosmética atual.

Esse anúncio, publicado na revista O Cruzeiro, na semana de 6 a 12 de julho de 1981, exemplifica os conceitos de beleza hegemônicos da época, que associavam o “cabelo bonito” à obrigatoriedade de alisamento e alinhamento a um padrão eurocêntrico. A mensagem, ao prometer “acabar com o cabelo duro, encarapinhado”, expressa um discurso excludente que desvalorizava a estética negra e reforçava a ideia de que apenas o cabelo liso era aceitável e desejável. No Paranoá, esse padrão era amplamente reproduzido e naturalizado, sendo comum que mulheres recorressem a produtos semelhantes – muitas vezes em condições precárias –, na tentativa de se aproximar de um ideal de beleza que, na prática, negava a própria identidade de algumas delas.

A respeito do cabelo v parte essencial da identidade das mulheres negras —, no âmbito das rodas de conversa, dois depoimentos são indicativos das transformações. Uma delas é Selma, que assim se manifesta:

Eu alisava muito tempo o meu cabelo, porque eu não gostava do meu cabelo, achava que o cabelo cacheado era feio. Mas, quando eu cheguei aqui, minha sobrinha, minha irmã, todo mundo achou que meu cabelo era lindo black. E aí eu passei a gostar do meu cabelo crespo, bonito assim.

A identidade foi-se afirmando, ao longo do tempo, até por razões de saúde; mas que, depois, serviram para uma autoafirmação positiva e de autoadmiração, como neste depoimento de Anilda:

Meu cabelo, todo mundo lá de casa tem o cabelo duro. Aquele mesmo que para pentear chorava. Então, quando eu cresci, eu fui cuidando dele. Aí chegou uma época que não aceitava mais química nenhuma. estava sempre caindo, sempre caindo. Aí eu resolvi passar a máquina e continuo com ele curto. Eu não deixo mais crescer porque meu couro cabeludo não aguenta mais nenhum produto. Então, eu fico natural mesmo que a gente tem que ser natural, né? Se é negro, é negro do pé a cabeça.

Reflexo da cultura brasileira e da geração dessas pessoas, estiveram presentes nas rodas de conversa nada menos do que treze “marias”. Diante dessa característica, um dos mediadores faz uma brincadeira, com a profusão de nomes: “Vou fazer o samba das Marias: Maria das Dores, Maria da Guia, Maria Silva. Cada uma com sua história.” A de uma delas começou no Piauí e passou pelo Cruzeiro Velho. “Conheci meu marido nos forrós do Bandeirante. Namoro e forró eram duas coisas que combinavam. Foi ali que tudo começou.” No começo, só se viam no fim de semana, porque ela vivia na casa da patroa. “Mas, com o tempo, a gente se juntou. Depois, veio o lote, o barraco. E começamos nossa vida.”

Houve quem dissesse nas rodas de conversa que o lazer feminino acontecia “na calçada, sentada conversando”, mas, mesmo ali, a atenção era dividida: um olho na prosa, outro no fogão e no menino correndo descalço.

Maria Eleosina de Souza lembra, sorrindo: “Cheguei aqui em 1972. Saí da Varjota, lá no Ceará.” Quando se instalou na rua João Pessoa, trouxe junto consigo uma radiolinha amarela e uma caixa de fitas cassete. “Era um tesouro meu. Tinha Jakson do Pandeiro, Luiz Gonzaga. Depois, as sertanejas, como a Roberta Miranda.” Logo no terceiro dia, após chegar à Vila Paranoá, fez um forró na casa nova. “Foi a inauguração. Sem luxo, mas com alma.” O chão de azulejo – improvisado do marido, pedreiro –, colocado só para dançar, brilhava. “A vitrolinha ficava em cima de um caixote, e a rua inteira vinha. A música, a risada, tudo isso era o começo da nossa alegria.”

Maria Lúcia, outra das participantes, conta com brilho nos olhos: “Tinha muito forró no Paranoá. Todo sábado eu ia. Era o forró do Jacaré.” Chega a indicar o nome da rua, no Paranoá Velho: a sanfona, o triângulo e a zabumba faziam a noite se esticar. “Lá era bom demais. As vizinhas todas estavam lá. Era alegria, era namoro.” Ela lembrava da mentinha verde: “Aquela bebida esverdeada, docinha. Deixava a gente animada.” No forró, não tinha briga nem medo. “Era tudo na paz.” E repete, sorrindo: “Essa era a diversão nossa.”

Anilda conta que, naquele tempo, não morava na Vila Paranoá: Ela sorri ao lembrar: “Tô lembrando aqui do tempo do forró no Para-

noá. Lá no Ponto Final do Paranoá Velho.” Conta que morava no Plano com as patroas. “Um dia, voltando no ônibus, encontrei a Inês, uma amiga do Paranoá Velho. A gente se reconheceu na hora.” E completa: “Essas coisas fazem bem. Fazem parte da saúde da gente também. Encontrar, lembrar, se ver.”

Uma das histórias é lembrada com alegria por Maria de Lourdes da Costa: “Teve um dia que vim para o forró e foi bom demais. É um bem-querer, né? Daqueles que ficam guardados na memória. Quando acabou o relabucho, já era madrugada.” Uma vez que dormia na casa da patroa, na Asa Norte, depois do forró dormiria na casa da irmã, essa, sim, residente na Vila Paranoá. Terminado o forró, continua a lembrar, ao chegar na casa da irmã, estava tudo fechado: “Pensei: ‘Não vou bater, todo mundo deve estar dormindo.’” O marido da irmã era meio complicado, então decidiu não arriscar. “Na frente do barraco, tinha um pé de jaca, bem grande. Foi ali que me ajetei.” A forrozeira passou o restinho da noite debaixo da jaqueira, esperando amanhecer. De manhã, a irmã viu e exclamou: “Ave Maria, o que é que tu tá fazendo aí, nessa hora?” Ela respondeu, com naturalidade: “Cheguei tarde, não quis chamar ninguém.” Depois, tomou café, descansou o dia todo e, no outro dia, cedinho, já estava no trabalho, na 316 Norte. E arremata, entre risos: “É daquelas histórias que a gente vive primeiro... e depois nunca esquece.”

Na Vila Paranoá, a presença e ocupação da mulher ficava clara em cada rua sem placa e em cada barraco, mesmo sem número na porta. Não era incomum que, com o dinheiro das diárias, pagassem pela construção do barraco e, uma vez em casa, mantivessem a rotina. Mesmo quando se sentavam à porta, carregavam o peso do cuidado. Em resposta à pergunta “onde ocorriam os momentos de lazer?”, revela outra: “Para quem havia tempo livre?” – numa ênfase de que, para muitas mulheres, quase nunca.

Maria da Guia conta com saudade as oportunidades de lazer: “Quando cheguei aqui, vinha cheia de sonhos, cheia de energia. Tinha aquela alegria, trazida lá do Piauí.” Era professora desde os 16 anos e ajudava a organizar as festas de formatura no CEP, o Clube Esportivo do Paranoá. “Ali tinha valsa, família reunida, festa de debutante. Era um rito de passagem.” Os rapazes vinham dançar. “Trabalhavam nas obras a semana toda e queriam alegria.” Não tinha violência, só respeito. “Era um momento de cuidado com o corpo, a alma e a comunidade.”

Maria Lúcia traz esta história: “Na Praça do Roxo, a vida acontecia do lado de fora das casas. Criança corria, moça dançava, vizinho chamava vizinho.” Não era bem uma praça, mas virou o coração da vila. Cada rua tinha nome inventado no costume. “No meio da Vila, asfalto não tinha, mas o chão sabia o nome de cada morador.” Hoje, quem passa só vê o parque, mas, para essa Maria, as ruas continuam lá. “Estão nos cantos dos olhos de quem lembra, nas pedras que ficaram, na sombra do pé de jaca.” E dizia: “Tem chão que nunca deixa de ser casa.”

Mesmo que algumas conseguissem se cuidar, para muitas mulheres da Vila Paranoá, o espelho não era objeto de se mirar. A vida era uma sucessão de compromissos com os outros, nunca consigo mesmas:

– Eu só tinha tempo de cuidar dos meus filhos. Meu passeio era levar eles no colégio ou no hospital. Para cuidar de mim, não dava – desabafou Maria de Lourdes de Souza, sem amargura, só constatando um fato.

E teve quem, de tanto cuidar dos outros, a exemplo de Maria da Guia, acabou acreditando que era invencível.

Minha saúde? Eu nunca tive nem febre. Mas cuidava dos filhos do meu tio, cuidava como se fossem meus. Os pés deles viviam cobertos com as meias que eu insistia com eles para colocarem, para não pegar friagem. Muito zelo com eles. Comigo? Nada.

Esse desdém disfarçado de orgulho mostra como o autocuidado, para muitas, era um luxo distante, quase uma ousadia. Quando algum cuidado surgia, era mais pelo espírito do que pelo corpo: uma oração rápida antes de dormir, uma visita à igreja no domingo, para umas; ida ao culto, para outras; os trabalhos com os pais e mães de santo, para outras ainda; um pedido silencioso para dar conta de mais um dia.

Ainda assim, entre um filho e outro, entre uma ida ao chafariz e uma noite sem luz, existiam pequenas brechas. O forró do Bar do Jacaré, a festa no Clube Esportivo do Paranoá (CEP), situado no Acampamento, a discoteca improvisada. Ali, nos poucos momentos em que a música tocava e o riso era solto, elas eram só elas. Vestido ajeitado com capricho, uma menta na mão... Por algumas horas, não eram só mães, esposas ou donas de casa. Eram moças outra vez, dançando como se o cansaço ficasse lá fora.

“A gente era feliz e não sabia”, sentencia Anilda. Com essa formulação ou em frases análogas, essa visão sobre o passado na Vila Paranoá foi uma constante, nas rodas de conversa. Ou sabiam desse estado de ânimo, mas – na correria de criar filho, carregar balde d’água, correr atrás de ônibus e cuidar de casa – o tempo para perceber a felicidade era raro. A felicidade passava disfarçada de rotina, no cheiro do feijão cozinhando no fogão de lenha, no bate-papo na fila do chafariz, no forró improvisado no quintal de terra batida. A felicidade morava nas pequenas coisas – e agora, com a poeira da pressa assentada, a memória vai trazendo à tona esses pedaços que ficaram grudados na alma.

Hoje, com mais calma e um tanto de saudade, chegou o tempo de contar. Não só para não esquecer, mas para garantir que as novas gerações saibam que a Vila Paranoá foi feita de luta, sim, mas também de afeto, de cuidado, de festa e de uma coragem que brotava do chão de barro. Contar e recontar é o jeito que a gente encontrou de não deixar o passado morrer no silêncio.

“Isso tem que ficar registrado”, disse Maria da Guia, com a certeza de quem já viu muita história se perder porque ninguém anotou, “porque daqui uns dias ninguém vai saber de nada. A juventude hoje tem outros interesses.”

A atenção para esse registro se deve a um histórico de quebras de estabilidade e interrupções no cotidiano na vida daquelas mulheres; e estas eram profundas. Primeiro, a migração forçada, arrancadas do sertão (ou floresta, ou Cerrado) para cidade grande. Depois, o deslocamento dentro da própria Brasília, vindo morar na Vila Paranoá antiga e, depois, no novo Paranoá, num eterno recomeçar. Ter que abandonar o lote, o barraco conquistado com tanto sacrifício por um novo assentamento, onde tiveram que começar tudo do zero: retirar os troncos de eucalipto; fazer fogueiras porque não tinha dinheiro para pagar caminhão para o transporte; de novo, o madeirite e a telha de cimento amianto para o barraco; de novo, buscar água em lugares mais distantes ou disputar água um carro-pipa. Todas essas mudanças bruscas são traduzidas assim por Da Guia: “A gente já teve que cortar o cordão umbilical uma vez, vindo do Ceará para cá. Depois outra, quando tiraram a gente da Vila Paranoá antiga. O que fica depois disso tudo?”

→
Palco instalado ao lado da Escola de Madeira, com apresentações dos estudantes. Foto de Cláudio Acioly Jr.



Acorda, Maria Bonita

A origem das moradoras e moradores da Vila Paranoá não era só da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí ou Maranhão. Muitos ainda usavam a palavra “Norte” para dizer da origem. “De onde vem?...” “Sou do Norte...” Esse mesmo Norte que aparece na letra de *A volta da Asa Branca*: “Já faz três noites que no Norte relampeia/ E a Asa Branca, ouvindo o Ronco do Trovão...”

Havia, claro, goianos e mineiros, mas proporcionalmente poucos cariocas e pessoas de outros estados do Sudeste e Sul. Isso porque esses últimos chegaram já com moradia garantida no Plano Piloto e no Cruzeiro, onde se instalavam desde os funcionários mais graduados até os servidores mais modestos. Anos depois, porém, os servidores das carreiras básicas da administração pública começaram a ser direcionados para as cidades-satélites.

Mas algo era comum à maior parte das pessoas residentes em ocupações (favelas, invasões): uma origem rural, onde persistiam costumes ancestrais de casamento tradicional, ainda que só amigados, e valores que deveriam sustentar o que, então, podia se entender como **família**.

Mas o uso dessa palavra requer algumas ponderações, visto que, contemporaneamente, esse conceito tem sido objeto de luta entre segmentos da sociedade, as rodas de conversa nos revelaram que, hoje, esse lugar é bem mais amplo e inclusivo; e muito mais próximo do conceito de “família” que não se define apenas pelo casamento, pela filiação biológica ou por um único modelo tradicional, mas sim pelo afeto, pelo cuidado e pela proteção entre as pessoas que compartilham a vida.

Desde 1988, a Constituição e, decorrente dos princípios desta, o Sistema Único de Assistência Social reconhecem uma grande variedade de arranjos familiares: uniões estáveis, laços homoafetivos, famílias formadas por um só dos pais e seus filhos, famílias reconstituídas com crianças de relações anteriores, pessoas que se tornam família por escolha e afeto, e até quem mora só, mas mantém vínculos comunitários de solidariedade. Todas essas formas de convivência têm igual valor e merecem o mesmo respeito, sem qualquer hierarquia. Nesta publicação, a palavra “família” é usada de maneira ampla e inclusiva, livre de

preconceitos ou limites impostos por padrões que não contemplem a diversidade das relações humanas.

Mas estamos lidando com pessoas com 65 anos ou mais, nascidas nas décadas de 1950 e 1960, e que viveram as contradições e exclusões daqueles tempos — que, ainda que transformadas de alguma maneira, perduram. Pelas tradições de onde vinham, a vida das mulheres da Vila Paranoá sempre foi de muita luta e pouca escolha.

Nesse contexto, ainda há que se referenciar a violência, um tanto velada nos relatos e entrevistas, mas aparente nos detalhes. Grande parte das mulheres eram deixadas com sua prole, geralmente numerosa, enquanto os maridos se lançavam no mundo em busca de trabalho e sustento durante o período de construção da identidade brasiliense. Seja nos edifícios governamentais, seja na ampliação urbana do Plano Piloto, o trabalho existente na construção civil foi uma das oportunidades de conquista do sustento familiar. Entretanto, como é comum nos dias atuais, as mulheres lidavam com o cotidiano familiar, provendo a permanência e manutenção do lar, do espaço físico destinado à família e a vida dos jovens.

Casamento, naquelas décadas, tinha mais camadas do que o amor romântico: em boa parte, era a necessidade que determinava a continuidade do arranjo matrimonial — com igreja ou sem cartório, bastava “se amigar” para casar. Muitas mulheres permaneciam no casamento porque não tinha opção, porque separar era malvisto e porque, em alguma medida, era o homem que ajudava no sustento. Bom deixar claro que, na Vila Paranoá, em incontável número, eram as mulheres as que sustentavam as casas. Elas é quem seguravam a casa, criavam os filhos e, mesmo quando o casamento virava um fardo, aguentavam firme.

Muita mãe solteira criou filho sozinha, trabalhando de doméstica no Plano Piloto, Lago Sul ou Lago Norte, pegando ônibus de madrugada, voltando tarde e ainda achando tempo para cuidar de tudo em casa. As vizinhas ajudavam, ficavam de olho nas crianças, e assim a rede de mulheres foi segurando a barra umas das outras. Sem romantismo, só sobrevivência compartilhada.

Hoje, quem viveu essa época olha para trás com um certo orgulho e muita certeza de que as coisas mudaram. As filhas dessas mulheres já cresceram sabendo que podem mais, que não precisam aceitar tudo caladas, que têm direito de estudar, trabalhar e escolher o próprio caminho. A submissão deu lugar à independência, mesmo que ainda venha com muito suor.

Benedita não morou na Vila Paranoá, mas, integrada à roda de conversa, lembra com voz firme: “Antigamente, um casamento durava. Não por amor, mas por necessidade. Mulher desquitada era malvista.” Conta que a mulher rica até escondia a separação, mas a pobre tinha que aguentar, porque “ele era o provedor”. O marido dela, por exemplo, passava meses fora de casa, trabalhando longe e só mandando dinheiro. “Eu cuidava. Criei tudo sozinha.” Criou bem: os filhos estudaram e se formaram, e os netos também seguiram caminho. “Tem uma que tá fazendo doutorado nos Estados Unidos”, conta com orgulho. Ainda

assim, mesmo com tanta mudança, Benedita observa: “Hoje é diferente. Um pouco. Mulher corre atrás de se virar sozinha. Estuda, trabalha, sustenta.” Mas acredita que a raiz da história não muda fácil: “A história é a mesma. Só muda o lugar. E o CPF.”

Essa reflexão se conecta ao que Auristela dos Santos, que gosta de ser chamada de Áuria já havia compartilhado, ao lembrar o esforço diário que marcava a vida das mulheres de sua geração: “Moramos, lavamos roupa na bica⁸ ou na mina ou no Rio dos Goianos⁹, carregamos água na cabeça.” O trabalho pesado vinha desde a origem rural e seguia quando criavam filhos, cuidavam da casa e ainda enfrentavam o preconceito contra quem se separava. “Levava os filhos para escola e ia buscar.” Quando um dos mediadores perguntou se os homens já eram complicados naquela época, uma delas respondeu sem hesitar: “Sempre teve homem complicado, não mudou muito não.”

A diversidade está presente no cotidiano, responsável por parte da beleza do mundo. Assim se percebe o poder evolutivo das espécies, da compreensão dos gostos e culturas, e, também, do aspecto social do pensamento que se expressa em nossa realidade como democracia. A partir do diverso, chega-se a um consenso que visa o bem do todo, mesmo que distinto dos interesses de uma parte do todo. Um olhar para a diversidade nos conduz a ouvir, entre outras pessoas, Maria Eduarda, que viveu, quando criança, na Vila Paranoá.

Na região da Rajadinha, na atual residência de Maria Eduarda – mulher trans nascida na Vila Paranoá na década de 1960 e criada ali –, estão preservadas imagens e outros artefatos de culto de um templo religioso de matriz africana que funcionou nas proximidades do que hoje é o Parque Vivencial do Paranoá.

Maria Eduarda, nascida e criada na Vila Paranoá, relatou lembranças marcadas tanto pelo afeto quanto pela violência. Contou que deixou de frequentar a escola ainda no início da adolescência, após sofrer agressões que a afastaram definitivamente daquele espaço. Recordar-se de caminhar pelas ruas irregulares da ocupação sob pedradas e xingamentos vindos de meninos da localidade – episódios que permanecem como feridas abertas e que suscitam reflexões necessárias sobre o passado e o presente da comunidade.

Hoje em dia, acredita-se que muita coisa mudou: por exemplo, a possibilidade de uso do Nome Social no ambiente escolar. Mas a necessidade do trabalho efetivo e eficaz de instituições como o Conselho Tutelar, Delegacias de Infância e Adolescência, centros de apoio como o Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e o Centro de Apoio Psicossocial Infantojuvenil (CAPSI), bem como novas posturas educacionais adotadas com o passar dos anos, estão possibilitando o maior e melhor acesso e permanência do público diverso ao ambiente escolar formal.

No balanço de tudo o que foi partilhado, fica claro que a vida feminina na Vila Paranoá era feita de trabalho incessante, de pequenas alegrias arrancadas no intervalo da luta e de cuidado dedicado aos outros antes de si mesmas. As mulheres que contaram essas histórias se mantiveram firmes – algumas com resignação, outras com humor e

→
Mulher anônima com filha no colo, em manifestação por água, educação e outros direitos. Foto de Cláudio Acioly Jr.





←

O C. Q. Sabe Bar ficava situado nas imediações da Praça do Roxo. Local de encontros e diversão da população adulta da Vila Paranoá. Foto do acervo de João do Violão (1959-2020) (in memoriam), cedida por Zilma Cassemiro.

muitas com a convicção de que o amor-próprio sempre teve que disputar espaço com o dever. Entre ruas de chão batido, forrós improvisados e barracos erguidos com sacrifício, elas firmaram laços de solidariedade e lembranças que permanecem vivas. A história, como disseram, pode até mudar de endereço e de CPF, mas a coragem que sustentou cada passo segue a mesma.

⁸ Abaixo do Ponto Final, na área conhecida como Vila Santo Antônio, havia uma bica – ou mina d'água – muito utilizada pelos moradores. As mulheres preferiam lavar roupa ali, por ser mais próxima de casa do que o Lago Paranoá. Seu Severino, morador lembrado por muitos, canalizava parte dessa água e, com o auxílio de bombas, levava-a até a caixa d'água instalada na parte alta da Rua São Jorge, garantindo o abastecimento de parte da comunidade.

⁹ O Córrego dos Goianos (Cachoeirinha) é também chamado por Rio dos Goianos, situado nas proximidades do Paranoá, foi muito utilizado para lavar roupa, fornecer água e lazer para a população do Paranoá, desde a existência da antiga Vila.

A saúde e a educação em meio à poeira e à lama

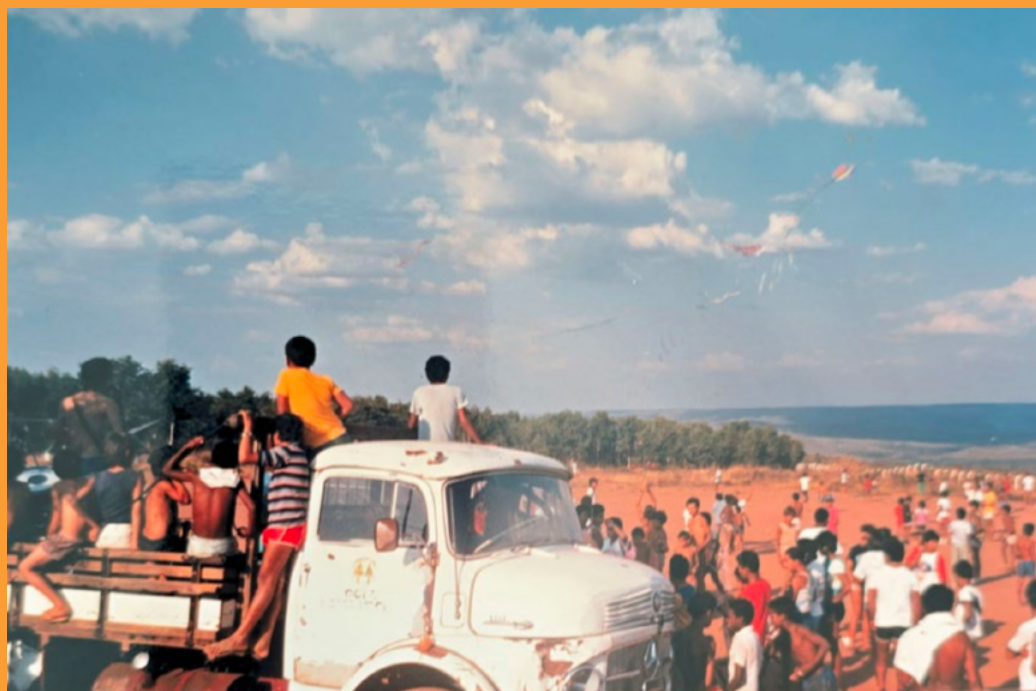
O cuidado que deveria vir do Estado era uma mistura de improviso e resistência. Na Vila Paranoá, tudo que dependia do poder público chegava com atraso, quando chegava.

Ao longo de décadas, a saúde e as condições de vida na Vila Paranoá foram marcadas por um histórico de abandono público, iniciativas emergenciais e esforços coletivos para amenizar privações. Reportagem do *Correio Braziliense*, de 12 de maio de 1980, já mostrava que praticamente todas as crianças sofriam com verminoses e diarreias, consequência direta da água contaminada e da falta de rede de esgoto. Nesse período, os moradores dependiam de poucos chafarizes ou da retirada de água do Lago Paranoá, prática que se prolongaria até o final dos anos 1980. Em 28 de maio de 1981, o mesmo jornal relatou que, num dia comum, era preciso enfrentar filas longas para encher latas e baldes. E, mesmo quando havia promessa de melhoria, o temor persistia: em setembro de 1988, análises realizadas pela Universidade de Brasília indicaram a presença de coliformes fecais na água captada tanto do lago quanto do Córrego dos Goianos (*Jornal de Brasília*, 21 e 29 de setembro de 1988¹⁰).

A conquista de um sistema de abastecimento com água tratada apropriadamente só começou a tomar forma quando, em outubro de 1988, o governo anunciou que a captação definitiva seria feita no Córrego dos Goianos, após anos de reivindicações (*Correio Braziliense*, 13 e 15 de outubro de 1988). Ainda assim, havia desconfiança sobre a qualidade da água, pois relatórios técnicos apontavam índices de contaminação elevados. Enquanto isso, as estratégias de sobrevivência envolviam, por exemplo, a ajuda a um dos moradores – que instalara uma bomba para puxar água de uma das minas e elevá-la até uma caixa d'água, na parte mais alta da Rua São Jorge, a rua da feira.

Os depoimentos recolhidos na dissertação de Marly Elizabeth Rodrigues – “Suor Amargo: um estudo sobre o trabalho da criança”, da Universidade de Brasília, 1979 – mostram como, nessas condições,

→ Campo contíguo à Vila, nas proximidades do pinheiral, onde a população se reunia para partidas de futebol, espetáculos de música, festivais de pipa e mobilizações por melhorias. O caminhão do Zé era uma constante nesses eventos. Foto do acervo de João do Violão (1959-2020) (in memoriam), cedida por Zilma Cassemiro.





←
Na parte superior, vista do Plano Piloto, ao meio, o Lago Paranoá. Em primeiro plano, manifestação pela água, educação e outros direitos. Foto de Cláudio Acioly Jr.

a noção de saúde estava associada não apenas à ausência de doença, mas à capacidade de resistir e trabalhar: muitas famílias acreditavam que o esforço físico era essencial para “manter o corpo forte” e evitar o desânimo que parecia vir junto da inatividade.

Além do problema da água, havia a precariedade quase absoluta dos serviços públicos. A vila contava com um único posto de saúde, muitas vezes sem recursos básicos, e dependia de ações pontuais, como as do Projeto Rondon, que oferecia atendimentos temporários. Ao mesmo tempo, a distância de serviços hospitalares regulares agravava situações que poderiam ser resolvidas com medidas simples de prevenção. Apesar disso, a solidariedade e a capacidade de mobilização da população fizeram surgir protestos, reuniões, abaixo-assinados e formas coletivas de gerir a escassez. Essa rede de apoio comunitário, marcada por contradições, foi essencial para enfrentar uma realidade em que saúde, abastecimento de água e saneamento se confundiam com a luta cotidiana pela dignidade.

“Quando os meninos ficavam doentes, eu saía correndo e ia no posto de saúde do Paranoá, aquele pequenininho mesmo.” Essa é uma lembrança de Gilda. Era Celina quem atendia – ela conhecia cada criança, cada febre, cada mãe aflita que aparecia no posto improvisado. Para Gilda, Celina não era só enfermeira, mas quase uma parente, o socorro possível diante da falta de médico fixo: o olhar atento e a mão firme que segurava a barra da saúde coletiva.

Mas nem sempre dava tempo de chegar a um posto. Quando o hospital era longe demais e a noite caía sem transporte, o remédio vinha do quintal, do conhecimento que as mulheres traziam do sertão ou aprendiam umas com as outras:

Não era só crença ou costume: era o único caminho. O chazinho de boldo, o lambedor de cebola branca e açúcar, o pano quente no ouvido inflamado – o cuidado cotidiano se construía no limite entre a fé e a necessidade. O Estado era ausente, mas a rede de mulheres se fazia presente.

A respeito das escolas, a Escola Classe da Vila Paranoá fazia parte do roteiro da infância e dos pais e responsáveis – fosse como lugar efetivo de escolarização, fosse como expectativa e esperança de superação; fosse como desafio que orientava a luta por mais vagas e pela continuidade dos estudos.

À medida que os anos avançaram – da década de 1970 para os anos 1980 —, o crescimento significativo da população fez com que a antiga escola de madeira já não comportasse a demanda de matrículas iniciais até a quarta série. Ainda assim, esse ingresso só ocorria quando a criança completava sete anos de idade. Antes disso, não havia pré-escola: as crianças pequenas permaneciam em casa, brincando no quintal ou acompanhando a mãe nas tarefas do dia. Quando chegava a hora da matrícula, muitas famílias precisavam mandar os filhos para o Varjão, enfrentando ônibus lotados e longas caminhadas para garantir uma vaga. Uma vaga em escolas do Lago Sul ou Lago Norte também era possível, mas não tão fácil. Com o tempo, porém, as transferências foram acontecendo e as turmas passaram a funcionar no próprio Paranoá.

Esse deslocamento menor trouxe alívio para todo mundo, pois permitia que as crianças estudassem mais perto de casa.

O uniforme era simples e bem lembrado pelas antigas alunas: para as meninas, saia azul, blusa branca com golinha e botão e, no pé, ou era congá ou kichute – aquele tênis de borracha resistente, que passava de um irmão pro outro sem acabar. Na memória de muita gente, ficou também o medo da diretora, conhecida por sua rigidez. Professora dura, daquelas que botavam ordem com firmeza. Mas, ao mesmo tempo, essa disciplina ajudava a segurar a criançada no eixo, em salas simples, sem muita firula, onde o importante era aprender a ler, escrever e fazer conta.

A Escola de Madeira e, depois, a famosa Escola de Lata fazem parte da paisagem afetiva de quem cresceu ali. Eram construções improvisadas, sem luxo, mas cheias de histórias. Entre uma aula e outra, o recreio era no terreiro mesmo; e a merenda, muitas vezes, era o único lanche reforçado do dia. Mesmo com toda a simplicidade, as escolas tinham seu valor – eram espaços de encontro, de convivência e, principalmente, de esperança, porque cada caderno preenchido era um passo para sonhar com um futuro melhor.

Compondo a memória que, da lembrança individual leva à coletiva, há experiências individuais que compõem esse mosaico

Alguns falam das brincadeiras de criança, das primeiras amizades, das dificuldades para estudar e até mesmo das primeiras paixões. “Geralmente era na escola”, responde Aurelina quando perguntam onde os jovens se conheciam naquela época. O colégio era um dos poucos espaços de encontro, e dali nasciam laços que, para alguns, duraram a vida inteira.

Um dos fortes pontos de encontro e transformação da realidade local e articulação da comunidade foi a Escola de Madeira. Lá, profissionais como Nelsinho, Beth e Laurete promoveram estratégias lúdicas que suavizaram o cotidiano avermelhado da terra do cerrado e da falta de água. Mesmo sendo seus trabalhos formais, a dedicação destas pessoas, como de outras tantas, impactaram diretamente na vida do público ali atendidos.

Nos vídeos criados pelos estudantes das oficinas realizadas na localidade, destaca-se a presença de Sérgio, então um adolescente, que filma, entrevista e dialoga com a comunidade, percorrendo seus recônditos espaços do cotidiano, como, por exemplo, a entrevista que promoveu com as lavadeiras, na cascata próxima às margens do Lago Paranoá, que na época estava enchendo. Sérgio hoje é um dos depositários do acervo audiovisual que possibilita conhecer a realidade das cercanias do que foi a ocupação Vila Paranoá.

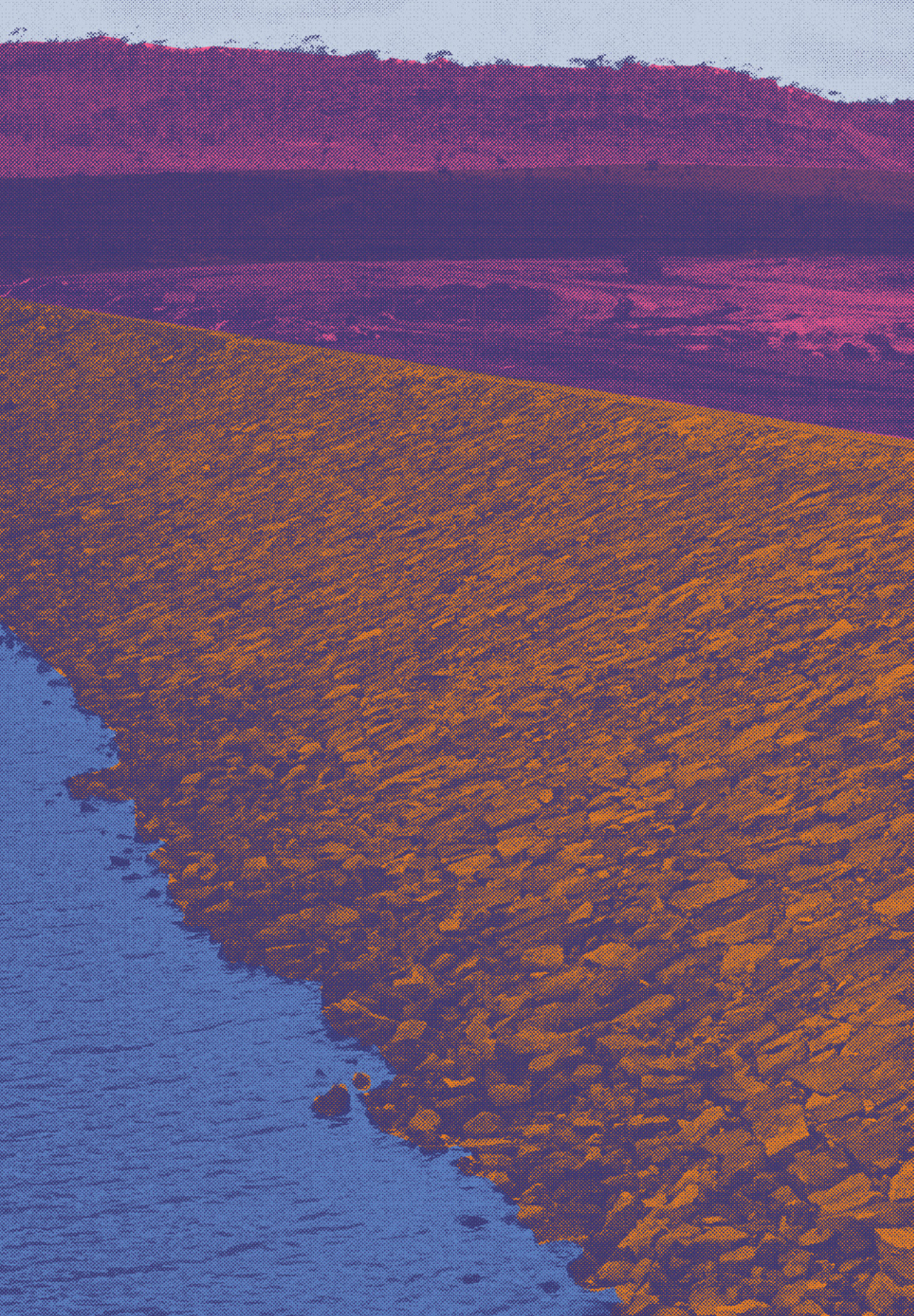
Em registros VHS, dentre outros, é possível conhecer – ou reconhecer – as ruas tortuosas da localidade, com suas cores temporais, provenientes de química e suporte datado, seja em audiovisual, seja em fotografias físicas transpostas para o digital — ambos registros com uma identidade de época, de nostalgia que provocam um olhar distinto das cores atuais. O tempo se faz presente nas cores, nas vestimentas utilizadas pelos personagens, nos enquadramentos e recortes visuais ado-

tados durante sua feitura, bem como na estética da localidade que não mais existe e que foi substituída por ruas, quadras e por uma organização linear urbanística sistematizada e imposta à comunidade, durante a fixação dos moradores na localidade acima da rua da Alta Tensão.

Na Vila Paranoá, onde a poeira se confundia com a lama e o abandono do Estado se fazia cotidiano, foi a força coletiva que sustentou a vida. Entre caronas improvisadas, remédios do quintal e filas para um balde d'água, nasceram redes de cuidado entre vizinhos E, se o governo demorava a chegar, as mulheres e seus saberes antigos não esperavam: transformavam a falta em ação, a doença em resistência, o medo em pacto. Assim, no Paranoá, a saúde não era apenas ausência de doença, mas a prova viva de que nenhuma carência é maior que a inventividade de quem se recusa a desistir.

¹⁰ No ano anterior, análises químicas da água foram realizadas pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal (Lacen-DF), em 15 de maio de 1987. O estudo concluiu que a água consumida na região apresentava altos níveis de coliformes fecais e contaminação microbiológica, tornando-a imprópria para consumo humano sem tratamento prévio.





Uma bacia para chamar de sua

Na busca pelo fio da memória, os mediadores utilizaram alguns objetos biográficos. O objeto biográfico não é apenas uma recordação guardada como lembrança *souvenir*: ele se integra profundamente à vida cotidiana e à identidade de quem o possui. Ao contrário do *souvenir* – que pode ser adquirido pronto, padronizado, ou funcionar como mera memória decorativa – o objeto biográfico nasce de uma convivência prolongada. Ele se desgasta junto ao seu usuário, incorporando marcas de uso, modificando-se e sendo modificado em uma relação íntima e viva.

Trata-se de objetos que carregam consigo a história compartilhada com a pessoa: o cachimbo que se gasta nos lábios, a poltrona que se modela ao corpo, o relógio herdado que envelhece no mesmo ritmo que seu dono. Esses objetos se tornam insubstituíveis porque testemunham e expressam, de maneira única, trajetórias, afetos e experiências.

Já o *souvenir*, embora também esteja ligado a memórias, permanece muitas vezes superficial: é frequentemente escolhido para simbolizar ou exibir lembranças, mas não participa organicamente da vida cotidiana. Ele não cria essa simbiose temporal e afetiva que faz do objeto biográfico, uma extensão da própria existência do sujeito.

Enquanto o *souvenir* (objeto de recordação de um lugar ou uma visita especial) costuma evocar o passado de maneira pontual, funcionando como um marcador de lembrança ou uma peça representativa, o objeto biográfico vai muito além. Ele se incorpora à experiência cotidiana, envelhecendo ao lado de quem o possui e reforçando uma identidade viva, em permanente construção. Não se trata apenas de recordar: trata-se de viver com o objeto, de transformá-lo e ser transformado por ele, numa relação de intimidade que prolonga a memória no presente e projeta sentidos no futuro.

Como já mencionado, as rodas de conversa foram organizadas, em parte, tomando como ponto de partida objetos do cotidiano que, mais do que simples coisas, guardam histórias, afetos e marcas do tempo. Inspiradas na reflexão da socióloga Violette Morin, que, no final dos anos 1960, formulou a noção de objeto biográfico – aquele que se desgasta junto ao usuário, envelhece com ele e passa a carregar a memória

Páginas 62 e 63:
Parte interna da Barragem do Paranoá, logo após ser construída, já com água do alagamento. Foto do Arquivo Público do DF.

íntima e insubstituível de uma vida –, as atividades se valeram de peças capazes de despertar lembranças, sobretudo entre os moradores mais velhos (*L'objet biographique*, Communications, n.13, 1969).

Essa perspectiva, discutida já no final dos anos 1960 por Violette Morin, dialoga diretamente com o entendimento contemporâneo sobre o papel dos objetos na valorização da cultura e da memória coletiva. É nesse ponto que se insere a abordagem da Educação Patrimonial, que reconhece os objetos como elementos centrais para despertar pertencimento, curiosidade e reflexão crítica sobre a história e os modos de vida. Ao serem mobilizados em práticas educativas, eles se tornam mediadores potentes de narrativas, revelando saberes locais, modos de fazer e formas de expressão que ajudam a construir referências comuns.

O próprio Iphan ressalta que a Educação Patrimonial deve estimular as comunidades a identificar e valorizar suas referências culturais, empregando processos participativos de documentação, interpretação e difusão. Assim, tanto o objeto biográfico quanto aquele que passa a integrar projetos educativos se tornam testemunhas e agentes de transformação, capazes de articular memória individual e memória coletiva em experiências compartilhadas de reconhecimento e valorização cultural.

Anilda, uma das participantes das rodas de conversa, recompõe seu vínculo com o objeto de memória biográfica – uma bacia esmaltada, que a ela pertence, e que foi emprestada por um tempo ao projeto. Começa por dizer que aquela bacia guarda mais que lembrança. Ela começa num tom simples, mas logo a voz pesa de emoção. “Essa bacia representa muito para mim”, diz. Anilda não chegou a morar na Vila Paranoá, mas dela sempre esteve próxima – em visitas, amizades, participação em forrós. Quando foi removida da Ocupação do Ceub – onde morava até então –, pediu para vir pro Paranoá. Um dia, ganhou a bacia de uma senhora, moradora do Paranoá, que era sua conhecida há anos. Ao ressaltar as ranhuras na pintura, declara: “Eu não quis pintar. Quero que ela fique no natural dela. Não é feridenta, não. Tem as marcas da vida.” Essa mulher, a doadora, era especial. Tinha deficiência, não podia andar. Guardava a bacia só pros trabalhos delicados: tricôs, crochês, rendas que ajeitava com carinho. Quando adoeceu, mandou chamar Anilda e disse: “Olha, minha filha, enquanto você for viva, não dê fim nessas bacias, não. E você nunca vai esquecer de mim.” Anilda guarda essas palavras como promessa viva. “Foram palavras muito boas para mim.” Hoje, quando encontra a filha da doadora, sempre ouve: “Ainda tá com a bacia da mamãe?” E responde: “Tô sim. E não dou, não.”

Além da bacia, foram apresentados aos participantes: uma lamparina a querosene e um lampião vermelho com regulador de chama, usados nas noites em que a luz elétrica não chegava; e uma balança de pendurar, que pesava carnes e mantimentos nas feiras. Entre tantos objetos, destacavam-se ainda a bateadeira de manivela, a lata de tinta com haste de madeira que recordava o transporte de água na cabeça, barbantes, um monóculo, brinquedos de metal, um carrinho de supermercado em miniatura, discos de vinil e dezenas de miudezas – carre-

téis de linha, alfinetes – cada qual carregando uma história silenciosa, à espera de quem se dispusesse a narrar. Esses objetos tinham o propósito de despertar as lembranças.

No desenvolvimento das rodas de conversa, muitas histórias contadas por mulheres idosas da antiga Vila Paranoá ajudam a perceber a diferença entre lembrar e guardar memória. Como explica Ecléa Bosi em *Memória e sociedade - Lembranças de velhos* (Companhia das Letras, 1994), a lembrança costuma surgir de repente, como uma imagem que se acende na mente, enquanto a memória é construída, organizada e refletida pouco a pouco. A memória, assim, não é só recordar por acaso: é um trabalho que dá sentido ao passado e o conecta ao presente. Quando alguém narra sua vida, seleciona o que quer preservar e retira do esquecimento momentos que continuam a ter importância. Para pessoas mais velhas, esse exercício tem ainda mais valor, porque reafirma o que viveram e lhes devolve dignidade em uma sociedade que, muitas vezes, desvaloriza quem envelhece. Por isso, neste projeto, as histórias sobre a chegada ao Paranoá, as rotinas, os gestos e os afetos se tornaram um modo de cultivar a memória como um tesouro coletivo, que resiste ao esquecimento e à opressão.

Dona Maria Lúcia não se recorda, hoje, do ano exato da mudança. Mas, ao chegar, já tinha três filhos – um deles nasceu ali mesmo, no Paranoá Velho, que é como ela e tantos outros denominam o que, outrora, foi a Vila Paranoá. O filho mais velho, em 2025, está com trinta e nove anos. Era por volta de 1985 ou 1986, então, quando ali chegou. A vida era puxada. Ao ser indagada se costumava ir à praça ou a alguma festa, ela é ligeira ao afirmar que “Não dava tempo. Trabalhava muito.” Daquilo que se recorda, lembra com o corpo: o esforço, o peso do dia, a roupa lavada na beirada do Lago Paranoá, a picada de cobra jararacuçu, a luta para criar os filhos.

Aurelina chegou ao Paranoá em 1963. Tinha quatro anos. Veio de Formoso, em Minas Gerais. Morava com a mãe e o padrasto, na casa de conhecidos. As irmãs ficaram em Minas. Vieram depois, já adultas. Na memória de menina, ficou o gosto do biscoito. Em Minas, no lugar onde morava, não tinha pão. Quando chegou aqui, tinha. Mas não queria. Chorava. Queria o biscoito comprido, amassado na mão, assado no forno de casa. Com sete anos, foi para escola.

Cada pessoa uma história, uma trajetória. Dona Áuria (recriação dela mesma para Auriane), ao ser chamada a escolher um objeto que lhe servisse de fio de lembrança para a Vila Paranoá, ela se põe a relembrar:

– Eu peguei esse carrinho porque ele me lembrou do meu sofrimento no Paranoá Velho. Sofrimento mesmo... Era no sol quente, era na chuva, era na poeira. Tudo nós passávamos. Num carrinho como este aqui, era nele que eu carregava água. Eu botava as latas em cima e ia paro chafariz. Se não tinha água lá, a gente esperava o carro-pipa. Chegava de manhã cedo, seis horas, e ficava até três da tarde. Mas o [carro] pipa não vinha. Quando aparecia, já era quase noite. E quando vinha, era pouca água. Não dava para todo mundo. Os que

não conseguiam encher as latas, desciam até a bica do seu Severino. Era ali embaixo, depois do lugar onde hoje é o Fórum, mais para banda do lago. Pegava água lá e subia de novo. Eu ia para minha casa, lá na Avenida João Paulo II, ali perto de onde hoje em dia é hospital. No começo, eu levava as latas na cabeça. A água balançava, molhava meu rosto, pesava no pescoço, mas era o jeito. Depois, eu fiz um carrinho. Um que empurrava assim, grande, forte, com rodas de bicicleta. Nele, eu botava as vasilhas, levava a água para beber, para banhar, para molhar minhas plantas. Era para tudo. Quando não tinha água para lavar roupa, eu pegava esse carrinho, botava meu filho mais velho dentro, minha pequena recém-nascida no colo, e saía. Cinco horas da manhã, com a trouxa de roupa e o sabão, ia lavar lá no Rio dos Goianos. Na volta, era um calor de rachar. Eu, o carrinho, os meninos, e aquela fome apertando. Chegava em casa exausta. Mas não tinha descanso. Ainda fazia comida pro menino pequeno, porque meu marido era caminhoneiro, vivia na estrada, e eu ficava sozinha. Quando chovia, era outra vida. Tinha água, né? Eu enchia os tambores, plantava meu quintal inteiro. Fiz até um muro de planta para fazer chá. Era tudo verdinho. Plantava milho, feijão, abobrinha, cheiro-verde. Mas o que mais tinha era gergelim. Pé de gergelim para todo lado. Tanto que o povo me apelidou: “A mulher do gergelim”. E era assim que a gente vivia. Com pouco, mas com muito.

Mas essa é a vida da Áuria já instalada no Paranoá. E lidando com os apertados do dia a dia. Mas teve um antes. O dia em que chegou. E que ela se lembra “como se fosse hoje”:

Cheguei no Paranoá vindo do Gama. Lá, estava morando com minha sogra, num quartinho. Um dia, uma colega chegou dizendo que estavam ocupando o Paranoá. Eu nem sabia onde era o Paranoá. Meu marido não estava em casa. Ele era caminhoneiro. Vivia no mundo. Vim sozinha, sem meu marido, mas dois cunhados quiseram vir comigo. De repente, estávamos todos de mudança do Gama para o Paranoá, cada um com sua história. Três mulheres grávidas, eu com três meses de grávida da Samara. Viemos à noite, por volta das dez. No escuro, na chuva. Cruzamos a barragem com medo. Ninguém sabia onde ficava, ao certo, o lugar. Quando chegamos, subimos por onde eu soube depois que era a Avenida João Paulo II. Sem saber que tinha esse nome; só depois, soube. Tudo escuro. Havia um lugar livre. Estava chovendo. Lá vi um pé de árvore; era grande, um pé de pequi carregado. Mas só vi os pequis no dia seguinte, quando o sol nasceu. Falei: “Esse aqui é meu. Não dou para ninguém.” Debaixo dele botei o berço do meu filho. Era de umas barras de ferro, com aqueles fios de plástico, tipo “macarrão”. Coloquei o berço debaixo do pé de pequi, coberto

por mais uma lona. Foi ali que morei. No outro dia, quando o sol saiu, olhei de novo. O pé de pequi estava lá. Perto de onde hoje é o Hospital do Paranoá. Disse para mim mesma: “Tô feita. Já tenho até comida no quintal.” Montei um barraco de madeira. Era pequeno. Um cômodo como esta sala em que estamos. Servia de sala, quarto e cozinha. O banheiro era fora. Criei meus três filhos sozinha. Meu marido era caminhoneiro. Vivía na estrada. Eu ficava. A bacia (objeto por ela apontado para servir de mediação para as lembranças) me acompanhou em tudo. Carregava água com ela. Para lavar roupa, lavar louça, dar banho em menino. Servia também lavar roupa na beira do Lago Paranoá. Às vezes usava um carrinho com duas rodas de bicicleta, cabia até seis latas. Botava a bacia num giral improvisado com quatro paus e uma tábua. Ali lavava tudo. Era o nosso tanque. Na bacia, banhei meus filhos. Usei para juntar pequi também. A bacia servia para tudo. Foi útil. Era com ela que a gente se virava.

O fio da memória podia vir do objeto que a pessoa escolhesse, ali na roda de conversa. E Zilma escolhe...

Escolhi um long play – um disco antigo, desses de vinil – porque ele me traz muita lembrança. Não é só pelo som, é pelo tempo. O tempo que passou por mim, pelo Paranoá, pela minha família, pela nossa luta. Sou filha do Paranoá. Nasci aqui mesmo, no pedaço que chamavam de Acampamento. Semana que vem completo 61 anos. E, embora a vida tenha sido dura para muita gente, eu digo que fui privilegiada. Na minha casa tinha água encanada. Isso era raro. A gente até cedia água pros vizinhos, formava fila na porta para encher lata. Depois, com as ocupações de mais pessoas, a água se foi... mas ficou a lembrança de quando ela corria nas torneiras como um pequeno milagre cotidiano. Meu pai trabalhou na construção da barragem. Depois disso, foi operador de máquinas no Hospital de Base — naquela época o único hospital mesmo, o grande. Lidava com as partes técnicas, tipo ar-condicionado e manutenção. Depois de dez anos, veio aquela regra: ou estudava para continuar ou se aposentava. Ele escolheu se aposentar. Tinha uma chácara e uma charrete. Ia e voltava, e a gente ficava aqui, segurando as pontas. Fomos dez irmãos. Dois já se foram. Eu mesma tenho três filhas, cinco netos e sou bisavó. É muita vida para lembrar. Mas essa história do disco é também a história do João, meu companheiro, o João do Violão. Casei com ele, um músico apaixonado pela vida e pela música e pelo Paranoá. Faz quatro anos que ele se foi. A gente vivia cercado de música, com radiola em casa, discos, fitas, tudo. Ele chegou até a gravar algumas músicas num CD – sertanejo raiz, daqueles que falam de boi, de terra, de saudade. João participava dos festivais de música do Paranoá, ajudava

a organizar. O Femupop. E eu, do meu lado, fui me envolvendo com a comunidade. Fui alfabetizadora no Mobral, dei aula para muitas senhoras, gente que só queria aprender a assinar o nome ou ler a bula do remédio. Fiz parte do Cedep, junto com o Bosco, a Lourdes... e tanta gente. E me envolvi fundo no Movimento Bandeirante – aquele que começou só com meninas, uma espécie de escoteiras, mas voltado para formar cidadãs. A sede das Bandeirantes ficava ali embaixo, perto da igreja São Geraldo. Depois, as Bandeirantes subiram para quadra 4, onde ainda existem as instalações. Para arrecadar dinheiro e para diversão, a gente fazia bazares, reuniões, atividades com as crianças e com as senhorinhas do grupo da terceira idade. A minha vida é essa mistura de lembrança com persistência. Entre água cedida e notas sertanejas. Entre ensinar adultos a escrever e ensinar crianças a sonhar. Se eu parar para contar tudo, levo a semana inteira.

Ao falar sobre o assunto, Gilda segura a bacia e pergunta: “Essa bacia dará certo para mim?”. Os olhos brilham. “Eu queria a bacia! Eu queria a bacia!”, repete. Não é só um objeto, é espelho de tudo que já carregou. “Eu sou baiana, sou baiana!”, diz orgulhosa. Chegara ao Paranoá com dois filhos pequenos, havia feito um barraco na Rua da Paz. Trabalhava na limpeza da LBA. Depois, no Plano Piloto, quando a LBA mudou. “Saía de manhã cedo, voltava 11 da noite.” A bacia serviu pra tudo: “Meu Deus do céu, era sofrimento!”. Descer ao Lago Paranoá com ela na cabeça, cheia de fraldas. “Na descida era bom. Mas para subir... Nossa Senhora!”. O peso era mais que água e roupa: era solidão, filhos, abandono. “Eu sofri demais. Não tem quem sofreu como eu.” Mas também é vitória. “Hoje tá tudo criado, tudo trabalhando, graças a Deus. Eu venci.” A bacia fica como símbolo da mulher que carrega a vida.

Ao tratar do assunto, Maria de Lourdes da Costa olha a bacia grande, de ferro, pintada de esmalte branco, toda arranhada. Fica em silêncio por um instante; depois diz a recordação que lhe vem à mente: “Quando eu era menina, uns sete, oito anos, eu morava com minha avó. Ela tinha uma bacia igualzinha a essa, só que azul. Não tem umas azuis? Era dessas. O esmalte era forte no começo, mas foi desgastando. Ficou descascada. No fundo, criou uma roda de ferrugem. Uma ferida no ferro.” Ela diz que a bacia servia para tudo, mas o que mais lembra é da mandioca. A avó ralava num ralo de flandres, feito em casa, pregado numa tábua. Enchia a bacia de massa. Depois, espremia com pano de prato. A água descia. A goma decantava no fundo. A massa secava ao sol. “Quando fazia a goma, misturava com coco ralado, coco do bom, botava sal. No fogo de lenha, ela assava o beiju.” Ela fala devagar, como se sentisse o cheiro. “Aí a bacia fugiu”, diz, rindo. “Eu não sei para onde foi.” Ri. Quando perguntam onde era, responde: “Lá no Piauí, Praia de Barra Grande.” Sorri. “O mais bonito do mundo.” Fica a lembrança da bacia azul, da goma, e da vida simples.

Já Mariana se lembra que, ao mudar para o Paranoá Novo, a bacia foi junto. Ela morou na Rua Nossa Senhora do Livramento, perto de

onde hoje passa o asfalto, perto de onde hoje é o Hospital do Paranoá. Também foi vizinha de Creuza Aquino, outra antiga moradora. Usava a bacia para tudo. À noite, para dar banho nos meninos; de dia, lavar panelas e roupas. Quando a roupa acumulava, descia até o Lago Paranoá com a bacia cheia. Lavava tudo lá e voltava com as peças limpas. Tinha até uma árvore no caminho que fazia sombra, e ela achava era bom. Com o tempo, comprou outra bacia, maior, a “baciona” de alumínio. Essa, ela guarda até hoje. “Tá lá em casa”, diz. Outro dia, a filha comentou: “Mãe, não sei o que a senhora quer com essas coisas aí.” E ela respondeu firme: “Deixa minha bacia aí. Ninguém tira.” É assim: uma bacia grande, simples, cheia de arranhões e cheia de história.

Maria de Lourdes de Souza morou no Paranoá, numa época em que trabalhava de diarista no Lago Norte, três vezes por semana. Não havia com quem deixar os filhos pequenos. Escola, naquele tempo, só aceitava criança com sete anos. Então, levava os dois mais novos junto com ela. Ela conta: “Eu pegava o ônibus bem cedo, voltava já era quase noite. Às vezes, tinha um que dava o lugar para eu sentar com a menina no colo. Outras vezes, ninguém cedia o banco. Ficava lá, em pé, me equilibrando.” Quando chegava em casa, nem respirava. Corria para deixar os meninos com a vizinha e ia buscar água na mina do seu Severino. “Era pra fazer a janta, para dar banho neles. Era rotina.”

Os banhos das crianças aconteciam todos na bacia. Um por um. Os filhos e mais dois enteados que ela criou. Depois, ainda aproveitava a água: “Eu jogava no pé de mamão, na cana caiana. Tudo se aproveitava.” Ela lembra bem da bacia. E da lata também. “Ô menina, essa bacia pra mim...”, começa. Com ela, descia até o Lago Paranoá pra lavar roupa. Ia com os filhos: “Um vinha aqui, ó”, mostra com o braço curvado que carregava o filho na cintura. “E a bacia na cabeça.”

Na beira do lago, forrava com um pano, deitava a bebê na sombra e esfregava. Voltava com tudo limpo. “Eu ia também na mina do seu Severino, tinha pedra boa de bater roupa. Era menos ruim. Mas difícil era sempre.”

“Eu sofri, viu?”, fala, sem se queixar. Depois da janta, ajeitava os meninos. “Foi um tempo muito sofrido, mas foi um tempo muito bom. Todo mundo quase que se amava, não sei por quê.”

Ela sorri. “Era sofrido. Mas era bom”.

Outra das participantes conta que a bacia dela era de pneu de carro. Um homem do lugar cortava o pneu, pregava uma tábua no fundo com muitos pregos, bem juntinhos, “pra não vazar”, ela diz. Ele vendia várias. Ela botava um pouco d’água dentro e, ao lado, deixava sempre um balde com água limpa. “A bacia segurava bem”, conta. Ali dava banho nos oito filhos, um por um. Enchia a bacia, ensaboava cada criança dentro e depois enxaguava com o caneco, derramando água limpa por cima. A água do fundo ia ficando cada vez mais suja, mas todos tomavam banho nela. Era assim. Essa foi a bacia que ajudou a criar os filhos e a enfrentar o tempo difícil.

Em sua vez de falar, Creuza Evangelista revela que, na casa dela, ainda existe uma bacia do tempo do Paranoá Velho. “Não era só uma”, ela diz. Eram três: a de pneu, feita por gente dali mesmo; as de alu-

mínio, grandes, de levar roupa pro lago; e uma menor, de lavar louça. “Essa ainda tá lá em casa, guardada num canto, firme no tempo.”

Naquele tempo, Creuza trabalhava na Asa Norte, nas Casas da Banha. Era jovem e passava a semana inteira no serviço. Quando tinha folga, aproveitava o dia para ir com a mãe ao Lago Paranoá. Levavam as bacias na cabeça. Lavavam roupa juntas, entre silêncios e conversas com as outras lavadeiras. Ela se lembra do banho: “Lá em casa tinha banheiro, mas o banho era de lata.” Enchia a lata, jogava a água por cima com um caneco. Era assim.

Creuza não carregava lata na cabeça. Chegava tarde do trabalho, depois das onze. Já não dava tempo de buscar água no chafariz. O fim de semana era o único sossego. “Lá em casa tinha bacia, tinha lata e tinha um carrinho”, conta. O pai buscava seis latas d’água no caminhão-pipa ou nas minas. “Essa lata me lembra o sacrifício. O peso que meus pais carregaram.” E então fica em silêncio, sentindo tudo aquilo que já não se vê.

Foi assim: com bacias, latas, carrinhos e cuidado, que se fez a casa.

Benedita é uma das participantes das rodas de conversa. É moradora só do Paranoá Novo. Não chegou a morar na Vila Paranoá. Mas se identifica por demais com todas as histórias que ouve no grupo das antigas moradoras do Paranoá. E conta que, lá no Recôncavo da Bahia, quando era criança, nem conhecia bacia. “Antes de tudo, era a gamela”, diz. Era feita de madeira boa, cortada do tronco da jaqueira. Naquela gamela se fazia de tudo: lavava roupa, dava banho em menino, tirava goma da mandioca para fazer tapioca. Ela lembra que ia com a gamela até a casa de farinha, ajudava no trabalho. Tinha gamela pequena, grande, bem grande. Depois vieram as bacias, de pneu, de alumínio. Mas nenhuma igual. “A gamela era feita de madeira. Feita de vida”, fala, com o olhar parado num tempo que ainda mora dentro dela.

Foi assim que, entre barracos improvisados, bacias carregadas de água e lembranças, latas herdadas e histórias partilhadas, ergueu-se não apenas um lugar para morar, mas um território de pertencimento. Cada objeto escolhido, cada palavra narrada, cada memória revivida na roda de conversa fez brotar uma dignidade que não cabe em estatísticas. Porque, ao se recordar o que parecia pequeno – o banho dado em criança, o peso da lata na cabeça, o feixe de luz no barraco –, revelam-se as fundações invisíveis de uma comunidade inteira. No gesto de contar, de escutar e de nomear o vivido, essas mulheres reafirmaram que a casa não é só parede e telhado: é também afeto, coragem e memória, tudo aquilo que nenhuma remoção conseguiu arrancar por completo.

Água que brotava das fontes

Como lembra Luiza Naomi em sua dissertação¹¹, o acampamento original da Novacap tinha um abastecimento de água. Essa informação é confirmada por Zilma Cassemiro, que nasceu na parte da Vila denominada Acampamento, que é justamente onde se situavam os barracões para abrigar os primeiros trabalhadores da construção da barragem. Posteriormente, essa água foi redistribuída entre as centenas de novos habitantes, deixando de ser uma fonte contínua.

A escassez de água ocorre, pois, com a chegada de mais pessoas e com a não instalação de sistemas de abastecimento. Os jornais aos quais tivemos acesso trazem notícias dos anos 1980, em diante foram edições do Correio Braziliense e do Jornal de Brasília. No início dos anos 1980, a imprensa local retratou a falta de água tratada na Vila Paranoá como um problema persistente, que expunha desigualdades e alimentava a resistência de seus moradores.

Ao longo dos anos – como mostrou o jornalista Omar Abbud, na reportagem “Uma vila que convive com a tragédia” –, a precariedade continuava: faltavam telefones de emergência, a rede de esgoto escorria pelas ruas, e era proibido construir cisternas ou poços. O lugar parecia condenado a permanecer provisório.

Em 15 de outubro de 1987, matéria do Correio Braziliense registra a expansão da vila em direção à margem do lago, uma estratégia dos moradores para reforçar a ocupação e evitar a remoção. Mas o problema da água não se tornava menos grave.

Em 29 de setembro de 1988, o jornal relatou protestos contra a proposta do governo de abastecer a vila com água do Lago Paranoá, considerada, então, poluída. Dias depois, em 13 e 15 de outubro de 1988, o mesmo veículo anunciou que o governador Joaquim Roriz prometera implantar uma rede de captação no Córrego dos Goianos, com previsão de entrega em poucos meses.

A discordância, porém, foi imediata: lideranças comunitárias temiam que, mesmo com a obra, o sistema não desse conta da demanda, enquanto a Caesb sustentava que qualquer alternativa envolveria água contaminada. Em 15 de novembro de 1988, nova reportagem revelou que parte da população se recusava a consumir a água do lago,

Páginas 74 e 75:
Manifestação por água e outros direitos. Caminhão-palco em frente à Escola de Madeira, com cenário da peça *Alô, Alô Paranoá*, em manifestação por direitos. E público assistindo à peça de teatro. Fotos de Cláudio Acioly Jr.

acusando a companhia de usar a vila como “cobaia” de um projeto experimental de purificação. Os laudos técnicos – como o produzido pela Universidade de Brasília e pelo Instituto Adolfo Lutz – apontavam índices elevados de coliformes fecais tanto no lago quanto no córrego, mostrando que nenhuma fonte oferecia segurança plena.

Esse debate ficou registrado no documento técnico “Sistemas existentes e alternativos de abastecimento d’água para a Vila Paranoá”, elaborado pela Caesb em conjunto com especialistas da Universidade de Brasília e do Instituto Adolfo Lutz, no período de maio de 1987. O estudo detalhou quatro alternativas principais para abastecer a vila: captação no Lago Paranoá, no Córrego dos Goianos, na Península Norte e na Escola Fazendária, apresentando cálculos de custos, extensão das redes, prazos de execução e parâmetros de qualidade da água. Cada proposta trazia limitações próprias – por exemplo, o Lago Paranoá apresentava índices elevados de contaminação orgânica, enquanto o Córrego dos Goianos tinha vulnerabilidade à poluição difusa e restrições de vazão, sobretudo nos períodos de seca.

O documento ressaltava que, apesar das diferenças entre os mananciais, nenhuma fonte oferecia segurança plena sem investimentos contínuos em tratamento e monitoramento. No caso do Lago Paranoá, estimava-se que a captação custaria menos e seria tecnicamente mais rápida, mas exigiria esforços constantes de despoluição, que não estavam garantidos. Já a alternativa do Córrego dos Goianos, preferida por parte da comunidade, demandaria maior investimento inicial e a construção de redes de cinco mil metros de extensão com tubulação pressurizada, além de obras complementares de proteção ambiental.

Os técnicos também destacaram que qualquer solução definitiva para a crise hídrica dependeria da implantação simultânea de rede de esgoto e da conscientização sanitária da população, pois os riscos de recontaminação permaneciam altos. O relatório recomendava um cronograma de execução e fiscalização rigorosa para evitar que obras parciais fossem interrompidas por mudanças políticas ou disputas entre órgãos públicos. Com respaldo de engenheiros sanitaristas, laboratoristas e especialistas em tecnologia ambiental, o documento foi um marco na discussão técnica do abastecimento da Vila Paranoá, mesmo que, na prática, as soluções tenham se arrastado por muitos anos.

A história da água na Vila Paranoá foi, antes de tudo, a história de uma luta sem garantias. Ao longo de anos de promessas, relatórios e protestos, a comunidade se viu obrigada a defender cotidianamente o direito ao básico: beber sem adoecer. Entre baldes puxados de torneiras escassas, carências técnicas e contaminação persistente, consolidou-se uma consciência coletiva de que a água não era dádiva, mas conquistada. Cada passo, do levantamento de custos às manifestações contra soluções precárias, mostrou que viver na beira do lago não era privilégio – era risco e resistência. E assim, mesmo diante da incerteza sobre a pureza de qualquer manancial, o povo do Paranoá continuou a erguer sua permanência, sabendo que a água, ali, nunca foi apenas recurso: foi território, disputa e esperança.









Na Vila Paranoá, a água não vinha da torneira. Era das minas. Descendo um trecho de terra batida, as mulheres se juntavam: agachadas, lavavam a roupa, cada uma com seu espaço. Às vezes, aparecia uma câmera, filmava. E quem estava ali, ao ver o vídeo décadas depois, se reconhece, rindo: “Era nós mesma.”

Mas a história da água na Vila Paranoá não se conta só pelos laudos e promessas. Ela se conta pelas caminhadas longas com baldes e bacias equilibrados na cabeça, pelas fileiras de tonéis de óleo reciclados em reservatórios, pelas madrugadas em que se fazia piquete para segurar o carro-pipa. As mulheres se lembram de lavar roupa no Lago Paranoá, no Rio dos Goianos, nas minas da Vila Santo Antônio¹² – onde a água brotava tão abundante que bastava encostar a mão na terra. Nesse particular, isto é, das fontes que brotavam espontaneamente, tudo começou a mudar quando plantaram pinheiros para conter a ocupação, secando as nascentes e soterrando fios d’água sob a política de asfixiamento dos moradores da Vila Paranoá¹³. Ainda assim, a memória da água ficou teimosa, como o povo que não arredou o pé, mesmo diante da ameaça de remoção para longe – Planaltina, Samambaia, a Granja do Torto. Ali, onde hoje é parque, o chão guarda silêncios e vozes, e nelas corre, como nascente escondida, a lembrança da água que sustentou a vida.

De acordo com Maria de Lourdes Pereira, que morou na Vila Santo Antônio¹⁴, o maior prodígio ocorrido na casa dela – compartilhada com mãe e irmãos – foi uma adaptação engenhosa: um tambor de 200 litros cortado pela metade e colocado num girau improvisado, acima do telhado de amianto. Desse tambor, adaptou-se um encanamento com um chuveiro elétrico. Essa foi a glória do conforto, pois a ela desagradava muito o “banho de cuia”, isto é, com água depositada numa bacia ou balde e jogada no corpo, aos poucos.

Mas a busca permanente pela água gerou histórias tristes. Na roda de conversa, uma das participantes lança mão de um carro de brinquedo metálico amarelo. Até hoje, ela não possuiu um automóvel. Nem no Paranoá Velho nem no Paranoá Novo. E o carro mais comum que ali trafegava era o carro-pipa, trazendo água para os barracos. Foi pelas rodas e para-choques de um desses carros que a vida dessa – até hoje – mãe enlutada virou ao avesso. Seu menino foi empinar pipa com os amigos. Tinha seis anos e dez meses, contadinhos. Ela juntava o trocado para fazer a festinha dele. Mas a pipa foi longe. E o menino foi atrás, puxando o fio e andando de costas, sem ver o carro-pipa descendo com pressa. Ela ainda lembra de quando recebeu o aviso: viu um rosto na janela. Sentiu que algo estava errado. E estava. O afilhado chegou em casa aos prantos. Seu coleguinha. A pipa. O carro-pipa. Caído no chão. Ela correu. Descabelada. Chegou. O menino estava ali. Era mesmo o filho dela. A dor ficou. Mas não a deixou indiferente.

Depois do ocorrido, alguém disse a ela: “Quer criar um menino?” O recém-nascido era filho de uma moça nova, que tinha medo de não dar conta de criar ou se sentia humilhada, algum sentimento assim. Deu à mãe enlutada o menino para criar. Ela até tentou devolver, com promessa de ajuda: “Eu te dou leite todo mês, você cria.” A moça não

Páginas 76 e 77:
Audiência da peça Alô,
alô, Paranoá. Manifes-
tação por água e outros
direitos. Coleta de água
no chafariz. Fotos de
Cláudio Acioly Jr.

quis. Então, ela pegou a criança para si. Criou-o. Ainda hoje, quando fala dele, diz: “É meu filho.” Mas o vazio, por causa daquele da pipa, não passou – nem nos dias em que ela reconta essa lembrança. Ela pede a Deus só isso: “Morrer primeiro. Para não enterrar mais nenhum.” Essa brava mãe conta a história com os olhos firmes. E o coração doído, mas ela está de pé.

¹¹ *Espaço urbano em Brasília e a trajetória da resistência na Vila Paranoá*, dissertação apresentada na Universidade de Brasília, em 1988.

¹² Entre os antigos logradouros da Vila Paranoá, a Rua Santo Antônio – também conhecida como Vila Santo Antônio ou Vila do Sapo – carrega o nome de um santo popular de grande devoção entre moradores vindos de diferentes regiões do país, especialmente do Nordeste, onde Santo Antônio é padroeiro de inúmeras cidades. A forma de nomear ruas e vilas, embora pareça aleatória, refletia afetos, memórias e referências pessoais: santos protetores, localidades de origem, marcos geográficos ou referências a serviços públicos. É o caso da Rua Alta Tensão, batizada pela proximidade com a rede de distribuição de energia, e da Avenida João Paulo II, que homenageia o papa polonês cuja visita ao Brasil, em 1980, foi um evento marcante para a comunidade católica. Assim, os nomes de ruas funcionavam como uma cartografia afetiva, revelando tanto as histórias individuais quanto os laços coletivos que se entrelaçavam no cotidiano da Vila.

¹³ À beira da Vila Paranoá, estende-se o pinheiral que muitos moradores aprenderam a reconhecer como parte da paisagem e da memória local. Ele nasceu em 1972, quando a Proflora – Florestamento e Reflorestamento, estatal do Distrito Federal, decidiu plantar, em 273 hectares, pinheiros da espécie *Caribaea hondurensis*. O plano, aprovado pela Terracap, era simples: durante vinte anos, a empresa cuidaria do maciço, colhendo e replantando, para garantir madeira ao crescimento da capital. Mas o destino foi outro. A Proflora entrou em crise, nunca explorou de fato o que havia semeado e, em 1989, foi extinta. O pinheiral, abandonado desde então, permanece como um marco do tempo, mas também como um lembrete dos impactos da monocultura em áreas de Cerrado: a sombra densa e a acidez das agulhas caídas no solo reduzem a diversidade da vegetação nativa, dificultam a regeneração natural e afetam a fauna que depende das espécies típicas da região. Assim, o silêncio das árvores guarda não apenas a memória de um projeto que ficou pelo caminho, mas também as marcas de um ecossistema transformado.

¹⁴ Entre os antigos logradouros da Vila Paranoá, a Rua Santo Antônio – também conhecida como Vila Santo Antônio ou Vila do Sapo – carrega o nome de um santo popular de grande devoção entre moradores vindos de diferentes regiões do país, especialmente do Nordeste, onde Santo Antônio é padroeiro de inúmeras cidades. A forma de nomear ruas e vilas, embora pareça aleatória, refletia afetos, memórias e referências pessoais: santos protetores, localidades de origem, marcos geográficos ou referências a serviços públicos. É o caso da Rua Alta Tensão, batizada pela proximidade com a rede de distribuição de energia, e da Avenida João Paulo II, que homenageia o papa polonês cuja visita ao Brasil, em 1980, foi um evento marcante para a comunidade católica. Assim, os nomes de ruas funcionavam como uma cartografia afetiva, revelando tanto as histórias individuais quanto os laços coletivos que se entrelaçavam no cotidiano da Vila.





Uma história de ocupação e resistência

Como foi que uma ocupação popular chegou a ter mais de 35 mil habitantes, em 1987? Como foi constituída uma cidade-favela situada tão perto do centro de poder da Capital Federal? Se fosse possível atravessar o Lago Paranoá em linha reta, a distância entre a Igreja São Geraldo e o Palácio da Alvorada seria entre 4,5 a 5,5 km. Essa medida considera uma rota direta, sem contornar o lago, como se fosse um voo de drone ou uma travessia por barco. Mas – ainda que os moradores não se movessem por barcos ou objetos voadores –, estava lá, à vista de quem enxergasse da Esplanada dos Ministérios, aquilo que era considerado um atentado contra a modernidade representada por Brasília.

A arquiteta e urbanista Luiza Naomi Iwakami dedicou-se a estudar esse assunto. Na dissertação denominada “Espaço urbano em Brasília e a trajetória da resistência na Vila Paranoá” (apresentada na UnB, em 1988), Luiza Naomi nos conta um tanto bom de histórias das diversas ocupações – em especial, a do Paranoá. Esta é distinta de outras lutas por ocupação. Luiza Naomi, com seus embasados estudos, expõe que a formação das favelas em Brasília teve origem nos barracos que abrigaram operários desde a construção da Capital. Quando cresciam, esses aglomerados eram removidos pelo Estado, que oferecia lotes em cidades satélites distantes do Plano Piloto, conciliando o controle governamental com a busca de estabilidade dos moradores. A Vila Paranoá, porém, não seguiu esse padrão. Surgiu de um acampamento operário da barragem do lago Paranoá, com infraestrutura mínima, e permaneceu mesmo após o fim das obras. Inicialmente restrita em população, só se expandiu significativamente a partir dos anos 1970 e 1980.

Em matéria publicada no Correio Braziliense, de 2 de dezembro de 1988, intitulada *Gemap vai orientar ação do Governo na Vila Paranoá*, é feita uma breve reconstituição da história de ocupação: informa-se ali que teve origem em um antigo acampamento da Novacap, destinado a funcionários que trabalharam na construção da barragem e da usina de eletricidade. As primeiras casas teriam sido construídas em 1957, data do início das obras. Entre 1972 e 1974, teria havido um acréscimo populacional de 61% e, de 1974 a 1979, os crescimentos anuais foram de

Páginas 80 e 81:
No episódio conhecido como Barracaço, em 23/09/1986, Laelson Leonardo dos Santos foi um dos detidos. Teve o braço quebrado. Foi levado em camburão até instalações da polícia, de onde foi resgatado por advogados que acompanhavam os moradores.

11%. O crescimento mais significativo teria ocorrido, segundo o jornal, entre 1980 e 1982, quando a população passou de 5.100 para 15 mil habitantes – mais de 100% ao ano.

Com base em dados de um censo da Associação de Moradores do Paranoá e do artigo denominado *Moradia e vida na invasão do Paranoá*, publicado no Boletim nº 32, da UnB, em 1983, Luiza Naomi traça o seguinte histórico de ampliação da Vila Paranoá:

Ano	Nº de barracos	Nº de habitantes	Taxa de crescimento
1969	187	1.000	-
1972	126	700*	0,7
1975	598	2.811	2,8
1980	1.000*	5.100*	1,7
1983	2.650	20.000*	7,1
1987	3.100*	36.000*	1,9

*Dados Estimados

No jornal *Correio Braziliense*, de 12 de maio de 1988, na matéria *Vila Paranoá vive o mesmo pesadelo há 30 anos*, a população foi estimada em 25.000 pessoas, incluindo 6.120 famílias vivendo em 5.500 barracos, com 1.920 crianças de 0 a 4 anos. Poucos meses depois, em 12 de agosto de 1988, na matéria *Governo fixa a Vila Paranoá*, o número de moradores já era estimado em 30.000. Em 25 de junho de 1989, na reportagem *Favela perto de mansão incomoda embaixadores*, a estimativa subiu para 35.000 habitantes, evidenciando o crescimento acelerado da ocupação.

A flutuante inexatidão dos números oficiais sobre a população da Vila Paranoá não parece ser mera deficiência estatística, mas uma prática que atende a diferentes interesses do poder público. Em alguns momentos, o número de moradores é deliberadamente reduzido, para minimizar a importância da ocupação e sugerir que se trata de um problema pontual, sem relevância social. Em outros, o contingente é inflado, de modo a insinuar que aquelas famílias seriam uma ameaça ao meio ambiente ou ao projeto urbanístico de Brasília. Prova desse uso ambíguo de dados é a reportagem publicada pelo *Correio Braziliense*, em 14 de junho de 1988, que afirma que havia 35 mil famílias, quando, na verdade, esse número provavelmente correspondia ao total de habitantes. Ainda que o repórter tenha cometido o erro de confundir famílias com moradores, a constatação foi resultado de uma das primeiras tentativas de se aproximar da realidade: um censo realizado por cerca de 500 pessoas, entre professores, estudantes e representantes comunitários.

O censo promovido pela Secretaria de Educação e pelos próprios moradores se baseou em mais de vinte perguntas, investigando as

condições de vida, trabalho e estudo na Vila Paranoá. O levantamento mostrou, com precisão inédita, o que se escondia sob os números difusos que circulavam entre autoridades: apenas três escolas atendiam cerca de cinco mil alunos, com um quadro de 198 professores, número insuficiente para suprir a demanda, o que forçava o funcionamento da escola em quatro turnos. Ainda assim, havia um déficit de 13 professores e 40 salas de aula, o que explicava por que mais de mil crianças e jovens estavam fora da escola, sem acesso à educação formal.

Além da carência de pessoal e infraestrutura pedagógica, as escolas conviviam diariamente com a falta de água, energia elétrica e telefone, situação que evidenciava o descaso histórico do Estado. Esse contraste entre a negligência institucional e o esforço coletivo de professores, estudantes e moradores revela que a Vila Paranoá não era um espaço ignorado por acaso, mas uma comunidade submetida a políticas públicas que alternavam invisibilidade e estigmatização, conforme a conveniência de quem detinha o poder.

Em 10 de agosto de 1988, ao anunciar o decreto de fixação da Vila Paranoá, o Correio Braziliense publicou que a norma garantiria o assentamento de 5.328 famílias. No entanto, apenas três meses antes, em maio do mesmo ano, o próprio jornal informava a existência de 6.120 famílias vivendo na área. Essa discrepância revela como os números oficiais variavam conforme a conveniência política ou a necessidade de legitimar decisões administrativas. Depois de três décadas marcadas por ameaças de remoção e promessas não cumpridas, a definição do total de famílias tornou-se mais um instrumento de controle sobre a ocupação, que seguia crescendo à margem das estatísticas oficiais.

→
Correio Braziliense,
em 24/09/1986. Esse
episódio ficou conhecido
como Barracão. Entre os
detidos, estavam Laelson
Leonardo do Santos
e Maria de Lourdes
Pereira, diretores da
Associação de Moradores
do Paranoá. Pesquisa
da Biblioteca do Senado
Federal.



Os enfrentamentos para a fixação da Vila Paranoá

—
De março de 1985 a março de 1987, a diretoria da Associação de Moradores do Paranoá foi uma das mais combativas por direitos dos moradores, com especial dedicação à luta pela fixação. Na foto, da esquerda pra a direita, Alberto, Laelson, Maria de Lourdes Pereira, João do Violão, Maria Delsione, Juarez Martins. Foto do acervo de João do Violão (1959-2020) (in memoriam), cedida por Zilma Cassemiro.

Com uso do discurso na mídia, divisão dos moradores por meio de prepostos, força bruta de fiscais e da polícia, foi realizada a transposição da Vila Paranoá. Mas não sem luta.

Laelson Leonardo dos Santos é uma das pessoas que, por anos, defenderam a fixação da Vila Paranoá. Ele se lembra bem de uma ocasião:

– Foi ali, na rua João Paulo II, que tudo esquentou.

Tinha havido uma nova ocupação na Vila Paranoá. E o povo já vinha de anos de medo. Havia um fiscal que transformava o barraco dos outros no seu campo de guerra. Bastava alguém tentar melhorar a moradia – colocar uma telha, fazer uma varanda — que ele aparecia. Não só derrubava, como quebrava tudo.

Com as mulheres, o terror era ainda maior. Ele dizia que, se insistissem, ele mesmo botava tudo no chão.

Mas naquele dia foi diferente. Três famílias levantaram três barracos. Apenas três. Era pouco em número, mas muito em peso, porque foram erguidos como uma bandeira. Uma bandeira de resistência e de ousadia.

Quando as autoridades do GDF souberam, mandaram mil e duzentos homens da polícia. Tudo isso por causa de três barracos.

Essa é a lembrança que Laelson guarda do episódio. Naquele dia, a vila parou. De um lado, o povo; do outro, a tropa. E, no meio, o pessoal da Associação, tentando acalmar, negociar, impedir o pior.

Mas a faísca veio. Uma pedra, um grito — e pronto. Foi bomba de gás, cacetete, correria.

Os homens, quase todos, estavam nas obras da construção civil. Quem segurou a linha foi mulher – de mãos dadas, formando uma fileira, cantaram o Hino Nacional, achando que talvez a polícia recuasse. Mas não recuou.

Aquilo era o Estado dizendo: “Aqui, quem manda somos nós.”

Laelson conta que quase não escapou. Jogou um tijolo para travar o trator que vinha destruir. A mãe de uma amiga rezava por ele, achando que ia morrer.

Mas ele não morreu. Ficou vivo para contar, para lembrar, para insistir que aquele dia marcou. Porque não era só sobre três barracos.

Era sobre a coragem de manter de pé o que teimavam em derrubar. E sobre o direito de morar, sonhar e cantar, mesmo no meio da repressão.

Esse modo de lembrar de um dos conflitos é bem peculiar. E, com outras nuances, os embates ficaram registrados em reportagens dos jornais locais que, mesmo sustentando posição mais favorável à remoção da Vila Paranoá, não deixaram de noticiar o conflito.

A Vila Paranoá, no ano de 1986, tornou-se palco de um dos episódios mais tensos da história do Distrito Federal, reunindo a luta por moradia, resistência popular e repressão policial. Desde muito antes, os moradores viviam na expectativa de conseguir a regularização e a urbanização do local. Essa expectativa se transformou em protesto no dia 11 de setembro de 1986, quando centenas de pessoas, principalmente mulheres e crianças, caminharam até o Palácio do Buriti. Segundo reportagem do Correio Braziliense (11/09/1986), levavam faixas e latas vazias para mostrar a falta de água, e exigiam melhores condições de vida e a fixação definitiva da Vila. O governador, porém, não os recebeu.

Pouco tempo depois, a tensão aumentou. Conforme relatou o Correio Braziliense (23/09/1986), o governo anunciou que quem não desmontasse o próprio barraco sairia “em paz ou à força”. A promessa de diálogo deu lugar à ameaça de remoção. Nos bastidores, acumulavam-se acusações de exploração política da miséria — como apontou o chefe do Gabinete Civil do GDF, Guy de Almeida, também no Correio Braziliense (24/06/1986), ao acusar partidos de se aproveitarem da situação.

Na madrugada do dia 24 de setembro de 1986, a ameaça virou ação. Um grande contingente de policiais militares e civis cercou a área da Vila Paranoá. Segundo o Jornal de Brasília (24/09/1986), mais de 400 barracos foram derrubados numa operação que transformou a Vila numa “praça de guerra”. Houve desmaios, prisões e denúncias de violência policial. Moradores contaram que policiais chegaram batendo em quem encontravam pela frente. Pelo menos dois líderes comunitários foram presos e agredidos.

Enquanto isso, parte da população tentava resistir. Um pequeno grupo reconstruiu 11 barracos na mesma noite, no desespero de não ficar ao relento (Correio Braziliense, 25/09/1986). As novas construções foram derrubadas de manhã, em meio a um clima de guerrilha, com barricadas de pedras e madeiras. As equipes de fiscalização e a polícia agiam sob forte tensão.

O prejuízo dessa série de ações foi enorme: de acordo com o Jornal de Brasília (24/09/1986), cerca de 800 barracos foram destruídos, dezenas de moradores ficaram feridos e muitos foram presos, entre eles lideranças que denunciavam agressões. O Correio Braziliense (24/09/1986) relatou que até crianças teriam sido agredidas durante as operações.

Na mesma noite em que os barracos caíam, a então presidente da Associação dos Moradores, Delsione da Silva, e Odilon Manske iniciaram uma greve de fome, situando-se na entrada do Palácio do Buriti (Correio Braziliense, 24/09/1986). Pediam apenas duas coisas: a retirada

imediate da polícia e a destinação de outra área onde pudessem reconstruir suas casas.

Apesar disso, o governador José Aparecido decidiu não negociar enquanto houvesse pressão. Segundo nova reportagem do *Correio Braziliense* (25/09/1986), ele avisou que só receberia qualquer comissão depois das eleições de novembro, acusando “exploração demagógica” e “intolerância política”. O governo lamentava, oficialmente, que a população não tivesse respeitado um acordo prévio de suspender novas construções (*Correio Braziliense*, 24/09/1986).

Enquanto parte do governo endurecia, lideranças comunitárias e sindicatos tentavam manter algum diálogo. Políticos, como Hélio Doyle, chegaram a discutir com policiais para evitar prisões arbitrárias (*Jornal de Brasília*, 24/09/1986). Mas a polícia continuou circulando pela Vila até a madrugada, prendendo quem encontrava e reforçando a sensação de medo.

No meio de tudo, persistiam sinais de vida comunitária e organização. Alguns dias antes, o *Correio Braziliense* (23/09/1986) mostrava o “Programa de Auditório”, um projeto educativo em que crianças e adolescentes usavam vídeo para contar a própria realidade. Mesmo em meio à falta de água e às ameaças de despejo, havia quem acreditasse que a educação poderia transformar o futuro da Vila.

Este conjunto de reportagens revela como, naquele ano, a luta pelo direito à moradia se encontrou com a face dura do poder público, a repressão policial e a descrença nas promessas políticas. Mostra também que, apesar da violência e do medo, a comunidade resistiu — nas assembleias, nas greves de fome, nos protestos e até nas pequenas iniciativas de contar sua própria história. Uma história que, mesmo passada, segue ecoando na memória coletiva.

A memória escrita nos jornais permite que se tenham leituras distintas das de Laelson. Mas que mostram um pouco do que efetivamente aconteceu, em anos de luta pela fixação. Uma luta que envolve Laelson desde sua infância: quando criança, ele residiu em um lugar que, hoje, quase ninguém lembra: uma plantação de abacaxi próxima a uma mina d’água. Tendo vindo ao mundo pelas mãos de uma parteira, em 13 de dezembro de 1961, o menino Laelson acompanhou a família em uma breve mudança para São Paulo. Ficou onze anos por lá, até que a separação dos pais o trouxe de volta. Com apenas treze anos, já fazia parte da Associação de Moradores. Era adolescente e vivia no meio da política e da repressão. Serviu no Exército, como recruta. E conheceu o fim da ditadura como lhe foi possível, nos bastidores.

Quando saiu do quartel, sendo morador do Paranoá, engajou-se direto no movimento popular. Ajudou a fundar partido no Paranoá, fazia sopa, distribuía cobertores nas noites frias. Lutava com o que tinha: um carrinho de água, uma panela de sopa, um megafone. Mas sofreu com a repressão; apanhava com o que viesse: cassetete, camburão. Foi preso, jogado num camburão da polícia, rodou por horas sem saber onde ia parar. “Foi uma guerra.” Quebraram seu braço, derrubaram os barracos — que, posteriormente, seriam reconstruídos.

A luta foi feita por pessoas como Laelson ou Maria de Lourdes Pereira, que associavam o conhecimento em política e movimentos populares com a resistência. Mas, principalmente por pessoas que queriam garantir um lugar para morar.

Essa era a situação de Dona Áuria, uma das moradoras que viveram aquele tempo. Ela morava na Avenida João Paulo II, na antiga Vila Paranoá. Tinha ocupado um pedaço de terra com muito esforço, porque não tinha para onde ir. Era tudo na base da luta, na força do braço e da coragem que Deus dava”, lembra-se Áuria.

Dona Áuria, naquela oportunidade, estava grávida – “da minha menina”, como ela conta até hoje – e, certo dia, encontrava-se sozinha em casa. Naquele período, o então governador Joaquim Roriz havia revogado o decreto de seu antecessor, que determinava a permanência da Vila Paranoá no local onde se encontrava. Aquela norma de José Aparecido de Oliveira era o Decreto nº 11.208, de 17 de agosto de 1988, que dispunha sobre o processo de melhoria urbana gradativa na Vila Paranoá e estabelecia critérios para regular sua ocupação. No lugar do decreto anterior, que fixava a área, Roriz assinou o Decreto nº 11.743, de 1989. Esse novo ato definiu o polígono da Vila Paranoá como área de utilidade pública para fins de urbanização e regularização. Mas revogava, simultaneamente, os Decretos nº 11.208 e nº 11.209, ambos de 1988, e introduziu” novas diretrizes para o uso do solo e a realocação de habitações. Este seria o decreto da remoção.

Na época, Roriz era governador nomeado por José Sarney, de 17 de outubro de 1988 até 15 de março de 1990, quando se afastou para assumir o Ministério da Agricultura, já no início do governo Collor. Pouco tempo depois, renunciou ao ministério para se candidatar à primeira eleição direta para o governo do DF, sendo então eleito pelo voto popular.

Mas o contexto dessa cena é a de alguém que, mesmo diante da violência da remoção, busca cacifar-se eleitoralmente perante os moradores da Vila Paranoá. A vida, que já era pesada para Dona Áuria, ficou ainda mais; ela, no entanto, reage com gentileza. O governador Roriz chegou, acompanhado de um batalhão. Com ele, policiais militares, fiscais da Terracap, tratores, caminhões. Vinham passando por cima de tudo, derrubando os barracos com as coisas das pessoas dentro.

Ela conta que nem sabia que iam chegar naquele dia. Tinha feito um café, um bolo, do jeito simples, mas de coração. De repente, viu quando o Roriz se aproximou, com três policiais do lado. Tinha também um rapaz carregando um papel na mão, anotando os números dos lotes, marcando quais iam ficar e quais iam pro chão.

Quando um dos policiais foi pegar no madeirite do barraco dela, Roriz olhou para dentro e viu Dona Áuria – barriguda, sozinha com os meninos. Então falou:

– Nem toque.

Disse que aquele barraco não seria derrubado, porque a mulher estava grávida. Mandou anotar o número: 2.232.

Áuria se lembra bem. Foi o primeiro endereço dela em Brasília. Número 2.232. Para ela, aquilo foi mais que um número. Foi um respiro no meio de tanto aperto.

Depois disso, como o café já estava pronto e o bolo quentinho, ela ofereceu os pedaços de bolo a Roriz e a seus acompanhantes. Perguntou se queriam um pedaço. Eles aceitaram e comeram ali mesmo, como quem não via comida há dias.



A fixação conquistada. E fraudada

—
Manifestação de moradores com reivindicações por água e outros direitos, incluindo educação. À esquerda, com livro na mão, João Bosco Bezerra Bonfim, um dos diretores da Associação de Moradores do Paranoá, e posteriormente, fundador do Cedep. Foto de Cláudio Acioly Jr.

O Decreto nº 11.743, de 1989, representa uma reformulação legal e espacial da política urbana para a Vila Paranoá, consolidando um projeto de remoção, em vez de fixação. Em contraste com os decretos de 1988, este admite, formalmente, a remoção de habitações situadas em áreas de risco, de proteção ambiental ou que impeçam a execução do projeto urbanístico. Entretanto, reafirma o compromisso com a permanência dos moradores por meio de realocação planejada, especialmente dos cadastrados.

Essa minissérie dramática tem alguns capítulos a mais, além daqueles já vivenciados pela longa novela de privações da população da Vila Paranoá.

Num desses capítulos, em 27 de novembro de 1988, em reportagem do Correio Braziliense intitulada “Governo chega à Vila Paranoá”, Joaquim Roriz desembarca na comunidade com um discurso carregado de promessas. Afirma que trataria Brasília como uma só cidade, sem discriminação entre ricos e pobres. Ali, cria o Grupo Executivo de Melhoria da Vila Paranoá (GEMAP), prometendo água potável vinda do rio dos Goianos, despoluição do Lago Paranoá e prioridade absoluta ao bem-estar dos moradores. Àquela altura, parecia o início de uma história de redenção.

Em seguida, em dia 2 de dezembro de 1988, o mesmo jornal traz a matéria “Gemap vai orientar ação do Governo na Vila Paranoá”. O texto descreve em detalhes a criação do GEMAP, órgão que deveria elaborar o plano diretor de melhoria gradativa, garantir a integridade ambiental e discutir com a comunidade todos os aspectos da urbanização. A Vila, então com 32 mil moradores, começa a ser descrita oficialmente como um caso especial, que exigiria atenção, diagnósticos e muitos relatórios.

Ao continuar essa série de notícias, 3 de março de 1989, é publicada no Correio Braziliense a reportagem “GDF vai fixar Vila Paranoá”. O governo anuncia, então, a prioridade de transformar a ocupação irregular em assentamento legal. Menciona lotes de 120 metros quadrados e remoção controlada dos barracos. Técnicos preparavam-se, então, para fiscalizar cada centímetro da área e prometem coibir novas construções. Tudo parece seguir um caminho planejado, embora com a tensão de quem sabia que nem todos seriam contemplados.

No capítulo seguinte, em 16 de maio de 1989, o jornal informa que “Paranoá será cidade, mas só caberá metade”. A notícia revela que apenas parte das famílias permaneceria: cerca de 4 mil seriam beneficiadas, enquanto outras 5 mil seriam transferidas para um terreno vizinho, ainda sem infraestrutura. O argumento é de ordem técnica: ruas estreitas, falta de coleta de lixo e risco de insalubridade. Na prática, o projeto já prevê uma grande remoção.

Poucos dias depois, em 19 de maio de 1989, a matéria “Urbanização da Vila Paranoá começa dia 3” anuncia que a área seria triplicada – de 90 para 270 hectares, com a informação de que, “(...) Além dos moradores excedentes da Vila Paranoá I (sic), está prevista a fixação de favelados (sic) das Vilas Santo Antônio e Piauí, e das invasões dos Lagos Sul e Norte.”. Ao mesmo tempo, o governo avisa que só terá direito a lote quem já estivesse lá antes de 28 de novembro de 1988. Helicópteros e fotografias aéreas monitoram o surgimento de novos barracos. Marca o início de um controle rigoroso sobre quem poderia ficar.

Mas esperem: não é só isso! Em 30 de maio de 1989, surgia o editorial “Apelo à razão”. O Correio Braziliense, assumindo o tom de consciência moral, cita a denúncia do então deputado Augusto Carvalho, que alega violação à Constituição. A principal justificativa seria ambiental: a Vila estaria sobre a bacia do Lago Paranoá, fonte de água potável. O editorial adverte que a fixação atrairia novas invasões, prejudicaria o planejamento urbano e colocaria em risco a imagem da capital.

Esse ataque à fixação perdura e persiste, no capítulo seguinte: em 2 de junho de 1989, no Correio Braziliense, a reportagem “Mais uma agressão ao plano original” relembra o histórico das cidades-satélites e das restrições da “Faixa Sanitária”. O texto resgata o argumento de Israel Pinheiro, que desde os anos 60 rejeitava ocupações próximas ao Lago. A fixação da Vila, segundo o articulista, seria uma afronta definitiva ao urbanismo de Brasília. Aqui, a imprensa consolidava sua posição de guardiã da pureza arquitetônica.

No dia 3 de junho de 1989, a matéria “Governo vai ao Paranoá em julho” relata o adiamento da entrega dos lotes e o anúncio de um novo projeto global, com estudos ambientais e reavaliação do decreto anterior. Para os moradores, uma decepção. Para o governo, apenas a confirmação de que tudo caminhava ao desfecho já conhecido: a remoção quase total, justificada por laudos e pareceres técnicos.

Mas o perigo ainda rondava – além da remoção, com a transferência dos moradores para dezenas de quilômetros longe do Plano Piloto. No dia 8 de junho de 1989, é publicada a análise *Visão orlof do Paranoá*. O artigo prevê que, mesmo com o assentamento, a especulação fundiária e os grileiros tomariam conta dos lotes. Afirma que, em pouco tempo, tudo se repetiria: venda ilegal de terrenos, retorno das invasões, crise econômica e a multiplicação do problema. É um anúncio cético, que coloca em dúvida qualquer possibilidade de solução definitiva para a população do Paranoá.

Ainda aumentando a tensão, em 23 de maio de 1989, o editorial *Brasília corrompida* coroa a narrativa. Para o jornal, a decisão de fixar a

Vila Paranoá é demagogia, precedente perigoso e ameaça à concepção urbanística da cidade. Nas entrelinhas, há o lamento de que aquela mancha de pobreza estragaria o cartão-postal da Capital. Assim, a voz do jornal, que sonha ser o herói da razão e da ordem, sela o enredo em que os pobres acabam sempre à margem.

Para posar de herói diante de tantas campanhas contrárias, Roriz sustenta a remoção dos moradores; porém, com a transferência das pessoas para um local contíguo ao assentamento histórico. Apenas um pequeno contingente da população ficaria na antiga área – os demais seriam transferidos para área mais acima, com a derrubada dos pinheiros.

Seguindo o enredo, numa reunião que prometia conciliação, mas acabaria em gritos, Roriz bate na mesa e ameaça demitir quem ousasse discordar do projeto de fixar a Vila, enquanto ambientalistas citam leis e estudos que mostram o risco de poluição do lago e erosão do solo, segundo a reportagem do Correio Braziliense de 02/06/1989, intitulada “Comissão vai definir assentamento no Paranoá”.

Enquanto alguns deputados insistem que, sem Relatório de Impacto Ambiental (Rima), não haveria assentamento, lideranças comunitárias exaltadas perguntam se “o pinheiro vale mais que gente”, criando a tensão que faria o governo avançar com máquinas antes mesmo do estudo ficar pronto (12/06/1989).

Em meio ao suspense, surge o anúncio da criação de uma prefeitura no Paranoá, ato que infla a expectativa de que tudo estaria finalmente regularizado e que Roriz seria lembrado como o grande patrono da cidade (17/06/1989).

Para dar forma ao projeto de redenção, o governo confirma que 160 hectares de pinheiros seriam derrubados para abrigar famílias que poluíam o lago — um gesto justificado como “compromisso ambiental”, mas que mais parecia o sacrifício simbólico de uma falsa floresta em nome do futuro político (20/06/1989).

Enquanto máquinas são preparadas para abrir ruas, disputas judiciais sobre quem seria dono da terra viram ameaça silenciosa: um espólio de fazendeiros e a própria Terracap avisavam que o governo talvez tivesse que pagar caro pela área em litígio (23/06/1989).

Num editorial alarmista, o Correio Braziliense brada que o plano de Roriz condenaria a população ao racionamento e transformaria o Lago Paranoá num depósito de esgoto, chamando o projeto de “pesadelo ecológico-urbano” movido por “baixa política” (23/06/1989).

Na mesma semana, em contraste com o temor da contaminação, foi liberada verba milionária para despoluir o lago, movimento que soou como cortina de fumaça para legitimar o avanço do projeto de remoção da Vila Paranoá (23/06/1989).

Mas a campanha contra a Vila Paranoá prossegue: com casas à beira do Lago Paranoá, embaixadores estariam vendo seus terrenos perder valor e, desconcertados, admitiam que não era a pobreza que incomodava, mas o fato de ela ser tão visível ao lado das mansões (25/06/1989).

Seguindo a perseguição, reportagens mostravam uma Vila Paranoá como o retrato vivo das contradições: comerciantes que enriqueceram no meio da miséria, barracos numerados que subiam e desciam de valor conforme a incerteza do assentamento, e a convicção de que, seja qual fosse o desfecho, Roriz sairia aclamado por uns e acusado por outros (29/06/1989).

Por fim, o governo autorizava a demolição de barracos construídos sem registro, enquanto moradores choravam e juravam que o líder comunitário traía sua gente, num ciclo que lembrava capítulos antigos de repressão e promessas não cumpridas (29/06/1989). Esse foi um dos efeitos da divisão que o GDF plantara na comunidade, insuflando lideranças pró-governo.

Quando o RIMA finalmente vem a público, revela que 80% da área planejada para o assentamento não teria condições mínimas de receber infraestrutura. Entre laudos contraditórios e restrições ambientais, o governo precisaria encontrar um novo terreno ou enfrentar anos de disputa judicial (15/07/1989).

No auge da tensão, o governo decreta a utilidade pública das terras de 500 hectares que antes pertenciam a particulares, jurando que agora nada impediria o sonho de fixação. Ao mesmo tempo, o mesmo decreto recomenda a remoção de quem vivia mais perto do Lago Paranoá, invocando a proteção ambiental (11/08/1989).

Na sequência da novela, o Ibama concede autorização para desmatar a monocultura de pinheiros, finalmente abrindo caminho para que Roriz anuncie a nova fase. Para alguns, seria o triunfo da justiça social; para outros, apenas uma manobra hábil para reforçar sua imagem antes das eleições (17/08/1989).

O governo divulga, então, o projeto urbanístico: ruas sinuosas, áreas verdes e uma praça central para encontros ao fim da tarde. A promessa seria erguer uma cidade de verdade, longe da imagem de favela que tanto constrangia Brasília oficial (17/08/1989).

Quando os tratores começam a tombar os pinheiros, centenas de moradores deixam seus barracos para assistir. Muitos choram, convencidos de que, desta vez, não haveria recuo nem nova expulsão (18/08/1989).

A pressa era tanta que moradores, ansiosos, ateiavam fogo nos galhos, temendo que algum despacho judicial barrasse tudo outra vez. Enquanto as chamas sobem, os servidores correm para explicar que queimar madeira não resolveria nada (05/09/1989).

Roriz, temendo que o relógio político jogasse contra ele, exige pressa máxima. Ordena à Terracap que apresente em poucos dias todas as alternativas para desapropriar e iniciar o assentamento – mesmo que fosse preciso comprar briga judicial ou pagar caro pela terra (08/09/1989).

Entre reuniões e recadastramentos, moradores se dividem: uns queriam ficar no terreno original, outros apoiavam a remoção para a Nova Paranoá. Enquanto os líderes comunitários se acusavam mutuamente, os pinheiros iam caindo (20/09/1989).

O anúncio chega com estardalhaço: oito mil lotes seriam entregues até o fim daquele ano de 1989. Mas, ao chegar lá, os primeiros moradores encontram apenas clareiras de troncos carbonizados, postes sem fios e um chão duro como a espera que já durava décadas. Enquanto técnicos garantem que tudo estaria pronto logo, surgem vozes dizendo que aquela terra não passaria de mais uma miragem (08/11/1989).

Na rua principal, vizinhos de longa data começam a se olhar com desconfiança. Uns afirmavam que a mudança seria única chance de ter um pedaço de chão com documento. Outros insistem que abandonar a velha Vila seria trair suas raízes. Os boatos crescem: quem recusasse o lote perderia tudo. E quem aceitasse, talvez não encontrasse casa, nem água, nem luz (08/11/1989).

Quando Gilson Araújo é nomeado para comandar o processo, a tensão explode. Lideranças comunitárias afirmam que ele não tem legitimidade, que teria sido escolhido numa reunião de pastores e que ninguém confiava em sua promessa de respeito. O “almoço de pacificação”, na residência oficial, havia terminado antes da sobremesa: Roriz se recusa a ler o protesto, e os representantes saem em silêncio, convencidos de que aquela história só ficaria pior (25/10/1989).

Quando chega o dia da distribuição dos lotes, ninguém dorme. Mulheres com bebês e homens cansados se alinham na madrugada. Os PMs marcam números nos braços de cada um, como se fosse um selo de validade. Ao amanhecer, o sol encontra uma fila infinita de rostos famintos e olhos marejados, todos esperando por um chamado que parecia não chegar nunca (23/11/1989).

No meio da tarde, alguns começam a receber papéis que prometem o tão sonhado terreno. Mas a alegria veio misturada ao medo. Entre as famílias que iam conhecer seu lote, muitos encontravam lama, tocos, ausência de qualquer estrutura. Cada passo naquele descampado reforçava a dúvida: seria ali mesmo que começaria uma nova vida, ou só mais um capítulo de promessas que ninguém tinha coragem de cumprir? (23/11/1989).

O lote atribuído aos novos moradores foi feito sem nenhum cuidado, sujeito a prejudicar era mais vulnerável, isto é, mulheres e crianças. É o que vemos por este relato de uma das participantes da roda de conversa: “Naquele tempo, eu já era separada. Meu marido tinha ido morar com outra. Depois, quando o menino já tava grande, ele voltou. E eu aceitei. Mas não era mais por amor, não. Já não gostava mais dele. Quando a gente subiu para cá, pro Paranoá Novo, e começou a distribuição dos lotes, eu tinha dado meu nome lá embaixo. Meu documento. Mas na hora de sair o lote aqui em cima, saiu foi no nome dele [do marido, de quem estivera separada, por tempo significativo]. Fiquei com raiva. Porque eu tinha entregado meus documentos primeiro. Mas, como ainda éramos casados no papel, pediram o nome dele. Aí ele teve que assinar. E o lote ficou no nome dele. Depois vieram me dizer: ‘É dele.’ Mas eu que fui atrás, eu que morava com o menino. A gente era casado desde que eu tinha 24 anos e ele 19. Só que, naquela hora, ninguém viu isso. Só viram o nome que ficou.”

O novo assentamento foi uma das oportunidades que o GDF viu para retirar pessoas que estavam em ocupações em áreas centrais, como foi o caso da Favela do Ceub, situada na Asa Norte. Uma das pessoas que de lá veio, trouxe este depoimento: “Quando veio a remoção lá do Ceub, não foi bem uma escolha minha. Aquilo já vinha se arrastando fazia tempo, porque aquela área era do Exército. Na época da política [i.e., das eleições], prometeram muita coisa. Disseram que iam levar a gente para Samambaia ou para Granja do Torto. Mas o pessoal da Granja do Torto não aceitou, porque era muita gente. Não tinha espaço para todo mundo lá. E eu pensava: ‘Meu Deus, para onde eu vou?’ Ouvi dizer que Samambaia era perigosa. O pessoal removido do Buraco do Brejo falava que lá não era fácil. E Samambaia tava só começando.”

A resolução da situação dessa senhora e sua família ocorreu por uma providência de outra natureza, que não as listas que a sociedade de habitação mantinha, então: “Foi aí que conheci um senhor que eu trabalhava para ele no Lago Norte. Ele era secretário do Roriz. O doutor Fulano de Tal. Conteí para ele da nossa situação. Ele disse: ‘Nilda, vocês vão sair de lá de qualquer jeito.’ E eu: ‘Eu sei, doutor.’ Aí ele falou: ‘Faz uma listinha das famílias direitinho. A gente vai levar vocês pra outro lugar [diferente de Samambaia].’ Perguntei: ‘Mas pra onde, doutor?’ E ele respondeu: ‘Para o Paranoá.’ Aí eu falei: ‘Eba, tô na fita!’ Porque o lugar que eu mais gostava era o Paranoá. Eu já vivia por lá, nos forrós, com os amigos.”

Cada vez mais distante

Enquanto a leitura dos jornais publicados à época da remoção evidência, de forma contundente, o ânimo excludente de certos setores da população de Brasília — uma postura que encontrou respaldo e legitimação nos discursos oficiais do GDF —, muito diferentes são as percepções daqueles que viveram e resistiram na Vila Paranoá. Para esses moradores, o período não foi apenas uma questão administrativa ou urbanística, mas uma experiência marcada pela luta cotidiana, pelo sentimento de pertencimento e pela recusa em aceitar a invisibilidade imposta pela cidade que se pretendia moderna e homogênea.

A estratégia estatal adotada na fixação dos moradores do Paranoá consistiu em pulverizar as famílias em quadras e regiões distintas, promovendo assim uma desassociação e interrupção na comunicação e laços entre os membros da comunidade local. Se dona Maria era minha vizinha na Vila Paranoá, na mudança para a Região Administrativa VII — Paranoá, dona Maria foi alocada em uma quadra distante da minha, gerando assim a dificuldade de manutenção dos laços cotidianos que outrora chamou-se amizade e companheirismo. A luta pela sobrevivência se fez mais presente entre as raízes e tocos de árvores que ocupavam o lote destinado à nova morada. Tornou-se premente cuidar do seu núcleo, em detrimento das relações sociais de outrora. O sucesso da estratégia estatal se concretizou, enfraquecendo assim a articulação comunitária que resultou na efetiva manutenção da população local na localidade, juntamente com a fixação de muitas outras inúmeras famílias advindas de diferentes localidades ocupadas no Distrito Federal.

Nas rodas de conversa, as senhoras nos informam o quanto foi árdua a luta por água e chão limpo, no novo assentamento: “Quando a gente chegou, cada uma teve que limpar o seu pedaço. Eram troncos para todo lado. Os pinheiros tinham sido arrancados, mas largaram tudo ali, espalhado. Por exemplo, seu eu limpava o meu lote e jogava a sujeira no do vizinho, o vizinho fazia igual com outro, do outro lado, ou para a rua. No fim, todo mundo tava com o lote cheio de toras de madeira, de novo”, recorda, com certa tristeza, uma delas.

Mesmo com todo o discurso oficial de que o novo assentamento seria humanamente adequado, não foi isso que se viu nos primeiros

tempos, como mostra o depoimento de uma das participantes: “Água era um sofrimento. Tinha carro-pipa, mas só pra beber. Para lavar, para cozinhar, nada. A gente tinha que fazer piquete, bater lá, ficar com as latas na fila, esperando”, declara Anilda, com o semblante carregado.

Na visão de quem hoje se lembra dos conflitos de então, fica claro que “(...) a Vila Paranoá não foi só levantada. Foi também desarrancada”, numa expressão improvisada de uma das mulheres. Quem conta, lembra sem florear. Diz que foi “tirado” – mas o verbo certo talvez seja esse mesmo: desarrancado. Igual se arranca mato, igual se arranca árvore.

Na antiga Vila Paranoá, onde moradores resistiram por décadas, é onde hoje se situa o Parque Vivencial. Ali, cada barraco erguido na marra era em defesa de abrigo. Mas chegou a hora da remoção. E a remoção veio sem cerimônia: caminhão aberto, motor ligado, e homem com farda dizendo: “vai sair”. Era assim. Chegavam e diziam que era para subir. Para onde? Para cima. Onde tinha pinheiro. Pinheiro plantado de propósito, para evitar ocupações. Mas foi o que sobrou. As pessoas foram “subidas”, como se dizia. Subido mesmo, com tudo o que dava: galinha, cachorro, panela, o que coubesse. Os pinheiros caíram. Foram arrancados à força. No lugar do pinheiro, as famílias fincaram suas estacas, ergueram lonas, martelaram tábua.

Mas nem tudo obedeceu ao poder da força da Terracap e policiais. Alguns, como os da Quadra 2, entraram na Justiça. Conseguiram ficar

De maneira distinta do que eram as movimentações, na então Vila Paranoá, no Paranoá Novo eram mais difíceis e longos os caminhos; em vez do concentrado de casas que se podia acessar com alguma facilidade a partir do Ponto Final, na nova cidade, com extensa avenida com quadras distribuídas ao longo, a ida ao trabalho ou ao comércio ficou mais difícil. Com um senso de humor peculiar, algumas das participantes das rodas de conversa se lembram:

No princípio, só havia ela: a velha marinete. Um ônibus bem surrado, percorrendo a estrada de terra batida com seu motorista e o cobrador, indo e vindo, levando aqueles poucos que tiveram coragem de chegar antes de todo mundo. Naquele tempo, não existia rua asfaltada, iluminação pública nem rede de água. Era só poeira e promessa. O nome pegou: marinete.

Essa figura tão presente no imaginário popular teve sua origem numa imagem de televisão. A marinete mais conhecida do país apareceu na novela *Tieta*, exibida pela TV Globo em 1989. Lá, o veículo era um Ford F-350 fabricado em 1957, com motor V8 e carroceria da Metropolitana, conduzido pelo personagem Sr. Jairo, vivido pelo ator Elias Gleizer. Na história, o ônibus circulava pela fictícia Santana do Agreste, cidade inspirada no sertão nordestino, e ajudava a criar a atmosfera de interior, com seus tipos humanos e rotina simples. Assim, a marinete unia realidade e ficção, atravessando as ruas poeirentas do Paranoá, e se fixando na memória como um retrato de lugares onde tudo começava devagar, entre a precariedade e o sonho.

De maneira distinta do que prometia o GDF, quando a mudança subiu para a parte mais elevada, onde antes ficava o pinheiral, a vida piorou. Não era só a distância. Era o susto de chegar e não ter nada. Jogavam a mudança no lote e diziam: “Agora é com vocês”. O terreno era puro tronco de pinheiro. Alto, pesado. Quem pegava um pedaço com árvore demais, virava quase floresta. O trator só derrubava, não limpava. E quem queimava os tocos arriscava a mão, o dedo, a sorte. Era lote no grito. Sem trena, sem ferramenta. Cada um se virava. Muitos se machucaram. E, se não bastasse o terreno duro, as pessoas vinham de outros cantos, com outras histórias. Gente que não se conhecia, que não era do tempo antigo do Paranoá. A mistura virou tensão. A vizinhança de antes se quebrou.

Quando o sol se punha, a escuridão tomava conta de tudo. Descer do ônibus era um desafio diário. Apenas a luz da Marinete clareava o caminho, e pessoas tropeçavam umas nas outras. “Foi mal, desculpa aí.” Tudo acontecia no escuro, com passos apressados e medo estampado no olhar. Houve quem desistisse: partiu para Ceilândia, para o Setor O, para o Setor P. Fugiu da dureza. Porque a promessa era de um lar, mas o que se entregou foi mato. Ainda assim, muitos permaneceram. Seguraram com “unha e dente”.



O fio da memória entre o Paranoá Velho e o Paranoá Novo

←
Visão do espelho do Lago Paranoá, com Barragem à esquerda e Vila Paranoá na parte superior, com casas abaixo da pista de asfalto. Foto do Arquivo Público do DF.

“Vila Paranoá” é um dos nomes que aparecem nos jornais das décadas de 1970 e 1980 para se referir ao assentamento. Depois que a maior parte dos moradores foi transferida para a área contígua – localizada acima do antigo assentamento, se considerarmos a posição do Lago Paranoá –, passaram a serem usadas outras expressões. É comum ouvir Paranoá Velho e Paranoá Novo, especialmente quando se trata de colher lembranças. Nas conversas do dia a dia, porém, diz-se simplesmente Paranoá.

Para Maria de Lourdes de Souza, uma das participantes das rodas de conversa, o ano de 1989 permanece muito vivo na memória. Foi quando removeram o seu barraco. Até então, ela morava na Rua São Jorge. E se lembra, até hoje, das árvores da vizinhança. Algumas das perduram no Parque Vivencial.

A terra permanece no mesmo lugar. Mas as histórias quase se perderam com a mudança forçada. Há um agravante: com a transposição, também mudou a forma como os antigos vizinhos ficaram dispostos. As famílias foram realocadas em quadras distantes umas das outras, quando passaram para o novo assentamento.

Entre os participantes das rodas de conversa, não há dúvidas de que essa dispersão foi proposital. A impressão fica ainda mais forte quando se lê as notícias de 1981 a 1989. Elas mostram a constante mobilização dos moradores para garantir o direito de permanecer.

Uma força política se formou ao longo dos anos de resistência; ainda que não fosse ligada a um partido específico. No clima de re-democratização, depois da ditadura, essa mobilização em torno de direitos sociais parecia não ser bem-vista. Isso apesar de a Constituição de 1988, recém-promulgada, assegurar exatamente os direitos que, até então, vinham sendo reivindicados.

No novo assentamento, não havia a variedade de mangueiras, abacateiros ou jaqueiras. O que os moradores da poeira vermelha encontraram foram troncos de pinheiros. O GDF tinha derrubado as árvores e cortado parte dos troncos. Mas as toras, com as raízes,

continuavam lá. Eram grandes pedaços de madeira, espalhados no lote precariamente demarcado. Foi ali que Dona Lourdes e tantos outros tiveram de construir a nova morada, depois de serem mudados à força.

Uma das notícias publicadas no *Correio Braziliense* informa que, em 1º de junho de 1989, ocorreu uma reunião no Palácio do Buriti, presidida por Joaquim Roriz. Dela surgiu uma comissão multissetorial, com a tarefa de elaborar uma proposta consensual sobre o assentamento da Vila Paranoá.

O encontro foi marcado por conflitos entre governo, técnicos, ambientalistas e moradores. Entre os principais temas debatidos estavam a necessidade de elaborar um Relatório de Impacto Ambiental, conhecido como RIMA – um levantamento dos riscos geotécnicos da área e o destino da monocultura de pinheiros que ainda ocupava o terreno.

Essas posições desencontradas revelavam a falta de planejamento integrado entre os órgãos públicos. Mesmo sendo divulgado por um jornal que se posicionava contra o assentamento (o *Correio Braziliense*), fica evidente que havia contradições dentro do próprio governo. O conflito envolvia a falta de coordenação entre secretarias do GDF, denúncias de irregularidades, disputas sobre questões ambientais e legais, e divergências entre estudos técnicos e decisões políticas.

Ao destacar que a decisão de fixar a comunidade era política, o jornal reforçava o argumento, apresentado como técnico, de que o assentamento não era aconselhável e poderia representar um risco grave ao meio ambiente do Distrito Federal.

No mesmo *Correio Braziliense*, em 23 de junho de 1989, é publicado o editorial com o título de “Grave ameaça”. Para quem é familiarizado com os jornais, no editorial está estampada a voz do dono, isto é, a opinião dos administradores ou gestores ou acionistas daquele jornal. E, uma vez que não há isenção na imprensa, essa opinião contra o assentamento precisava ser sustentada por argumentos supostamente racionais. O editorial critica severamente o plano do Governo do Distrito Federal (GDF) de promover o assentamento da Vila Paranoá na área já ocupada. O texto enfatiza os riscos ambientais, particularmente o comprometimento da bacia do Lago Paranoá, e alerta para possíveis consequências graves para o abastecimento de água no Plano Piloto, defendendo a remoção da população para outro local. No texto, há um conflito explícito entre urbanização popular e a suposta preservação ambiental defendida. O jornal contrapõe duas visões: por um lado, a política de assentamento de moradores de baixa renda; por outro, a necessidade de manter a integridade ecológica e os serviços de água do DF, denunciando o projeto como uma “manobra de baixa extração política” e populista.

Entre os trechos do editorial, este merece destaque:

*Estima-se que, uma vez convertido em realidade o assentamento, programado para atender, em seus limites extremos, a cinquenta mil pessoas, **as atuais disponibilidades de água no Plano Piloto cairão seguramente de 450 para trinta litros diários per capita**. Ora, sabe-se que as exigências mínimas admitidas para o suprimento individual por dia são da ordem de 150 litros. É fácil, pois, dimensionar a tragédia que deverá se abater sobre toda a população, na hipótese de o GDF consumir esse plano insensato (grifos nossos)*¹⁵.

Com essa posição, o Correio Braziliense – sustentando a posição de seus patrocinadores – coloca o assentamento do Paranoá como uma ameaça à população já estabelecida no Plano Piloto e Lagos Sul e Norte e faz uma convocação velada para que outras forças se oponham.

O arrancamento da população – barracos e pessoas – para o novo local de assentamento não se deu sem um tanto de sofrimentos para os moradores. Nas rodas de conversa, Dona Áuria declarou: “Quando a gente subiu pro Paranoá Novo, foi outra luta. Saímos do Paranoá Velho, onde tudo já era difícil, e lá em cima parecia ainda mais. Tinha muito morro, o acesso era complicado. Mas a gente foi”.



Uma rosa branca para a casa nova

←
Ponto final de ônibus. Visão do asfalto em direção à parte superior da Rua São Jorge/Rua da Feira. Foto de rede social, sem identificação de autoria.

As pessoas, as tábuas, as telhas, os pregos enferrujados, as bacias, os canecos, os pratos, as cadeiras, os tamboretos, os filtros de barro, os ferros de passar roupa à brasa — tudo foi sendo transportado. Lâmpioes, televisores, antenas... Cada objeto era retirado, peça por peça, como se não arrancassem apenas coisas, mas também as lembranças pacientemente costuradas em cada uma delas.

O colchão gasto, com a espuma aparecendo nas beiradas, dobrado sobre si mesmo para caber no caminhão. O fogão de duas bocas, enegrecido de tanto remendo, que carregava o cheiro antigo de feijão e café ralo. Um armário de madeira carunchada, guarneido de panos puídos e alguns copos sem par. O baú de lata, guardando fotografias amareladas, documentos amarrados com barbante, pequenos segredos que ninguém ousava contar.

As latas de querosene, os baldes amassados, as roupas embrulhadas em sacos de estopa, as panelas sem cabo e a chaleira que ainda guardava um restinho de água fria. O rádio de pilha, cuidadosamente enrolado num pano para não quebrar. E o berço de ripas soltas, que rangia a cada balanço, tudo sendo arrastado pelo chão de terra batida como se também protestasse por ter de abandonar aquele lugar.

E, assim, entre martelos, cordas e caixas de papelão, iam subindo ao caminhão as histórias de uma vida inteira, destinadas a serem despejadas em um lote vazio, entre quadras e conjuntos sem nome, num horizonte de poeira e estacas. Cada objeto parecia perguntar se ali haveria outro dia, outra vizinhança, outro abrigo capaz de lhes devolver o nome de casa.

Mas e as plantas? O que levar? E como transplantar? E o que levar do antigo quintal e barraco para o lote no meio do Cerrado vermelho? Sem água encanada? Cerca precária, tábuas e telhas para um também precário barraco. Mas sem a segurança e a tranquilidade da vizinhança da então Vila Paranoá. Os gatos — alguns deles — ficaram perambulando pela antiga favela, perdidos dos respectivos donos. Ou mais renitentes do que os humanos, ficando por ali, para caçar lagartixas ou passarinhos, o que fosse possível para se alimentarem.

Mas e as plantas? O que levar? E como transplantar? O que ninguém desejava – nem pessoas, nem vegetais – era ser arrancado pela raiz, desradicado como um toco seco e lançado ao fogo. No entanto, foi exatamente isso que aconteceu. As árvores frutíferas – goiabeira, mangueira, cajueiro, limoeiro, mamoeiro, jabuticabeira, laranjeira – permaneceram ali, fincadas no quintal que já não lhes pertencia mais. Ficaram ali, testemunhas mudas do abandono, com as raízes mergulhadas num chão que não seguiria junto. Cada tronco parecia estremecer em silêncio, como quem se recusa a aceitar que a vida pode ser extirpada assim, de uma hora para outra, por decreto ou por trator. Foram deixadas para trás as sombras generosas, os frutos que amadureciam devagar, as flores que ninguém mais colheria, como se aquele pedaço de terra, mesmo vazio de gente, insistisse em conservar um pouco da memória que a remoção tentou apagar.

Os quintais mais humildes guardavam o gosto de alimento seguro e de sustento paciente, que não se deixa remover com facilidade: mandioquinha, batata-doce, inhame, cará, macaxeira, cenoura, beterraba. Seria possível replantá-los? Sem essas raízes, como fincar novamente as estacas do lar? Como, se não se podia levar para o novo lote?

E quanto às hortaliças folhosas – alface, couve, rúcula, coentro, cebolinha, salsa, bertalha? Estas lembravam as manhãs de colheita e a vizinhança solidária que trocava ramos frescos. Mas como carregar mudas para o lote novo? Como semear uma esperança humilde naquela fragilidade de folhas? Que sabor teriam os alimentos nos primeiros meses daquela mudança?

E o que dizer das plantas medicinais – capim-limão, hortelã, erva-cidreira, boldo, alecrim, alfavaca e quebra-pedra? Na Vila Paranoá e em qualquer novo possível lugar, serviam não só para aliviar os males do corpo, mas também para conservar a alma inteira, preservada da angústia que insistia em brotar, como erva daninha. Transplantar esses pés de planta seria exercer um direito inalienável de cuidado e resistência. Mas a saúde ficou à mercê de tratores e outras plantas mais fortes, até serem encobertas.

Nos cantos do quintal, as plantas de proteção e uso religioso – espada-de-São-Jorge, arruda, comigo-ninguém-pode, guiné, manjerição, alecrim e pimenteira – erguiam seu vigor contra o mau-olhado. Levar algum desses vasos era uma forma de afirmar que ninguém consegue suprimir completamente o que está entranhado no espírito, pois o que se planta com fé não se extingue com decreto. Um e outro, de fato, foi colocado no caminho da Terracap, sob protestos dos fiscais e olhar repreensivo dos soldados PMs.

Quem nos traz uma história de escolha trágica é Dona Mariana, mãe de quinze crianças do seu próprio ventre e mais da neta que adotou e criou como filha. Com um quintal cheio de rosas, que rosas levar na mudança? Parte dessa história é narrada por Dona Mariana.

Eu sempre gostei de plantar. Desde os tempos do Paranoá Velho, fazia meus canteiros com capricho. Plantava rosa, coentro, couve, milho, mandioca... Tudo que podia nascer da terra, eu dava um jeito de fazer brotar. Ao redor da casa, era flor por todo lado – rosa branca, rosa amarela, rosa vermelha. Mas um dia a gente teve que sair. Mudaram a gente pro Paranoá Novo. E, de tudo que eu plantei na vida, só pude levar um pé de rosa branca. Só um. Foi um aperto no coração. Quando olho para qualquer rosa até hoje, me dá um nó na garganta. Era tanto carinho naquele jardim, e de repente... tive que deixar para trás. Chorei muito. Mas levei o que era mais precioso: aquela rosa branca que servia também de remédio. Chá bom pro coração. Aquela era bonita demais, toda em cachos (completa com gestos, desenhando no ar as formas). Na nova casa, o espaço era pequeno, e a família grande. Quinze filhos e ainda criei uma neta. Dezesseis ao todo. Tive que construir o barraco com todo mundo em mente, um quartinho aqui, outro ali, dois por quarto. Quando vi, o lote tava todo tomado. Mas achei um cantinho e plantei minha rosa branca. Com todo cuidado. A vizinha até reclamou uma vez, dizendo que as folhas caíam no quintal dela. Mas eu cuidava com tanto amor... regava com a água que usava para lavar o arroz, o feijão. Nada se perdia. Nem a água. Até hoje faço isso. E aquela rosa foi crescendo, crescendo, chegou até o alto. Mais tarde, minha família ocupou uma chácara nos arredores do Paranoá e levei a muda comigo. O pé original não resistiu, acabou morrendo. Mas ainda tem uma muda dela viva em casa. Uma pontinha de raiz da minha história continua ali, florescendo devagar. Essa rosa, além de remédio, era lembrança. Lembrança do lugar de onde eu vim. É isso.



Pedras, janelas, quintais

—
Parte superior da Rua
São Jorge/Rua da Feira.
Foto de rede social, sem
identificação de autoria.

Fazer uma roda de conversa em uma área da antiga Vila Paranoá foi uma das maneiras que encontramos de vincular as participantes do trabalho com o cenário e verificar como as lembranças compartilhadas contribuem para o trabalho de memória em curso neste “Memória e afeto da Vila Paranoá”.

Sentada à sombra fresca das mangueiras, em frente à Igreja São Geraldo, Gilda começava sua fala com o olhar distante, como se enxergasse tudo de novo. “Eu tinha cinco filhos. Dois foram batizados aqui na igreja e três lá no Gama”, diz, ao mesmo tempo em que ajusta a cadeira sobre os torrões e gramas meio incertos. Lembra o tempo em que buscava água no chafariz do acampamento, empurrando o carrinho que carregava seis latas. “Às vezes, vinha de madrugada”, conta, num tom que mistura cansaço e orgulho. Quando o caminhão-pipa não havia abastecido o chafariz, ela descia até o Lago Paranoá ou ia à mina. Subia as ladeiras com a lata na cabeça ou a bacia de roupa nos braços. “Lavava lá embaixo, no lago. Era lotado de mulher. Tinha que vir cedo para pegar pedra boa de esfregar.” Apesar do sofrimento, havia um sossego: “Não tinha ladrão, ninguém mexia com a gente.” Enquanto conta, ri baixinho ao lembrar que jogava “os cocô dos meninos” na água; e logo aquilo sumia. Entre batismos, nascimentos e jornadas sem descanso, a água era companheira dura que unia, exaustava e ensinava força às mulheres.

A presença dessas pessoas no antigo acampamento foi mais uma das oportunidades para se falar de um tema recorrente nas rodas de conversa: a solidariedade entre as pessoas. “Os barracos eram bem pertinho uns dos outros.” “Um sempre olhava o barraco do outro. Se fosse um caso de deixar uma criança, tinha sempre uma pessoa certa que podia confiar, ir no médico, ia trabalhar.”

Os barracos surgiam com um, dois, três ou quatro cômodos. Tecidos pendiam como cortinas improvisadas, abrindo e fechando espaços; tábuas erguiam divisórias frágeis, com cores e marcas herdadas da madeira ou da placa de compensado. Esses arranjos davam forma à identidade singular de cada moradia, enquanto o conjunto inteiro se reconhecia nesse traço comum. Nas paredes, pregavam-se imagens de

artistas, fotografias de família, folhinhas de datas, pôsteres. Cada figura ocupava o espaço e compunha, com as demais, a tessitura mosaica das estruturas.

As imagens de cartazes, placas publicitárias e calendários, além de compor e marcar a identidade do espaço, cumpriam outra função: cobrir as frestas abertas nas junções das divisórias, feitas de materiais diversos. Zilma Cassemiro contou isso em uma roda de conversa, enquanto antigas moradoras exibiam registros guardados com cuidado. Fotografias coloridas traziam cenas de festa e encontro; outras, pintadas a partir de retratos 3x4, transformavam a imagem mínima em documento expandido, ficção encomendada para fixar momentos únicos. Entre elas, o retrato que dona Doralice mostrou: ela e o esposo, lado a lado.

Além de bloquear o olhar externo, os objetos pregados nas paredes funcionavam como barreira contra a entrada de insetos. Apesar do custo alto da fotografia e da revelação, muitos registros circularam naquele encontro. Imagens abriram passagens para aniversários, festejos, celebrações que marcaram histórias de família. Ali, o tempo se fez visível: memória fixada, relações tecidas no abrigo das casas.

As fotografias iam além do núcleo familiar. Mostravam a presença da vizinhança, de amigos, de gente que expandia os limites da casa. Revelavam vínculos formados ao longo dos anos, como nas imagens de Dona Maria Lúcia e Dona Mariana: seus familiares permanecem nos retratos, luz impressa nos olhos, ainda perceptível depois de quase quarenta anos.

Para marcar os limites de cada espaço no conjunto da ocupação, cercas foram erguidas em torno das casas. Em alguns pontos, a vegetação reforçava essa marca — ora como ornamento, ora como recurso para alimentação e cura. Ervas e folhagens tornavam-se fontes de cuidado no cotidiano da comunidade. No cenário das moradias, cachorros circulavam com função precisa: anunciar, pelo latido, a presença de estranhos e acionar a atenção dos moradores — sinal de alerta, garantia possível de segurança.

Os quintais, por sua vez, eram partes vivas da casa — galinha, cachorro, pé de manga, abacateiro, cada cantinho ocupado com alguma coisa. E, no meio disso tudo, tinha o desafio de lidar com o barro, com a poeira e até com as cobras que apareciam quando menos se esperava. Mas, apesar das durezas, o que mais aparece nos relatos é o jeito como a vida se tecia junto, no improviso e na confiança mútua, onde ninguém estava realmente sozinho.

Além de servirem como fonte de alimento, as árvores ofereciam sombra nos dias quentes e se tornavam pontos de encontro e brincadeira para as crianças. “Na minha porta, tinha dois pés de abacate”, gravou uma moradora. E não eram apenas as frutas que marcavam o cotidiano da comunidade. As hortas improvisadas nos quintais, as cercas de arame dividindo os terrenos e até os pequenos jardins feitos com o que se tinha à disposição davam cor e vida à paisagem.

Esses elementos naturais acabaram se tornando marcos afetivos, referências para a localização das casas e, para muitos, lembranças de um tempo em que a coletividade era ainda mais presente. “Se a gente for lá hoje, ainda tem. Tem pé de manga, tem pé de abacate.

No dizer de Maria da Guia, “O que a gente mais aprendeu naquela época foi a se ajudar. Ali ninguém ficava sem água. Faltava na casa de um, o outro vinha com uma lata, um balde. Era assim. Também não faltava comida, porque o que dava para dividir, a gente dividia.” Laelson conta: “Eu lembro direitinho, quando quebrei o braço. Minha mãe passou mal. Foi uma barra. Mas a vizinhança fez vaquinha, levou cesta, apareceu até doação que a gente nem sabe de onde veio. Chegou lá em casa, do nada. E a gente chorava de gratidão. Porque era difícil, viu? Não era só brigar por moradia, era também ter que trabalhar. Todo mundo aqui começou cedo, pegando pesado no asfalto, na construção. Ironia: a gente trabalhava pros mesmos que queriam tirar a gente daqui”, conclui.

As mudanças na paisagem também foram acompanhadas pelas transformações na vida cotidiana. Onde antes havia barracos e terrenos abertos, hoje há prédios, escolas e até hospital. No entanto, o sentimento de pertencimento dos antigos moradores permanece. Muitos ainda se apoiam nos caminhos por onde passaram e nas histórias que recontam, reforçando que a identidade de um lugar não se apagou por completo da lembrança.

A casa de Maria das Neves ficava ligada aos fundos da Igreja São Geraldo. Não havia muro, nem cerca; era tudo aberto, havia só uma cerquinha de arame farpado, daquelas que dizem “não entre”. “O barraco era grande. Na frente, dava uns sete metros, fácil. Nos fundos, mais ainda”. Era assim o espaço que ela lembrava, medido com o corpo, com os passos. Não havia medida exata, mas cabia tudo: a casa, o quintal, as frutas, os filhos.

As plantações tinham o jeito dos donos dos quintais, como se vê neste depoimento: “Lá no meu barraco tinha de tudo. Plantava o que podia. Lembro bem de um pé de Maxixe do Pará. Nunca mais vi um igual. Tinha também uma touceira de banana. E acho até que reconheci onde era minha casa outro dia, porque vi a touceira lá.

A imaginação tem lugar nas conversas: “Aquele pé de jaca ali era da dona Maria Lúcia”, alguém há de identificar, sem dúvida. E, de repente, uma árvore é mais que uma planta; vira uma referência geográfica e afetiva. As plantas faziam – e ainda fazem – parte da vida: frutos a serem colhidos; conversas a serem encompridadas de propósito; lembranças compartilhadas. Hoje, mesmo com tanta coisa mudada, quem viveu essa época ainda carrega na lembrança o mapa das árvores – cada uma com seu ex-dono, cada uma com sua história, cada uma com uma raiz fincada na memória da Vila.

Persiste em algumas das senhoras o gosto por haver morado na Vila Paranoá. Quando perguntaram se D. Maria das Neves queria voltar lá, no Parque Vivencial, para ver se o pé de manga ainda estava, ela não

hesitou; disse que sim, que tinha vontade, porque alguns ainda estivessem lá – talvez os mesmos que plantou – e outros, não. “Foram-se”, diz ela, com um gesto de quem não pode fazer nada para impedir, tal como não teve escolha ao ter seu barraco arrancado lá do antigo acampamento para o novo assentamento, o que até hoje chama de Paranoá Novo.

Os relatos aqui reafirmam a visão de uma Vila Paranoá como território de ação e pertencimento. Cada quintal plantado, cada pedra carregada, cada janela aberta marcava um compromisso com a vida em comum. As pessoas enfrentaram a falta de água, o trabalho pesado, o medo da remoção e, mesmo assim, criaram redes de apoio que sustentaram famílias inteiras. As árvores que permanecem de pé guardam sinais de coragem e de construção coletiva. Nessa paisagem, a memória não é só lembrança: é testemunho e ferramenta. Ao registrar essas vozes, este trabalho reconhece que a história de um lugar nasce do gesto diário de resistir, dividir e cuidar.

→
Maria Lúcia, antiga moradora da Vila Paranoá, no ambiente do Parque Vivencial do Paranoá, nas imediações da Igreja São Geraldo. Foto de Cícero Bezerra.



Um parque para chamar de nosso

Na época da mudança, o governo achou que ia vencer. Pensou: “Vamos levar esse povo para cima e acabar com a organização deles.” E foi o que tentaram. Chegavam nas casas da Vila Paranoá, diziam que o lote estava pronto e, antes de a pessoa entender, já tinham jogado seus móveis no caminhão. Derrubavam o barraco, largavam a mudança lá em cima, e a pessoa que se virasse.

Os moradores que vivenciaram o processo relatam que aqueles que residiam próximos eram deliberadamente separados, destinados a diferentes áreas, numa estratégia que visava romper os vínculos de vizinhança e dispersar as redes de solidariedade construídas ao longo dos anos. Essa prática tinha o claro propósito de dissolver os laços de pertencimento, desarticular a convivência cotidiana e enfraquecer os apoios mútuos — amizades forjadas na poeira, vizinhos que criavam juntos seus filhos, que partilhavam a água e tudo aquilo que se fizesse necessário para a sobrevivência coletiva.

E foi desse modo — espalhando as famílias e fragmentando os antigos arranjos comunitários — que acreditaram ser possível controlar o Paranoá. Pensaram: “Agora eles estão desorganizados, agora a gente toma conta.” Contudo, ignoraram que a resistência não se dissipa tão facilmente. Ali, naquele chão antigo da Vila, germinou uma ideia. Alguém — e não há consenso sobre quem teria sido — afirmou: “Se vão tirar a gente daqui, então esse lugar vira parque. Vira memória, vira história.” E a ideia se consolidou. A Vila Paranoá, onde, antes do pinheiral, a água brotava do solo com um simples cavucar, transformou-se no Parque do Paranoá. Mas não se tratou de uma concessão do poder público: foi um gesto dos moradores, uma forma deliberada de impedir que a terra fosse apagada e de manter vivo aquilo que tentaram arrancar.

Para os antigos moradores, o local onde hoje se encontra o parque concentrava tudo o que lhes era essencial: a nascente de água, o quintal compartilhado, o caminho por onde passavam as crianças, o espaço das celebrações e dos lutos. Ali se condensava a história de um povo que, espremido entre o Lago Sul e o Lago Norte, despertava incômodo. Afinal, aqueles moradores conheciam profundamente a vida uns dos outros e mantinham uma rede constante de ajuda mútua. Com a mudança forçada, Laelson não se esquece do que ocorreu:

Vieram com polícia, vieram com discurso bonito, com promessa de colégio e infraestrutura. Mas a gente queria mesmo era ficar onde já tinha feito raiz. E quando não deu, a gente fez dos antigos quintais um lugar de lembrança. Com mangueira, abacateiro, jatobazeiro. E onde queriam construir hotel e mansão para gente rica, a gente fez parque. Para lembrar que aqui teve gente, casa, riso e lágrima.

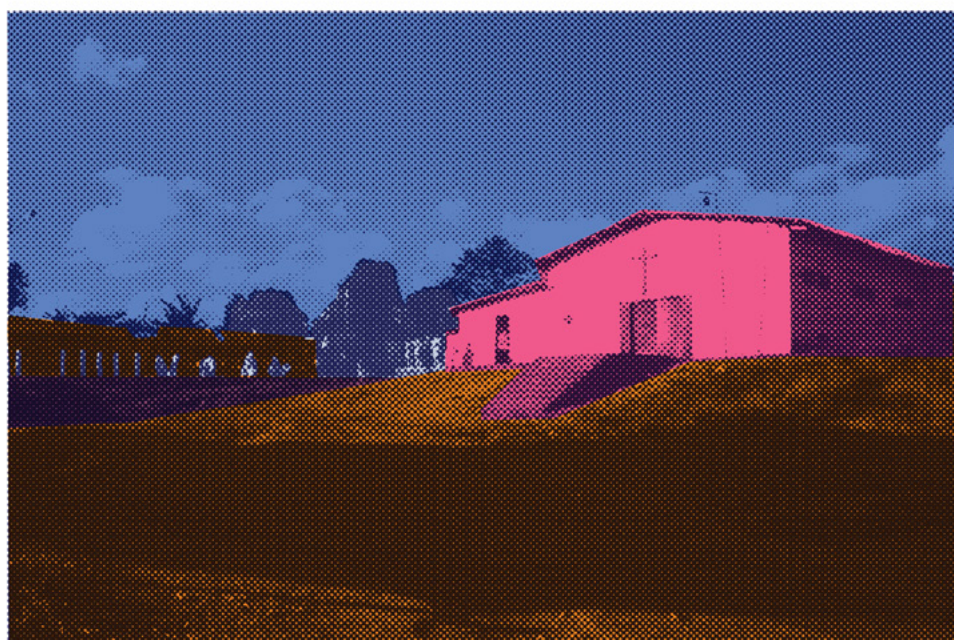
As vozes que hoje se lembram daqueles terríveis dias se emocionam ao relembrar, como neste depoimento de uma das participantes da roda de conversa, Delsione, uma das então líderes da luta pela fixação:

Quando o governo decidiu tirar o povo da Vila Paranoá, achou que ia resolver tudo no grito. Achou que a poeira dos barracos ia assentar fácil. Mas não sabia da teimosia de quem já tinha fincado pé ali. A gente era organizado, sim. Tinha vizinho que dividia água, muro, comida, segredo. A rede era forte. E ainda vinha gente de fora ajudar. Foi assim que nasceu o grupo “Daqui não saio, daqui ninguém me tira”. Quando saímos da Associação de Moradores [em março de 1987⁶], criamos esse grupo⁷. Era mais que um lema, era promessa. Mas essa força incomodava. Então, na mudança, eles inventaram uma armação. Chegavam com caminhão, jogavam a mudança da dona Maria num canto, a da dona Antônio em outro. Separavam todo mundo. Achavam que espalhando, acabavam com a união. Paranoá era lugar onde todo mundo se conhecia. Sábado era dia de passar de casa em casa, tomar café aqui, deixar recado ali. E, de repente, ficou cada um num canto. Queriam calar nossa voz. E teve mais. Além do espalha-esperança, vinham discursos bonitos. “Lá tem escola, tem rua asfaltada, tem colégio.” Mas a verdade é que ninguém [i. e., governo e lideranças dos bairros vizinhos] queria a gente entre o Lago Norte e o Lago Sul. Muito menos vizinho do Palácio da Alvorada. Era um incômodo: pobre demais, organizado demais, perto demais. A especulação já rondava fazia tempo. Queriam transformar tudo ali em hotel, prédio de luxo, vitrine para turismo. Só esqueceram de combinar com a gente. Foi aí que veio a ideia: se não puder mais morar, vamos fazer virar memória. Parque. Parque para lembrar o que existiu, para contar pro futuro que ali teve gente, teve luta. Mas nem todo mundo saiu de uma vez. Houve famílias que resistiram na Justiça. Ficaram isoladas. Sem água, sem luz. Só mato e lembrança. E os gatos. Os gatos não aceitaram mudança. Ficaram. Rodeando o que sobrou, subindo nos restos de telhado. Tinha casa que só restou gato e silêncio. E a Vanda, mulher do Laelson, por exemplo. E o

Laelson, claro. E mais um ou dois teimosos. O fim veio devagar. O último saiu com o coração pesado. Mas conquistamos a Quadra 2, no território da antiga Vila Paranoá. E o Parque Vivencial nasceu ali, daquela luta. Não como homenagem. Mas como último grito. Se foi presente de governo? Neca! Foi artimanha nossa. Um modo de dizer: aqui teve vida, e ainda tem. Quem anda ali, entre as árvores, pisa onde já foi quintal, cozinha, roda de forró. Pisa sobre chão de memória.

¹⁶ A diretoria da Associação de Moradores da qual Delsione foi presidente exerceu o mandato entre março de 1985 e março de 1987.

¹⁷ O Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá foi criado formalmente em 2 de agosto de 1987. Em momento posterior, agregou Itapoã, quando da instalação dessa nova cidade.



Um passeio sentimental nos arredores da Igreja São Geraldo

—
Igreja São Geraldo, em meados dos anos 1980.
Foto de Cláudio Acioly Jr.

Em 10 de abril de 2025, além da roda de conversa sob as mangueiras e ficus no Acampamento da Vila Paranoá, em frente à Igreja São Geraldo, houve o momento para recriar – pela indicação, descrição e memória – o que havia ali naquele espaço. Zilma Cassemiro foi essa guia. Ali, bem ao lado, ainda em pé, a caixa d’água sobre um poço artesiano com a inscrição do Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (CE-DEP). Essa instituição – que hoje tem sua sede na quadra 9 do assentamento atual – teve ali sua primeira sede.

Essa oportunidade, proporcionada por Zilma e pelas demais pessoas que participaram das rodas de conversa, conecta-se diretamente com um dos objetivos centrais deste livro. O projeto “Memória e afeto da Vila Paranoá”, contemplado pelo Iphan, por meio do Edital de Chamamento Público nº 6/2023, foi apresentado pela Associação Cultural Jornada Literária DF e alcançou a segunda colocação entre dezenas de propostas, incluindo projetos relevantes de universidades e centros de pesquisa especializados. Entre as finalidades previstas no edital, destacava-se o incentivo a iniciativas de educação patrimonial, definidas como processos educativos – formais e informais – que se constroem coletivamente e de modo dialogado, tomando o patrimônio cultural como recurso essencial para compreender as referências culturais e a história social, de maneira a favorecer seu reconhecimento, valorização e preservação. Além disso, o edital tinha como propósito apoiar o desenvolvimento de inventários participativos e pedagógicos, entendidos como instrumentos abertos de pesquisa, sensibilização, mobilização e formação, criados para gerar conhecimento sobre aspectos da vida social aos quais se atribuem sentidos e valores, constituindo marcos identitários para um grupo. Esses inventários podem incluir tanto estudos especializados quanto registros de diferentes bens culturais relacionados a variados contextos socioculturais e, sobretudo, às múltiplas matrizes que compõem a sociedade brasileira. Nesse contexto, o trabalho do Memória e afeto da Vila Paranoá se propõe a incentivar a elaboração de mapas afetivos.

Mas, afinal, o que são mapas afetivos? Nos últimos anos, tem crescido o interesse por maneiras de mapear que não se limitem ape-

nas a números e dados frios, mas que consigam dar forma ao que fica guardado no afeto e nas lembranças coletivas. O conceito de mapas afetivos, como explicam Kaian Nóbrega e Maryssael Ciasca (Memória, identidade e território: mapas afetivos como indicadores de hábitos culturais, publicado na Revista do Centro de Pesquisa e Formação), abre um caminho importante para mostrar não só onde as pessoas viveram, mas também como deram sentido a esses lugares.

Na Vila Paranoá, ouvir quem tem 65 anos ou mais e registrar suas memórias cria uma oportunidade rica de aprendizado e valorização. É uma forma de desenhar mapas que contam as histórias vividas e fortalecem laços de identidade, trazendo à tona conhecimentos que, muitas vezes, ficam de fora dos registros oficiais.

Em um território cuja história foi marcada pela escassez de recursos e pela força comunitária, essas narrativas se tornam chaves interpretativas que atravessam o tempo. Ao construir repositórios de memória sobre a extinta Vila Paranoá, as pessoas idosas não apenas preservam recordações individuais, mas alimentam uma consciência coletiva sobre os modos de morar, criar filhos e enfrentar adversidades. A lembrança do que havia – a rua, a árvore, o poço, a casa improvisada – é também afirmação de pertencimento e resistência. Assim, o mapa afetivo se torna, por excelência, uma ferramenta de democratização cultural, pois legitima experiências que, por muito tempo, foram silenciadas ou minimizadas.

Para as gerações contemporâneas e futuras, esse trabalho guarda um valor pedagógico e ético. Ao acessar relatos que situam a vida cotidiana em uma geografia emocional, crianças, jovens e adultos podem compreender que o território não se mede apenas por coordenadas cartográficas, mas por marcas afetivas que estruturam identidades. Essa memória compartilhada permite que a Vila Paranoá continue existindo, mesmo depois de removida fisicamente, como um repertório vivo de pertencimento e solidariedade. O mapa afetivo, assim, ultrapassa a nostalgia: ele se torna uma plataforma de aprendizado e diálogo entre tempos e gerações.

Sigamos, pois, o mapa afetivo de Zilma Cassemiro, nascida na mesma localidade em que nos guia, na ocasião.

Zilma caminha devagar pelas bordas da Igreja São Geraldo, guiando com gestos e palavras o grupo atento. A cada passo, um lugar é ativado pela memória e se revela como era: “Ali, ao lado da igreja, funcionava o antigo centro social ligado ao então padre responsável pelo atendimento da comunidade, José Galea.” A referência a esse religioso é frequente pelas participantes das rodas de conversa. Mas quem foi e o que fez esse sacerdote da Igreja Católica?

Originário de Malta, Padre José Galea chegou ao Brasil em 1972, tendo sido ordenado padre na Paraíba, em 1974. Nesse mesmo ano, 1974, foi convidado a criar uma paróquia, no Lago Sul, bairro de alto poder aquisitivo em Brasília, DF. Essa paróquia incluía, por proximidade geográfica, a Favela do Paranoá, como também era chamado o assentamento humano. No Paranoá, fundou uma creche e uma escola comunitária, origem do Centro João Paulo II, o qual originou outras

experiências comunitárias. Ficou conhecido por ensinar as crianças e buscar apoio externo para manter os projetos. Seu trabalho marcou a história local pela dedicação à educação e à inclusão.

Zilma continua apontando os antigos lugares e identifica onde eram as instalações onde o médico, Dr. Nardelli, voluntariamente, atendia as grávidas – as “buchudas”, como Zilma brinca – com apoio de Dona Dezinha, moradora local, que anotava os nomes e cuidava da organização do espaço. Tratava-se de um barracão com três salas; estrutura simples, mas essencial na vida comunitária.

Ao lado, uma extensão da igreja funcionava como se fosse um “puxadinho”, construído quando a ocupação começou a crescer. Lá eram realizados os cursos, catequeses e reuniões do grupo de jovens da Turma Unida Comunicando Amor (TUCA), vinculado à Igreja Católica. Mais à frente, à esquerda, ficava o antigo chafariz. Uma rua passava bem ali, margeando casas de vizinhos que Zilma tenta rememorar: Dona Ritinha, Maria Nogueira, Cecília...

O passeio segue até onde restam apenas vestígios do que foi a Federação de Bandeirantes. Hoje, um piso de concreto – que parece maior do que era, então, a estrutura da construção com paredes e telhado – marca o local onde se erguia um galpão pequeno, mas que se tornava gigante pelo que representava para quem usava os serviços ali prestados. Era um barraco com varanda de fora a fora, onde Dona Elza Nardelli recebia idosas, ensinava bordado e crochê. A estrutura metálica que sustentava o espaço foi levada para outra área, mas ainda se veem marcas do corte do ferro, os pilares que sustentavam o varandão.

Ali perto era a casa da caseira, isto é, a zeladora do ambiente da Federação Bandeirantes. Mais adiante, os antigos banheiros e a pequena biblioteca. Do lado oposto, uma rua antiga levava à padaria do Seu Nino. Pelos caminhos, Zilma aponta espaços, lembra moradores, relembra percursos feitos entre casa, igreja e trabalho.

Ela recorda também da própria infância e da transposição das pessoas da Vila Paranoá, em 1989, para a área contígua. Como participante dos movimentos comunitários, esteve nas reuniões na sede do Cedep, na época, uma força organizativa da comunidade, que se destacou na luta pela fixação. O primeiro envolvimento de Zilma nas Bandeirantes foi como professora; depois, passou a integrar a coordenação. O espaço era de efervescência política e social: as missas, o padre José, as reuniões em casa com Juarez, Bené (Benedito Prézia), Laelson. Zilma narra com humor o quanto se perdia nas ruas tentando voltar para casa depois das celebrações, como se o território se reconfigurasse entre os passos e a escuridão da noite.

Um ponto crucial na memória coletiva é a caixa d'água e o poço artesiano, instalados com recursos enviados por uma entidade de caridade alemã. Zilma rememora a carta assinada pelo padre José Galea, levada até a Alemanha. A doação permitiu um dos primeiros sistemas de abastecimento de água da comunidade. “Água era tudo”, diz ela, e tudo girava em torno de garantir esse bem vital. Estão ali, ainda, essas instalações.

A caminhada segue para onde ficavam os barracões dos engenheiros. Zilma descreve as construções de madeira sobre esteios, em estilo semelhante ao de palafitas – erguidas assim não por haver água por baixo, mas por causa do mato e dos “bichos”. A região era marcada pelos barracões originários da obra de construção da barragem, unidos lado a lado, com áreas coletivas e varandas. Essa estrutura dos barracões lembrava os prédios da Vila Planalto, ainda erguidos e passíveis de visitação, até hoje. A ocupação desses espaços pelas famílias foi ocorrendo com o fim da obra, com redivisões entre eles, para as unidades de cada casa. Nos sucessivos momentos de ocupação posterior, novos barracos foram construídos ao lado desses pioneiros.

Com o tempo, alguns moradores deixaram o local, indo para Ceilândia, Guará e outras regiões. Vieram novos moradores, e o lugar continuou pulsando como coletivo.

Zilma rememora a ocupação crescente – as cercas, ausentes no início, logo começaram a ser erguidas – e de como o arame farpado passou a demarcar territórios quando a ocupação de 1979 atraiu mais famílias; e estas ali se instalaram, no espaço que estivesse disponível. Zilma destaca a diferença entre quem chegara primeiro e quem vinha mais recentemente, do Gama e de outras cidades-satélites. A escassez de moradia provocando desuniões entre os necessitados de um chão, parede e telha para morarem.

Mais à frente, o grupo chega à quadra de esportes. O piso de cimento grosso ainda resiste. Era ali que se realizavam festas juninas, campeonatos, ensaios de quadrilha, jogos de futebol e queimada. Outra antiga moradora, Maria da Guia, identificou esse mesmo lugar como sendo o Centro Esportivo do Paranoá (CEP), cujo funcionamento, em sua memória, lembrava o de um clube social. Era um espaço aberto, da comunidade, sem dono, mas de todos. As crianças brincavam ali, os jovens marcavam encontros, as famílias faziam piqueniques.

Zilma lembra da diferença entre aquele tempo e agora, ao ver as árvores grandes: cada uma representa onde antes havia um barraco, uma casa, uma família. “Era barraco em cima de barraco.” O único quintal com muitas árvores era o do Seu Paraíba; “ele morava numa floresta”.

Hoje, ao caminhar entre sombras e raízes, Zilma vê nas árvores as marcas das presenças. Cada galho alto é lembrança de uma vida simples, dura, mas cheia de pertencimento. A Vila Paranoá antiga ainda respira ali, mesmo que invisível aos olhos distraídos. E Zilma, com seus gestos, palavras e passos, faz questão de lembrá-la.

Neste Memória e Resistência da Vila Paranoá, reafirma-se a perspectiva proposta por Ecléa Bosi ao valorizar a memória dos mais velhos como um processo vivo e coletivo, que ultrapassa a simples recordação individual. Ao reunir histórias de mulheres e homens que fizeram do território um espaço de luta e criação, as narrativas sobre a caixa d’água, as celebrações, as cozinhas coletivas e os barracões evidenciam como a dimensão afetiva da experiência territorial está profundamente entranhada na memória. Conforme apontado por Bosi, essas memórias, quando compartilhadas em rodas de conversa ou reatualizadas em

passeios sentimentais – como o realizado nos arredores da Igreja São Geraldo –, transcendem o âmbito privado e se transformam em bens comuns, capazes de produzir novos sentidos sobre o passado e inspirar práticas solidárias no presente. Com essas ideias em mente, vê-se que os mapas afetivos não são apenas um registro de onde cada coisa estava. Eles se configuram como síntese visual e sensível de trajetórias de vida, materializando a continuidade entre a experiência coletiva e o sentimento de identidade. Junto com o livro, esses mapeamentos contribuem para recompor o que Michael Pollak chamou de “lugares da memória”¹⁸: pontos de referência que sustentam a coesão e a dignidade de um grupo social, mesmo diante da dispersão territorial. Cada depoimento, cada traço no mapa, reforça a legitimidade de uma história que não pode ser contada apenas por documentos oficiais.

Convidar os leitores a percorrer, a recriar – pelos próprios passos ou pela memória de outros – mapas afetivos é, portanto, um chamado ao reconhecimento de que a memória é matéria de luta e de invenção. O projeto de escutar quem viveu a antiga Vila Paranoá e organizar seus relatos em livro, portal de internet e mapa afetivo, com recursos de acessibilidade, é uma maneira de contrapor o esquecimento, celebrando uma cultura viva que insiste em permanecer. Assim, este trabalho não se limita a reconstituir o que já foi: ele propõe que cada geração encontre, nos testemunhos que herdamos, o impulso para criar futuros mais justos, em que a história de cada lugar seja contada por quem realmente a viveu.

¹⁸ Michael Pollak, sociólogo francês influenciado por Pierre Bourdieu e Maurice Halbwachs, elaborou importantes reflexões sobre os lugares da memória no campo da memória coletiva, com ênfase nas memórias marginalizadas e subterrâneas. Em obras como **Memória, Esquecimento, Silêncio** (1989) e **Memória e Identidade Social** (publicado pela Unesp), Pollak destaca que esses lugares podem ser tanto físicos quanto simbólicos, funcionando como espaços de resistência e de afirmação identitária. Suas análises dialogam com o conceito desenvolvido por Pierre Nora em *Les lieux de mémoire* (1984–1992).

Cedep: cultura, luta e memória

O ano era 1987. A poeira vermelha do Paranoá subia fácil no vento e, no meio dela, continuava o crescimento de um sonho coletivo. A Vila, tantas vezes ameaçada de desaparecer do mapa, seguia de pé graças à coragem de seus moradores. Naqueles dias, as reuniões dos que defendiam a fixação fervilhavam, fossem as promovidas pela Associação de Moradores do Paranoá, fossem as de outros grupos políticos. Ali, entre a luta por água, luz, escolas e pelo direito à permanência, nascia também um desejo que ia além da sobrevivência imediata: o propósito de firmar uma cidade com identidade, com características que preservassem a história de luta de seus moradores.

Foi dessa militância, especialmente da gestão que esteve à frente da Associação de Moradores do Paranoá, entre 1985 a 1987, que um grupo decidiu dar um passo avante. Já não bastava resistir, era preciso criar. Foi assim que, em 1987, surgiu o Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (Cedep). Um nome amplo, ambicioso, mas que, desde o início, traduzia sua vocação: ser espaço de cultura, de educação e de direitos. Anos depois, com a criação da Administração Regional de Itapoã, o Cedep, mantendo a mesma sigla, incorporou aquele novo assentamento no seu conjunto de lutas.

Os fundadores sabiam o que estava em jogo. Tinham visto vizinhos chorarem ao som das máquinas que ameaçavam remover a Vila. Tinham aprendido, no calor da luta, que a memória só se preserva se é vivida e transmitida. Tinham experimentado o poder da organização popular e queriam transformá-lo em obra permanente.

O Cedep nasceu, assim, como herdeiro direto das assembleias populares, mas com uma missão mais ampla: ser guardião das histórias, catalisador de projetos e, sobretudo, espaço de esperança. Enquanto a cidade se mudava do antigo assentamento para o novo Paranoá, o centro acompanhava cada passo, sem perder de vista sua gente. Não se limitava a reagir às carências — embora houvesse tantas: escolas insuficientes, transporte precário, ausência de equipamentos culturais. O Cedep respondia com projetos de alfabetização, com oficinas culturais, com rodas de conversa que misturavam reivindicação e festa.

As crianças encontraram ali oportunidades de brincar e aprender. Os jovens, um lugar de pertencimento. Os adultos, muitas vezes privados de escola na infância, puderam se alfabetizar e participar das discussões políticas de igual para igual. O Cedep foi, desde cedo, uma porta aberta para quem buscava dignidade.

Com o passar dos anos, tornou-se também referência em direitos humanos. Não era incomum que moradores recorressem ao centro diante de situações de violência, discriminação ou injustiça. O espaço se consolidou como um ponto de apoio, um lugar onde se podia bater à porta e encontrar solidariedade.

Essa trajetória fez do Cedep mais que uma instituição. Fez dele uma espécie de memória viva do Paranoá. Cada atividade, cada encontro, cada campanha se somava às lembranças da luta inicial pela fixação da Vila. E, pouco a pouco, a cidade se reconhecia também na voz coletiva que ali ecoava.

Décadas depois, esse papel se ampliou com a chegada do Centro de Memória Viva (CMV). Hoje, o Cedep abriga no Paranoá um dos núcleos de um programa de extensão universitária que conecta diferentes instituições, entre elas a Universidade de Brasília, em torno de uma missão comum: preservar a memória da Educação Popular, da Educação de Jovens e Adultos e dos movimentos sociais no Distrito Federal.

No cotidiano do centro, agora convivem caixas de documentos, gravações de histórias orais, cartazes de antigas mobilizações e fotografias que registram rostos e sorrisos de outrora. Esses materiais não são tratados como peças de museu, mas como parte de um acervo vivo, capaz de inspirar novas gerações. A memória não repousa em silêncio: é ativada em oficinas, em rodas de conversa, em pesquisas que cruzam o saber acadêmico com o saber comunitário.

O diálogo com a universidade sempre traz novos ares, mas também reafirma antigas convicções. A metodologia freireana, que inspira o projeto “Pegadas de Paulo Freire”, se ajusta como uma luva à história do Cedep. Afinal, desde o início, ali se acreditou que a palavra pode emancipar, que a escuta é forma de respeito e que a educação é caminho para a transformação social.

Na prática, isso significa encontros em que estudantes e pesquisadores não apenas coletam informações, mas também aprendem com a comunidade. Significa reconhecer que cada morador guarda em si uma biblioteca de experiências. Significa entender que os arquivos de papel só fazem sentido quando dialogam com os arquivos da memória afetiva.

Ao lado de outras organizações populares, como o Cepafre em Ceilândia, o Cedep se mantém como elo dessa rede que costura história e futuro. Mas no Paranoá sua presença tem um sabor especial: é como se, a cada documento catalogado, se reforçasse o direito conquistado lá atrás, quando tantos duvidavam da permanência da Vila.

No presente, o Cedep continua sendo ponto de referência. Quem passa pela sede sente o peso das décadas de luta, mas também a leveza da cultura que floresce: festas, espetáculos, apresentações, oficinas de

arte. Crianças que um dia aprenderam a ler no Cedep hoje voltam como educadores, multiplicando o que receberam. Famílias que já participaram de assembleias continuam ligadas, mantendo viva a tradição da participação.

Mais do que um prédio, o Cedep é uma casa de histórias. Histórias que começam na luta pela terra, atravessam o reassentamento, passam pelas primeiras escolas, pela chegada da energia elétrica, pelas batalhas por transporte digno. Histórias de mães que alfabetizaram filhos e depois buscaram, elas mesmas, aprender a ler. Histórias de jovens que descobriram no teatro ou na música uma forma de afirmar identidade. Histórias de idosos que encontraram acolhimento e voz.

O Cedep é também guardião de um sentimento: o de que o Paranoá sempre foi feito de gente que acreditou na força coletiva. Gente que se organizou quando parecia impossível, que enfrentou ameaças de remoção, que transformou dificuldades em aprendizado.

E é por isso que, ao abrigar o Centro de Memória Viva, o Cedep reafirma uma vocação que já estava em sua origem: ser lugar onde memória e futuro se encontram. Ali, a lembrança não é saudade que paralisa, mas combustível para seguir adiante.

De 1987 até hoje, entre poeira vermelha, cantos, assembleias e esperanças, o Cedep tem sido companheiro inseparável da cidade. Um marco de que a luta valeu – e ainda vale – a pena. Porque memória e afeto, no Paranoá, não se separam. E o Cedep é a prova viva disso.

→
Manifestação por direitos. Em cima do caminhão, da direita para a esquerda, João Bosco Bezerra Bonfim, Benedito Prêzia e Maria Delsione, diretores da Associação de Moradores do Paranoá, e posteriormente, fundadores do Cedep. Foto de Cláudio Acioly Jr.





A luta contra a remoção da Vila Paranoá - uma história não contada

Claudio Acioly Jr¹⁹

Bonn, Alemanha, 18 de agosto de 2025.

Caro João Bosco,

←
Foto aérea da Vila Paranoá, na primeira metade da década de 1980. Foto do Arquivo Público do DF.

Não estava no meu imaginário, em 1983, que um trabalho desenvolvido como estudante de arquitetura e urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) na Vila Paranoá me levaria a percorrer uma trajetória internacional; uma jornada que culminou com um posto de liderança na Agência UN-Habitat, o Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas, Nairobi, Quênia, de onde coordenei programas e políticas de habitação e urbanização de favelas e assentamentos informais em vários países do mundo.

O projeto de urbanização da Vila Paranoá, formulado no âmbito acadêmico da Escola de Arquitetura, levou-me a ser convidado a trabalhar no Governo do Distrito Federal (GDF) no primeiro programa de urbanização de assentamentos informais da história da cidade, onde aprendi e desenvolvi capacidades e conhecimento prático que me credenciariam, anos depois, a trabalhar na África Subsaariana em um programa de urbanização de bairros informais na Guiné-Bissau.

O aprendizado e experimentação na Vila Paranoá e, posteriormente, nas favelas, invasões e acampamentos pioneiros do Distrito Federal (DF) me proporcionaram os fundamentos práticos e teóricos que me credenciaram para lidar com a problemática da urbanização informal e as demandas e processos sociais de moradores desses assentamentos em diferentes contextos políticos, econômicos e culturais.

O meu envolvimento com a Vila Paranoá e, particularmente, com o problema das invasões e favelas em Brasília, iniciou-se em 1979, quando recebemos na UnB a visita de lideranças populares e comunitárias residentes em invasões e acampamentos. Entre eles se encontravam representantes da Vila Paranoá. O objetivo era debater com os estudantes de arquitetura e urbanismo os problemas relativos à insegurança jurídica de seus assentamentos, às péssimas condições de habitação e à carência de abastecimento d'água e saneamento básico. E também o desejo de mobilizar a solidariedade do movimento estudantil com seus movimentos reivindicatórios por uma moradia digna.

À situação de exclusão social e precariedade habitacional em que se encontravam somava-se o risco iminente da remoção forçada e reassentamento em lugares distantes de seu local de trabalho, pois essa prática era o que caracterizava a política habitacional do GDF. Nesse período, eu acompanhava pelos jornais e revistas acadêmicas o que ocorria situações similares nas grandes capitais brasileiras. E até escrevi um trabalho sobre o tema para a disciplina sobre habitação oferecida pela primeira vez como parte do novo curriculum de Arquitetura, sob a coordenação de Arnaldo Barbosa Brandão.

Eram movimentos coletivos organizados que não só reivindicavam habitação digna, mas também organizavam ocupação de terras ociosas, criando assentamentos populares. E estes, claro, entravam em confronto direto com a ordem urbanística vigente e enfrentavam as forças de segurança pública. Era um período regido por um regime militar ditatorial onde havia muitos confrontos com a população excluída que demandava melhores condições de habitação; e que se juntava a um clamor por justiça social e liberdades democráticas.

Em duas ocasiões durante meus estudos na FAU-UnB me debrixei sobre os problemas da Vila Paranoá. Em um primeiro momento, juntamente com a Carla Andrade(†), decidimos fazer um estudo socioespacial e morfológico do assentamento, utilizando um arcabouço teórico e metodológico e as ferramentas da Análise Sintática que nos apresentou o professor Frederico de Holanda, então, recém-chegado de seus estudos de doutorado na Inglaterra sob a coordenação de Bill Hillier, coautor juntamente com Julienne Hanson do livro sob o título *The Social Logic of Space* (A Lógica Social do Espaço).

A análise sintática nos oferecia uma técnica de medição e abordagem teórica que nos permitia estudar as relações espaciais em ambientes construídos, analisando como a configuração do espaço e a morfologia urbana da Vila Paranoá influenciava movimentos, interações e dinâmicas sociais, para, assim, nos ajudar a melhor compreender padrões de acessibilidade, conectividade e hierarquia espacial no assentamento da Vila.

E com esse propósito, mergulhamos no universo da Vila Paranoá, entrevistando moradores, desenhando e fotografando os diferentes locais, pontos de encontro, comércios, ruas, pequenas praças e ruelas, procurando entender como viviam os habitantes da Vila Paranoá, onde se encontravam; e quais eram os principais problemas que enfrentavam.

Na ocasião, entramos em contato com a Associação de Moradores do Paranoá, com ativistas sociais, representantes da Igreja, e com residentes do antigo acampamento pioneiro construído para apoiar a construção da barragem do Paranoá; visitamos órgãos do governo, buscamos mapas e fotografias aéreas. Os dados demográficos eram contraditórios e indicavam uma população de quase 30 mil pessoas, o que tornava a Vila o maior assentamento informal do DF, naquele momento.

Visitávamos a Vila em diferentes horários dos dias da semana e em fins de semana. Construímos uma documentação gráfica e fotográfica da Vila Paranoá que nos proporcionava uma base para elaboração

de um projeto de urbanização de favelas. Em uma pequena área piloto, demonstrávamos como poderia ser o (re)ordenamento territorial através do desenho urbano.

Em um determinado momento, conheci um grupo de jovens motivados e decididos a mudar o destino da Vila Paranoá. Estavam dispostos a se organizarem e se apresentarem como chapa de candidatos para a eleição da Associação de Moradores do Paranoá. Esse grupo era liderado pela Maria Delsione Silva, Ricardo Pacheco, João Bosco Bezerra Bonfim, Maria de Lourdes Pereira e outros que, infelizmente, já não me recordo dos nomes. O grupo era de opinião que a Associação de Moradores do Paranoá se encontrava em estado de marasmo diante da conjuntura da política habitacional do Governo do DF; e passiva diante da atitude repressora da Patrulha de Vigilantes da Terracap, que demolia qualquer melhoria, reparo ou ampliação dos barracos onde viviam os moradores.

Somava-se a isso a posição contrária e hostil da CAESB contra as reivindicações dos moradores pela implantação de abastecimento d'água e saneamento básico que lhe dariam uma base para reivindicar a fixação da vila no local. A campanha política²⁰ animou o ambiente social da Vila e a população gradualmente despertou para as possibilidades de uma ação conjunta e coordenada. A chapa liderada por Delsione²¹ saiu-se vencedora, dando-se início a um processo de transformação da relação entre a comunidade e sua associação representativa, assim como entre a associação e os diferentes órgãos do GDF. Ela não tinha ideia e nem imaginava que dez anos depois seria nomeada a primeira Administradora da nova cidade satélite resultante da transposição da Vila Paranoá.

Ao envolver-me com o grupo dirigindo a Associação de Moradores sob a liderança de Delsione, acabei me tornando um tipo de assessor técnico da Associação. Era convocado a opinar e compartilhar meu conhecimento técnico com o grupo e explorar as possibilidades e argumentos a favor da fixação e urbanização da vila no local onde se encontrava.

Foram organizados vários movimentos e mobilizações da população com o objetivo maior de confrontar as forças da remoção forçada e total erradicação da Vila. Dentre eles, o movimento “Daqui eu Não Saio - Daqui Ninguém Me Tira”, o Movimento “Fixação Já”, o Movimento pela Água e Chafarizes, e o movimento de ocupação dos vazios urbanos pela população, este realizado por inquilinos. E que resultou num confronto violento entre as forças de segurança e os moradores da Vila do Paranoá.

Fui testemunha ocular daquele confronto que transformou a vila em um campo de batalha. Pedras eram lançadas de um lado onde estavam os moradores; e gás lacrimogênio em retorno, a partir do lado onde estavam as forças militares. Mulheres e crianças eram retiradas à força de seus barracos recém-construídos, os quais eram imediatamente demolidos gerando uma situação caótica e extremamente violenta. Quase tive minha máquina fotográfica confiscada pela Polícia Militar.

A cobertura feita pela imprensa escrita e televisiva colocou a Vila Paranoá nas manchetes de primeira página. Uma turma de alunos da escola da Vila Paranoá, estimulada por um de seus professores [Nelson Ramos Filho], passou a filmar e retratar o dia a dia de suas famílias e moradores da Vila. Os meninos e meninas provaram ter uma percepção de sua condição de exclusão e opressão. Prepararam uma peça de teatro que representava de forma vigorosa através de cenas e uma narrativa sobre seus problemas e carências básicas em seu local de moradia.

Os alunos se apresentavam com máscaras na forma de barracos coloridos representando a realidade de suas residências na Vila Paranoá. A peça continha uma mensagem forte e eficaz sobre a condição de discriminação e exclusão social a que se submetia a população da Vila, a ponto de ser proibida de se apresentar no festival de teatro da Escola Parque da 308.

Nesse contexto de resistência e luta contra a remoção e pela fixação da vila Paranoá, levada a cabo pela Associação de Moradores, meu projeto de graduação na FAU-UnB transformou-se numa arma de negociação e persuasão a partir de 1983, iniciando-se assim um segundo momento de meu engajamento com a Vila Paranoá.

O projeto, feito em parceria com Viviane Sobral, Luiz Fernando Goulart e Wagner Figueiredo, demonstrava inequivocamente a viabilidade da urbanização da Vila do Paranoá que garantiria a permanência dos moradores no local. Mostrávamos que havia várias soluções técnicas e urbanísticas para lidar com a ocupação informal do solo, o problema de abastecimento d'água, rede de saneamento e soluções *in situ*, proteção ambiental, reordenamento e relocação de ocupações em áreas de risco etc.

O projeto, embora acadêmico, deu mais ânimo ao movimento. E sua apresentação na antiga Igreja do Acampamento atraiu uma multidão que se acotovelava para acompanhar e entender a gênese do projeto. Foi nessa ocasião em que aprendi importantes lições que nortearam minha vida profissional. O conhecimento, sua representação gráfica, as ferramentas e apresentação de um profissional da arquitetura e urbanismo para uma população não instrumentalizada com esse arcabouço cognitivo, para ser eficiente em sua comunicação e compreensão, e, portanto, para ser capaz de empoderar essa população, deve ser descontruído de sua estrutura cognitiva, acadêmica e reformulada com elementos da sabedoria e pragmatismo popular.

Diversos dos moradores com quem conversei após esse evento na Igreja São Geraldo me confirmaram que as linhas, figuras geométricas, cores e ilustrações e detalhes técnicos do projeto que entusiasticamente eram apresentados não eram bem compreendidos por muitos dos presentes. Em outras palavras, pouco ou nada informavam sobre o que era o projeto e como realmente este poderia mudar a vida dos moradores da vila.

Posteriormente, foi organizada uma cartilha informativa e ilustrada por Bey Ayres, um arquiteto extremamente hábil com a linguagem de desenhista cartunista, que mostrava de maneira singular a história da Vila Paranoá e encorajava os moradores a se organizarem

→ Manifestação por direitos, em meados da década de 1980. Atrás da faixa, Zé do Caminhão, o que cedia a carroceria de seu instrumento de trabalho para peças, shows, manifestações. Duas posições atrás, com pasta preta na mão, Maria de Lourdes Pereira. Foto de Cláudio Acioly Jr.

→ Peça montada por estudantes do Paranoá, sob coordenação do Prof. Nelson Ramos Filho, com Luciana Holanda ao microfone. Foto de Cláudio Acioly Jr.





AN ATTEMPT TO CAPTURE THE DEEP NATURE

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



←
Um dos posters do
Projeto de Urbanização
da Vila Paranoá (Acioly,
Sobral, Figueiredo,
Goulart), 1983.

←
Proposta para o sistema
viário e equipamentos.

e debaterem o projeto de urbanização que lhes permitiria assentar-se no território onde já residiam. A cartilha foi impressa e distribuída pela Associação de Moradores do Paranoá. Fizemos uma série de slides da cartilha e passamos a realizar reuniões semanais nas noites dos sábados, organizadas por ruas e agrupando os moradores que nelas residiam.

Durante essas reuniões, apresentávamos a série de slides/diapositivos, usando a cartilha e suas ilustrações para estimular uma conversa entre vizinhos sobre a organização comunitária de base e fomentar a consciência política sobre seus direitos fundamentais e as formas de conquistar o direito a uma habitação digna, o acesso a água, saneamento, saúde e regularização fundiária de seu local de moradia.

Com a democratização e realização das primeiras eleições em Brasília, a Vila passava ser, então, a ser alvo dos partidos políticos e das diferentes igrejas e correntes religiosas. O núcleo de arquitetos do PT, liderado pelo arquiteto Paulo Veiga, prestava apoio de formação política e organização comunitária que nascia com a associação de moradores e a mobilização pelo projeto de fixação e urbanização da vila. Algumas agremiações [orientadas pelo GDF] passaram, então, a organizar reuniões durante os sábados, coincidentes com mesmo horário das reuniões de rua organizadas pela Associação de Moradores para debater o projeto de urbanização. O objetivo dessas outras correntes era o de esvaziar a mobilização política contra a remoção e em prol da fixação.

A visibilidade alcançada pelo projeto e o conhecimento sobre o tema da habitação popular e assentamentos informais revelado na UnB levou-me a ser contratado pela Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS) em fins de 1983 para fazer parte do Grupo Executivo para Assentamentos de Favelas e Invasões do Distrito Federal (GEPAFI). Vale mencionar que a SHIS foi extinguida em 1994 e substituída pelo Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (IDHAB).

O GEPAFI era um grupo constituído por arquitetos, engenheiros, economistas, sociólogos, antropólogos, assistentes sociais, advogados e desenhistas, coordenado por Arnaldo Barbosa Brandão, que tinha como missão estudar e propor soluções, políticas e estratégias para resolver os problemas das quase 90 invasões e acampamentos do Distrito Federal que foram mapeados, fotografados, estudados, enumerados e inventariados pelo GEPAFI. Arnaldo havia me orientado na disciplina de habitação na UnB, confiava em meu potencial, e delegava-me tarefas importantes como gerenciar o projeto de urbanização e reassentamento da Candangolândia e outros projetos, entre eles o projeto da Vila Paranoá.

Em 1986, premiado com uma bolsa de estudo do Governo da Holanda, passei 6 meses no *Institute for Housing and Urban Development Studies* (IHS), na cidade de Rotterdam, onde me aprofundei nas tecnologias adequadas e soluções de saneamento em contextos de urbanização de favelas, utilizando como estudo de caso a Vila do Paranoá. Os contatos com diversos profissionais de vários países e a enorme e rica

fonte bibliográfica oferecida pelo IHS fortaleceram minhas convicções e abriram-me um universo de soluções, estratégias e exemplos de boas práticas na área de urbanização de favelas e políticas de habitação popular.

Com o relatório em mãos, retornei à Vila Paranoá e apresentei aos colegas da Associação de Moradores. O projeto e mobilização por fixação ganhou mais força. Houve cobertura de imprensa sobre os avanços nas soluções de urbanização do projeto original. A Associação de Moradores mantinha aceso o debate e sua demanda por fixação e assentamento no local. Um programa de rádio organizou um debate ao vivo sobre o tema da urbanização da Vila. Os autores do projeto no estúdio da rádio no Plano Piloto e os moradores na Vila mantiveram um diálogo enriquecedor com muitas perguntas e respostas gerando cada vez mais interesse do público ouvinte.

Pela primeira vez, havia por um lado, uma proposta de projeto de urbanização e assentamento da Vila Paranoá por parte do GDF, elaborada pelo GEPAFI. Por outro lado, havia uma proposta de projeto, de âmbito acadêmico e elaborado por estudantes da UnB, com o qual a população da Vila e sua associação de moradores não só se identificavam como seguiam discutindo sobre a sua viabilidade e colocando-o na mesa de negociação com o GDF.

Porém, havia muita resistência por parte do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e da elite de planejamento urbano da Capital, os quais eram contrários à urbanização da Vila Planalto, dos acampamentos da Telebrasília, da Velhacap e Candangolândia e, obviamente, contrários à fixação da Vila Paranoá.

As propostas formuladas pelo GEPAFI eram sistematicamente torpedeadas e consideradas insanas. Eram várias as razões expressas. Uma delas era a de que esses assentamentos não se inseriam no plano urbano original do Plano Piloto; ou que aquelas eram áreas nobres que não estavam destinadas ao uso de habitação popular; ou que havia riscos de contaminação da bacia do Rio Paranoá com a possível deterioração da qualidade da água do Lago Paranoá; também alegavam que a urbanização e posterior adensamento desses assentamentos aumentariam a pressão sobre os serviços públicos e infraestrutura não previstos. No caso da Vila do Paranoá, argumentava-se que o terreno e sua característica geológica não comportavam uma solução de esgotamento sanitário. E que a ocupação estava sob um litígio fundiário que dificultava a solução de assentamento no local.

De qualquer forma, cada vez mais pressionado a dar uma resposta às demandas dos moradores da Vila Paranoá, o GDF relutava em tomar uma decisão sobre o futuro da vila. Não obstante, a Nova República abria novos canais de articulação entre a população e agentes políticos, criando outros níveis de pressão a seu favor. Em 1987, me licenciiei do serviço público do GDF e de minhas atividades como funcionário público da SHIS/GEPAFI para seguir um programa de pós-graduação no IHS, com sede em Rotterdam, Holanda, findando, assim meu en-

→
Cartilha da Associação de Moradores da Vila Paranoá apresentada aos moradores, para explicar como seria a fixação da Vila Paranoá, com manutenção da maior parte das casas em seus lugares e transposição de algumas, para vias e equipamentos públicos. Arquivo de Cláudio Acioly Jr.

→
Manifestação por direitos, em meados da década de 1980. Foto de Cláudio Acioly Jr.

3- O PARANOÁ VAI VIRAR CIDADE

O povo já estava cansado de sofrer e ouvir muitas promessas e ameaças do governo. Na época de eleição aparece os políticos prometendo muita coisa e depois que as eleições passam, vem o governo ameaçando levar a gente pra outro lugar.

Mas um grupo começou a se reunir e ver o que podia fazer. Foi então que soube de um projeto para urbanizar o Paranoá, isto é, fazer as melhorias aqui mesmo, sem precisar levar a gente pra outro canto.



volvimento com a Associação dos Moradores do Paranoá. Ao renunciar de sua demanda por fixação no próprio local em troca de um projeto de reassentamento proposto pelo GDF em uma gleba de terra vizinha ao local onde viviam, em 1989, a população foi removida de seu local original e reassentada onde hoje consolida-se uma nova cidade satélite do DF chamada Paranoá.

→
Arranjo final da proposta de assentamento da Vila Paranoá.

- ¹⁹ Claudio Acioly Jr é arquiteto e urbanista com mais de 40 anos de experiência em habitação social, urbanização de favelas e gestão urbana, atuando em mais de 45 países. Sua trajetória inclui colaborações com instituições como ONU-Habitat, Banco Mundial, PNUD e União Europeia, onde liderou políticas de desenvolvimento sustentável e regularização de assentamentos informais. Em 2024, recebeu o título de Honra ao Mérito da Universidade de Brasília por suas contribuições ao urbanismo inclusivo. Seus trabalhos – publicados em www.claudioacioly.com – refletem seu compromisso com cidades justas, combinando expertise técnica, participação comunitária e inovação em políticas públicas.
- ²⁰ As primeiras eleições para o Distrito Federal ocorreram em 1986, para cargos ao Congresso Nacional, sendo que a eleição de um parlamento local (Câmara Legislativa) e o direito de eleger o governador só viriam com a Constituição de 1988.
- ²¹ Esse mandato se estendeu de março de 1985 a março de 1987. E dessa direção participaram, também, Maria de Lourdes Pereira da Silva, João Bosco Bezerra Bonfim, Ricardo Pacheco, Juarez Martins e Laelson Leonardo.
- ²² Benedito Prêzia, em seu livro *Memória do Paranoá* nos informa que a peça **Alô, Alô, Paranoá** (1982/1983) foi um musical em que “(...) eram narradas histórias a partir de conversas que aconteciam em torno de um orelhão: gravidez na adolescência, alcoolismo, fixação do Paranoá no local, equipamentos públicos que atendessem às necessidades dos moradores. Esse musical ‘ganhou e encantou Brasília’, como afirmou Leila [de Jesus, participante], recentemente. Da peça ainda ela se lembra o refrão: Alô, Alô! Alô, Paranoá! / Não dá pra esperar, / queremos brevemente estruturar este lugar! / Venham, venham logo sem demora! / Há tempos que esperamos! / Está mais do que na hora / de decidir onde ficamos.” A respeito desse educador, nos informa, ainda, Benedito Prêzia: “A escola ganhou qualidade com a chegada, em 1979, do professor Nelson Ramos Filho, mais conhecido como Nelsinho, professor de Artes Plásticas. Vindo de Santos (SP), implantou uma nova pedagogia, incentivando o crescimento humano e o espírito de cidadania dos alunos. Não tive muito contato com ele, pois seu trabalho ficava restrito à escola.”

Paranoa



Proposta - Arranjo Final

Retratos

Entre as muitas formas de preservar a memória, os retratos ocupam um lugar de destaque. Estiveram presentes, desde sempre, na história das famílias que moraram na antiga Vila Paranoá, nascidas, em sua maioria, em áreas rurais do Brasil. Nas casas de chão batido ou de cimento vermelho, era comum haver um retrato emoldurado na parede da sala de visitas.

Retrato esse que, por vezes, não era fruto de uma sessão fotográfica, mas de um trabalho minucioso de pintores-retratistas, que, a partir de duas pequenas fotografias 3x4, produziam a imagem de um casal, lado a lado, com roupas imaginadas: vestidos com renda, paletós com gravata, penteados compostos. Ainda que nunca tivessem posado juntos, o quadro criava esse laço. E ali, fixado na parede, tornava-se imagem de pertencimento, símbolo de origem, sinal de reconhecimento.

Muitas das pessoas que participaram das rodas de conversa e entrevistas deste livro lembraram desses retratos com nitidez. Algumas ainda os conservam em casa. Outras compartilharam fotografias de família, cuidadosamente guardadas em álbuns antigos. Memórias visuais que não precisam de legenda, porque o gesto, o olhar, a roupa ou a moldura da foto já bastam para evocar todo um tempo.

Foi nesse espírito de continuidade que surgiram os retratos atuais, produzidos para este livro. As pessoas retratadas são aquelas que participaram dos encontros e conversas que deram origem ao projeto *Memória e Afeto da Vila Paranoá*. Foram convidadas, aceitaram o convite e consentiram com a publicação das imagens. Os retratos nasceram da escuta, não apenas da observação. Foram feitos em encontros tranquilos, em que o tempo das pessoas foi respeitado — e compartilhado. Para elas, esse momento de ser retratado também se tornou memória.

A fotografia, como forma de narrar, se integra aqui aos depoimentos orais e aos textos escritos. Os retratos foram produzidos pelo fotógrafo e diretor de fotografia **Cícero Bezerra**. As imagens feitas não têm função ilustrativa. Elas ampliam o que se ouviu e se escreveu. Como sugere **Nelson Brissac** no artigo *Ver o invisível*, o desafio das imagens contemporâneas é mostrar aquilo que nos escapa — ir além daquilo que já é sabido ou esperado. “É preciso resgatar nas imagens o tempo necessário para que as coisas se cristalizem; voltar-se para o indiscernível; dirigir-se ao que não se deixa ver.” Nesse sentido, os retratos presentes neste livro não são apenas registros de presença física. Neles, há também uma escuta do tempo.

Cada rosto traz a paisagem de uma vida. As linhas da pele, os olhos fixos, os cabelos grisalhos, os gestos contidos — tudo remete a uma história longa de deslocamento, trabalho, resistência e permanência. São pessoas que viveram na antiga vila, acompanharam a remoção forçada e ainda hoje habitam o novo assentamento (já não tão novo, desde 1989). Continuam ali, sustentando suas casas, famílias, pequenos comércios, suas igrejas, quintais e memórias. São retratos que resistem ao apagamento.



Adélia Sena dos Santos caminha pelas ruas e avenidas do "Paranoá Novo"; com a lembrança das lutas vividas na Vila Paranoá.



Ana Joana de Castro, veio do Maranhão para Brasília; de oração em peregrinação, sabe que, da lavoura, colhe; das amizades, se alimenta.



Anilda, moradora da ocupação do Ceub, escolheu a Vila Paranoá como ponto de convivência, amizade, feira, diversão, incluindo os forrós. Para o novo assentamento, mudou-se desde os primeiros dias.



Auristela dos Santos Silva (Áuria) sabe que da força de seus braços e agilidade dos passos há ritmos e sons a serem entoados, nos carrinhos de água que conduziu, nos pequis em que se abrigou, nas rosas que ainda cultiva.



Benedita Lopes da Silva – o Paranoá está em sua memória assim como o Recôncavo Baiano. Benedita sabe que, para mulheres das periferias, a luta é semelhante. Só muda o CPF.



Cleonice andou pelas ruas, carregou latas d'água e lavou roupa em bicas, riachos, Lago Paranoá. A força persiste, alimentada pela lembrança daqueles anos tão ásperos.



Cravolina Martins dos Santos, vinda do Piauí, por longos anos, na Churrascaria do Paranoá, serviu de autoridades a vizinhos de Vila, com altivez e firmeza.



Doralice Alves dos Santos Oliveira veio da Bahia e se fez paranoaense; de festas, de doces, de aniversários e sonhos, ao vencer o passado; que a vida é o agora; e a lembrança, o guardado.



Laelson Leonardo dos Santos, nascido no Paranoá, conheceu a luta pela moradia ainda adolescente. Engajado nos movimentos por direitos, tem a certeza de que a luta lhe trouxe dores e conquistas.



Maria Aurelina A. da Silva. A poeira das esburacadas ruas da antiga Vila Paranoá guardou seus passos, mas o asfalto de hoje nem se lembra do quanto ela já percorreu.



Gilda dos Santos, tendo trilhado, vencido ladeiras, com bacias sobre a cabeça, corrido contra o relógio para sustentar empregos, segue firme lutando, pois é o que a vida lhe oferece.



Maria Creuza Evangelista de Aquino é educadora de crianças, jovens e adultos; liderança do Cedep; segue com persistência na luta por moradia, saúde, educação.



Maria da Graça Alves tem trilhado os caminhos que lhe foram dados; saltado por barrancos e cursos d'água que lhe trouxeram roupa lavada para casa.



Maria das Dores Conceição Campos, ao percorrer seus caminhos por ruas e vielas da Vila Paranoá, bebeu da esperança encontrou forças para bem viver.



Maria de Lourdes Pereira dos Santos,
das salas de aula, dos grupos de base,
do Cedep, da Associação de Moradores.
Olhar amoroso, voz firme pelos direitos.



Maria de Lourdes R. de Souza, entre uma ida ao Lago para lavar roupa e filhos conduzidos à escola, a lida de trabalhadora diarista; e a volta a casa, perto do Ponto Final.



Maria Delsione da Silva, baiana de nascimento, paranoense de luta, liderou grupos pela fixação; foi Administradora Regional do Paranoá; e se mantém ativa em defesa de direitos.



Maria Eleosina Otaviano de Sousa sabe de quitutes, de forrós e do sonho de ser modista. Do sertão do Ceará aos canteiros das construções, o zelo pela família e a alegria de dançar.



Maria das Dores Lopes - na Vila Paranoá, subiu ladeiras e conduziu latas d'água na cabeça, hoje, cuida de hortas, dança seus forró's; e sonha.



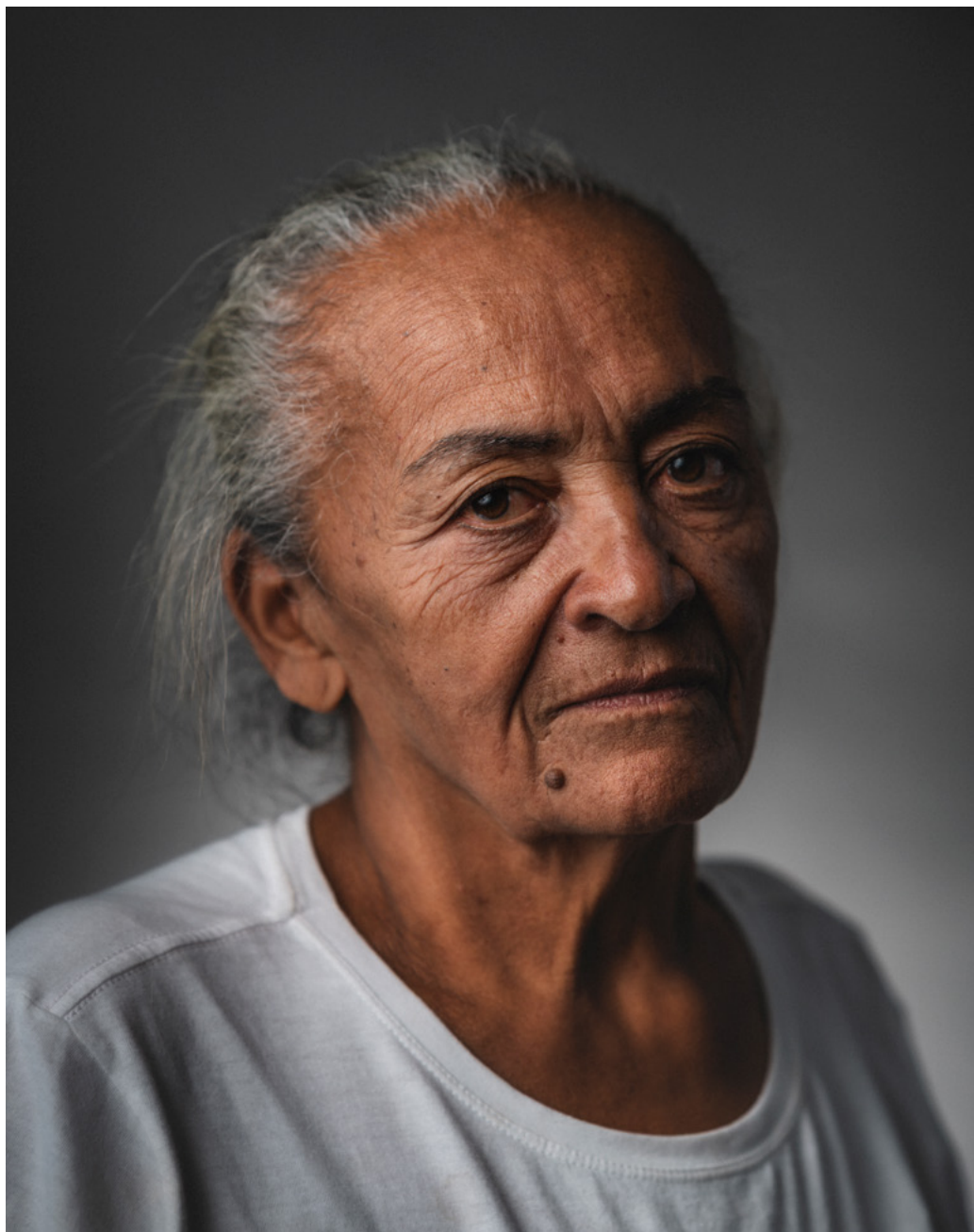
Maria Lúcia da Silva sabe que, carregadas as bacias e latas d'água do Lago Paranoá e dançando o forró no Bar do Jacaré, viver na Vila Paranoá foi bom, mesmo que, às vezes, trouxesse espinhos.



Maria Nilça da Silva fez da Vila Paranoá sua casa, seu refúgio. Morou com vista para o Lago. Filhos criados, encaminhados, tem na lembrança os dias difíceis, a luta contínua; e, no presente, um bocado bom de fé.



Maria Silva Pereira é presente no Paranoá Novo, assim como o foi na Vila Paranoá, onde, em meio ao caos, as gentes eram felizes. E alguns até sabiam.



Miralda Santos de Souza: da Bahia de onde veio, do Paranoá onde habitou, traz guardados os saberes ancestrais. A cura vem pela fé. É no que crê. E professa.



Selma Maciel dos Santos: moradora recente do Paranoá, sabe que a Vila é herança comum. E que a busca da paz e da beleza não é privilégio de ninguém. É luta diária.



Zilma Casseiro Gomes aprendeu desde cedo que educar, acompanhar, ter fé nas adversidades; mais do que mãe, parceira; mais do que esposa, companheira. Uma voz da memória.

Agradecimentos

Realizar este projeto *Memória e afeto da Vila Paranoá* tem sido possível – porque continua, além deste livro, com o portal de internet, o vídeo e o Mapa Afetivo da Vila Paranoá – graças a colaborações diversas, cuja nomeação não é totalmente possível, agora. Ainda assim, queremos manifestar a gratidão ao Arquivo Público do Distrito Federal, pela cessão das fotos que permitiram visualizar cenas da antiga vila; ao Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoã (Cedep), guardião da memória de lutas e conquistas do Paranoá, o que inclui – mas não se restringe – ao trabalho atual em colaboração com o Centro de Memória Viva (CMV) da Universidade de Brasília, que organiza a memória da educação popular no DF, com a participação e liderança ativa de Leila Maria de Jesus; e, no Cedep, especial agradecimento ao grupo Vozes da Experiência, liderado por Maria de Lourdes Pereira, Maria Delsione da Silva e Izabel Alexandre; a José Bezerra do Bonfim, antigo morador, militante da Associação de Moradores do Paranoá, um dos fundadores do Cedep, gestor público, mobilizador de campanhas sociais, políticas, culturais; a Juarez Martins, igualmente dessas organizações sociais e políticas e que continua o trabalho com agricultura urbana, liderando iniciativas de beleza e sustentabilidade; a Benedito Prézia que, na década de 1980, foi um batalhador pela organização cultural, social, política, inspirando-nos até hoje; a Zilma Cassemiro, pelas informações preciosas e fotos de seu acervo pessoal, memória de João do Violão (1959-2020), a quem também somos gratos, *in memoriam*; ao artista plástico Rômulo Andrade, por informações a respeito de educadores e artistas que atuaram na Vila Paranoá; a Laurete Mascarin, educadora, pelas informações valiosas; a Néelson Ramos Filho (Professor Nelsinho), *in memoriam*, educador e animador cultural da Escola de Madeira, que tantos artistas e lideranças comunitárias incentivou; à Biblioteca do Senado Federal, pela preciosa guarda e compartilhamento de dezenas de artigos e notícias de jornais; a todos e todas as lideranças comunitárias do Paranoá, ao longo das décadas que antecederam a transposição da vila, e além; ao João do Violão (*in memoriam*), pois seu legado na cultura e na organização comunitária continua frutificando; ao Gersion de Castro, *Paranoá em Quadros e Versos: Um Outro Olhar Sobre Brasília*, es-

crito por Gersion de Castro, poeta e artista visual nascido em Brasília, obra que homenageia a Vila Paranoá e sua gente, misturando poesia e ilustrações para retratar o cotidiano, as festas populares, os desafios e as transformações da região; ao professor José Carlos Coutinho, pela colaboração no vídeo e compartilhamento de informações valiosíssimas para a memória da Vila Paranoá, numa dedicação que se estende à década de 1980 e até antes disso; ao professor Frederico de Hollanda, pela pronta resposta enviada em forma de carta e que utilizamos como prefácio deste livro; ao Cláudio Acioly Jr., pela cessão de dezenas de fotos, escrita do texto que usamos como posfácio e que fala por si mesmo; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), cujo edital de Educação Patrimonial nos propiciou a oportunidade de realizar este projeto.

Os autores

João Bosco Bezerra Bonfim firma-se como educador patrimonial atento às relações entre memória, território, linguagem e identidade. Sua trajetória une criação literária, escuta comunitária e reflexão crítica sobre os discursos que moldam o imaginário social. Como escritor, transita por poesia, literatura infantil, cordel e ensaio. Obras como *Lobo-Guará de Hotel* e *Romance do Vaqueiro Voador* dialogam com afetos e paisagens simbólicas do Cerrado, enquanto projetos como *Cultura alimentar*, *memória e resistência no Paranoá* e *Memória e afeto da Vila Paranoá* reforçam seu compromisso com a história viva das comunidades. Morador da Vila Paranoá na década de 1980, participou ativamente de organizações populares que lutaram por direitos sociais, incluindo o direito à fixação da comunidade, experiência que marca profundamente sua visão de cultura e cidadania. Em projeto contemporâneo a este, é coordenador técnico do projeto *Jornada do Cordel – Patrimônio Cultural do Brasil*, aprovado pelo Iphan, que articula saberes tradicionais e políticas de preservação, destacando o cordel como expressão do patrimônio imaterial. Cofundador da *Jornada Literária do Distrito Federal*, atua há mais de duas décadas na formação de mediadores de leitura, com oficinas, palestras e performances voltadas a educadores da rede pública. Na análise do discurso, investiga os modos de circulação da linguagem na mídia, na política e na cultura popular. Sua dissertação *O discurso da mídia sobre a fome* (2000) e sua tese *O gênero do cordel sob a perspectiva crítica do discurso* (2009) examinam como os discursos configuram realidades sociais e simbólicas. Entre suas obras em prosa e ensaio, destacam-se: *A fome que não sai no jornal* (2002); *Palavra de Presidente* – vols. I e II (2004, 2006); e *Hoasca: remédio para o espírito – histórias de Mestre Zé Luiz* (2022). Com formação em linguística, sua escrita combina rigor teórico, escuta cultural e compromisso com o diálogo entre universidade, literatura e comunidades.

Conheci a Vila Paranoá nos anos finais dos anos 1970. Ia à vila três vezes por semana, trabalho e rotina de comerciário. Ali, fiz amizade com moradores antigos e comecei, sem saber, a observar as cenas da cidade. Feira, conversas, brigas de rua, botecos — tudo formava o olhar que me guiaria depois. Em 1984, nasceu o projeto que virou o *Romance do Vaqueiro Voador* (Mar&Lírica, 3ª edição, 2022), cordel que voou pelo mundo em longa-metragem, contando os sofrimentos dos primeiros construtores de Brasília. Como livro, dialoga com gerações de brasileiros, especialmente do Paranoá e Itapoã.

Morei quase uma década na Vila, a partir de 1982. Trabalhei na Vila, ao mesmo tempo em que estudei Letras na UnB e fiz o trajeto pelas linhas de ônibus Lago Norte e Lago Sul. Na Drogaria Bezerra de Menezes, na Rua São Jorge, conheci muita gente, criei laços de amizade e cortesia. Vi as ruas crescerem e as famílias chegarem. Na farmácia da Rua São Jorge, aprendi a ler o ritmo daquela vida: trabalhadores voltando ao cair da tarde, o burburinho da feira, o som das radiolas, as conversas nos bilhares, a nostalgia das tardes silenciosas aos domingos.

Na efervescência política contra a ditadura, engajei-me nos movimentos por direitos. Da luta pela água à fixação, fui vice-presidente da Associação de Moradores (1985-1987) e um dos fundadores do Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoã, em 1987.

Com família morando na Vila, intensifiquei meu papel de educador e mobilizador. Participei de um projeto pioneiro de alfabetização, estreitando ainda mais os vínculos. Mesmo após deixar a Vila por ocasião da transposição desta, voltei a colaborar com a cidade pela Jornada Literária DF, promovendo letramento, artes e serviços socioeducativos — uma escolha de fé, pois estou, hoje, aposentado do serviço público ao qual me dediquei desde 1991.

Participar de Memória e afeto da Vila Paranoá é manifestar, pelo projeto de educação patrimonial, a gratidão à comunidade que me acolheu. A vila pode ter sido varrida do chão, mas as histórias permanecem. Este livro guarda fragmentos de um tempo que me formou. E continua a formar.

João Bosco Bezerra Bonfim

Cleber Cardoso Xavier, Mineiro. Comedor de pequi. Gay. Afeito às causas das minorias e às narrativas esquecidas. Doutor e Mestre em Arte pela Universidade de Brasília. Atualmente vivencia um estágio de pós-doutoramento onde investiga Anísio Teixeira e as Escolas Parque do Recife/PE, São Paulo/SP e Porto Alegre/RS. É tecnólogo em Processamento de Dados; e licenciado em Matemática, Informática, Dança, Pedagogia; e bacharelado em Teoria, Crítica e História da Arte pela Universidade de Brasília. Além de Pós-graduando em História da Arte pela Unyleya; e pós-graduado em Informática em Educação; Psicopedagogia; Proficiência em Tecnologias Digitais para uma Educação Empreendedora. Professor efetivo da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Autor, coautor, organizador de livros, capítulos e artigos diversos, publicados no Brasil e no Exterior. Artista visual com trabalhos apresentados no Brasil, Argentina, Cuba, Chile, França, Inglaterra, Portugal e Espanha. Vice-líder do Grupo de Pesquisas MEMAV/UnB/CNPq e membro do Grupo de Pesquisa GEPeMC/Mackenzie/CNPq. Teve seu trabalho e atuação profissional reconhecida pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Vencedor do I Prêmio Paulo Freire da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Coordenador do *Projeto PreservArtePatrimônio* entre os anos de 2018 a 2024, que teve sua relevância reconhecida pelo Iphan no ano de 2023. Coordenador Técnico do Projeto Memória e Afeto da Vila Paranoá, desenvolvido pela Jornada Literária em parceria com o Iphan.

ccxavier@hotmail.com

Convidado a integrar o projeto desde sua formulação, carrego um olhar estrangeiro sobre essa história da Vila Paranoá – e, talvez, seja isso que a torna tão fascinante para mim. Desde o primeiro encontro com o grupo de senhoras que, mês após mês, reuniram-se nas rodas de conversa do Projeto Memória e Afeto na Vila Paranoá, senti algo muito próximo da curiosidade que move quem quer aprender. Foi um olhar de empatia, de escuta, de desejo de compreender os caminhos percorridos por aquelas vidas.

Não nasci na Vila Paranoá. Não cresci nela e não cheguei a ter contato com a vila física – por isso, digo que meu olhar é estrangeiro. Mas, nesse lugar, encontrei histórias que falam de pertencimento, de resistência e, sobretudo, de diversidade – em todas as dimensões: religiosa, racial, de gênero, de cultura, de território. Ao longo das conversas, anotei memórias que hoje organizo não como quem explica, mas como quem testemunha.

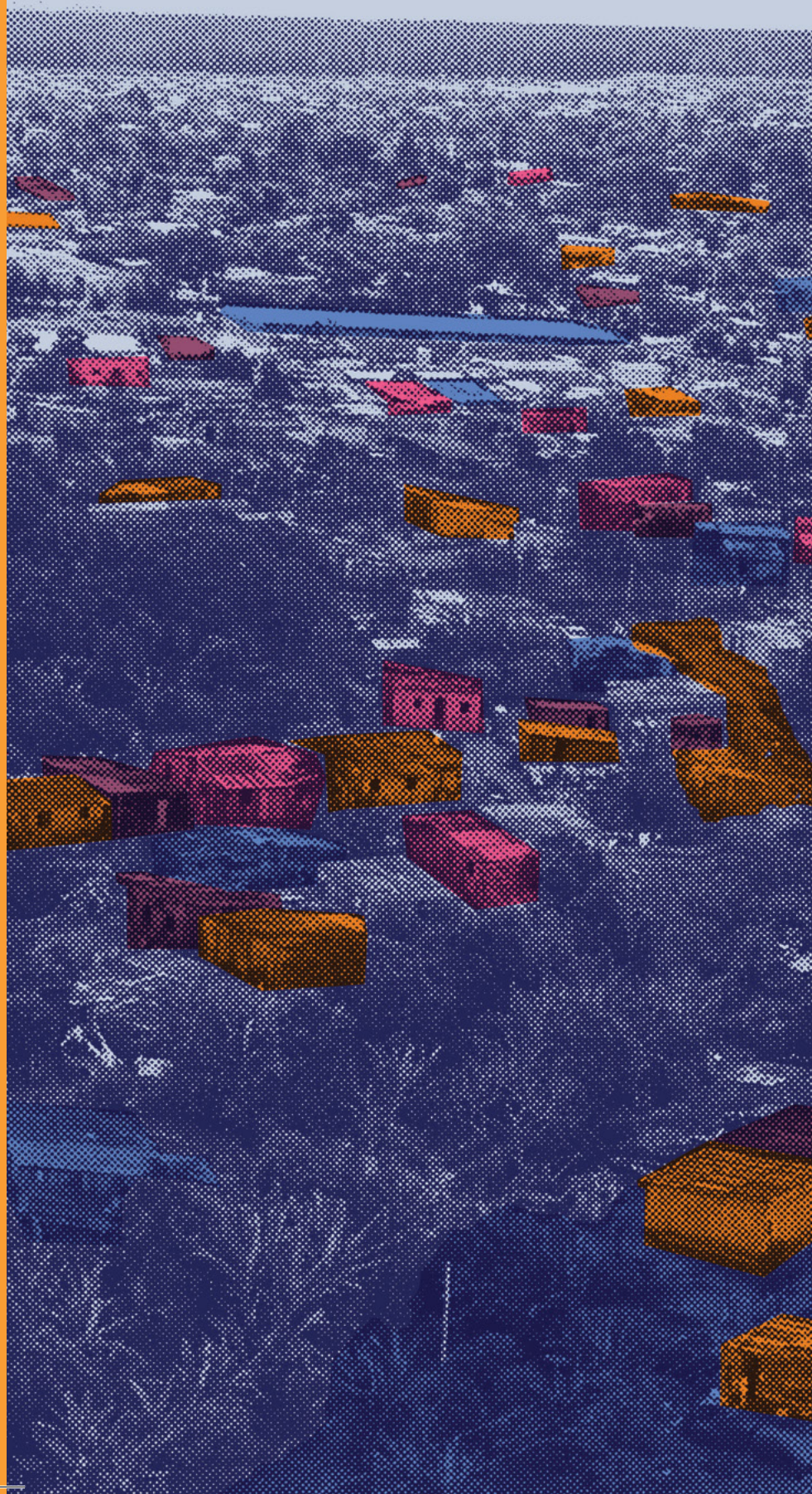
Minha contribuição nesse projeto e no escrito que figura neste livro é fruto das vozes que se abriram para nós. Vozes que, ao narrar o cotidiano, registraram muito mais que fatos: registraram afetos, vínculos, modos de vida que se reinventaram depois da fixação na área que, hoje, chamamos Região Administrativa do Paranoá – RA VII. Meu desejo é simples: que essas páginas preservem um tempo e uma comunidade, para que não se percam na pressa do esquecimento.

Cléber Cardoso Xavier

Cícero Bezerra é formado em Audiovisual pela Universidade de Brasília e destaca-se como Diretor de Fotografia e fotógrafo. Com um olhar sensível e apurado, Cícero constrói narrativas visuais que atravessam diferentes linguagens e temas, sempre atentos às questões sociais, culturais e ambientais. No cinema, sua contribuição em fotografia agrega valor estético e narrativo a obras de impacto como *Democracia em Vertigem* (2019), documentário premiado que investiga o cenário político brasileiro, e *Apocalipse nos Trópicos*, filme que aborda questões ambientais e a vida na Amazônia. Seu trabalho cinematográfico é marcado pela busca de imagens que capturam tanto a dimensão política quanto poética das histórias que ajuda a contar. Na fotografia, Cícero alcançou reconhecimento internacional ao ganhar, em 2022, o prestigiado *Lens Culture Critic Awards*, uma distinção que destaca a qualidade crítica e estética de seu olhar. Em 2021, sua série de retratos *Primavera Indígena* foi projetada e exposta na COP-22, conferência global sobre mudanças climáticas, evidenciando sua atuação na valorização e visibilidade das populações indígenas e de sua relação com o meio ambiente. Desde 2010, quando realizou a exposição individual *Uma Viagem entre Duas Histórias de Amor*, Cícero vem construindo uma trajetória artística que dialoga com temas afetivos, memória e identidade, utilizando a fotografia como instrumento para promover o debate e o reconhecimento de múltiplas histórias. Seu trabalho atravessa formatos e espaços, da galeria à projeção pública, sempre com sensibilidade para os detalhes que revelam dimensões ocultas da realidade. Além de suas atuações artísticas, Cícero participa ativamente de projetos que combinam audiovisual, fotografia e pesquisa visual, colaborando para a construção de uma narrativa plural e engajada. Seu compromisso com a documentação e a representação ética faz dele uma voz relevante no cenário contemporâneo das artes visuais brasileiras.

Participantes das Rodas de Conversa

Adélia Sena dos Santos
Ana Joana de Castro
Anilda Lopes dos Santos
Auristela dos Santos Silva
Benedita Lopes da Silva
Ciriaca Gomes da Silva
Cleonice Carvalho dos Reis
Cravolina Martins dos Santos
Doralice Alves dos Santos Oliveira
Ester Francisco de Oliveira
Eva Ferreira da Silva
Gilda dos Santos
Graziele da Silva Neves
Juraci Alves Machado Carvalho
Laelson Leonardo dos Santos
Maria Aurelina de Oliveira A. da Silva
Maria Creuza Evangelista de Aquino
Maria da Graça Alves
Maria das Dores Campos Conceição
Maria das Dores Lopes
Maria de Lourdes Araújo da Costa
Maria de Lourdes Pereira
Maria de Lourdes R. de Souza
Maria Delsione da Silva
Maria Eleosina Otaviano de Sousa
Maria Lucia da Silva
Maria Nilça da Silva
Maria Silva Pereira
Mariana Francisco Ferreira
Miralda Santos de Souza
Selma Maciel dos Santos
Zilma Cassemiro Gomes



Neste livro, são contadas histórias da **Vila Paranoá** por pessoas que nela viveram em algum momento, entre os anos 1960 e 1989.

O trabalho compreendeu a identificação das pessoas, o convite para as rodas de conversa ou entrevistas particulares, a leitura de jornais da época, oficinas de educação patrimonial, visitas às antigas instalações da ocupação e reflexões sobre o que tem sido viver e ocupar espaços não previstos na cidade modernista de Brasília.

Ao convite para as rodas de conversa, atenderam principalmente mulheres. Esse já é um dos aspectos interessantes da resistência dessas pessoas: ativas, disponíveis para conversar, emotivas, plenas em seu ser e estar. Não obstante todas as peijas que tiveram e continuam a ter, vivendo na Região Administrativa do Paranoá.

No território, multiplicaram-se templos de diferentes tradições, alguns marcados pela construção física, outros pela circulação de líderes religiosos. Alguns se consolidaram como marcos – a Igreja São Geraldo, o Centro Espírita Luiz Antônio do Paranoá e o Grupo Fraternidade Espírita Irmão Estevão, na década de 1980. Outros, como os templos de matriz africana, buscaram as margens: por identidade, por necessidade, por estratégia de permanência.

Esperamos que as histórias aqui retratadas sirvam para alimentar a memória das gerações contemporâneas e futuras sobre a Vila Paranoá.



Mar & Lirica

ISBN: 978-65-995283-4-7



9 786599 528347